



Instituto  
Mariano  
de Estudos  
e Inovação

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL (PDI)  
2024 – 2028**

Aracaju, 2024



Diretoria Geral  
**Dr<sup>a</sup>. Suzana Schwerz Funghetto**

Diretoria Administrativa e Financeira  
**Karla Santos de Oliveira**

Diretoria Acadêmica  
**Dr<sup>a</sup>. Suzana Schwerz Funghetto**

Coordenador Nacional do Curso  
**Dr. Arnaldo Godoy**

Coordenação Local do Curso  
**Me. Márcio César Fontes Silva**

Procurador Institucional  
**Dr<sup>a</sup>. Suzana Schwerz Funghetto**

Coordenadora da CPA  
**Dr<sup>a</sup> Juliana da Silva Dias**



## Sumário

APRESENTAÇÃO	7
IDENTIFICAÇÃO	8
1.1. Planejamento Estratégico da Avaliação Institucional	10
1.2. Projeto de Autoavaliação Institucional – Planejamento Estratégico	11
1.3. Autoavaliação institucional: Participação da comunidade acadêmica	15
1.4. Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados	16
1.5. Metodologia: Detalhamento	18
1.5.1. Fóruns nos Curso	19
1.6. Cronograma	21
1.7. Constituição da CPA	21
1.7.1. Composição e atribuições dos membros da CPA	21
1.7.2. Atribuições dos membros da CPA:	21
<b>2.Desenvolvimento Institucional (Eixo 2)</b>	<b>24</b>
2.1. 292.1.1. Mantenedora	24
2.1.2. Mantida	26
2.2. 332.2.1.	29
332.2.2 Dos Valores do IMEI	29
<b>3.POLÍTICAS ACADÊMICAS (EIXO 3)</b>	<b>30</b>
3.1. Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI	30
3.1.1. Da Inserção Regional	35
3.1.2. A Educação Superior em Sergipe	38
3.1.3. Princípios Filosóficos e Teórico-metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição	44
3.2. Objetivos e Metas	45
3.2.1. <i>Objetivo Geral</i>	45
3.2.2. <i>Objetivos Específicos</i>	45
3.2.3. <i>Metas</i>	48
3.3. Das Áreas de Atuação	55
3.4. Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação	55
3.4.1. <i>Base teórico-metodológica</i>	65
3.4.2. <i>Base técnico-metodológica</i>	70
3.4.3. <i>Organização Didático-Pedagógica</i>	72
3.5. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	88
3.5.1. <i>Da Aprovação</i>	92
3.5.2. <i>Avaliação dos Componentes Curriculares e Curso</i>	92
3.6. Práticas Pedagógicas Inovadoras	94
3.7. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Acessibilidade e Educação Inclusiva	97
3.8. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	105
3.8.1. <i>Política de Iniciação Científica</i>	108
3. 9. Política de Inovação Pedagógica, Social e Tecnológica	110
3.9.1. <i>Alinhamento com ODS e a Década do Envelhecimento Saudável</i>	111
3.10. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para Extensão	115
3.11. Políticas Institucionais de Ações de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente-	122
3.12. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para Internacionalização	123
3.12.1. <i>Parceria Internacional</i>	125
<b>3.14. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para o Atendimento aos Discentes</b>	<b>128</b>
3.14.1. <i>Acolhimento</i>	129
3.14.2. <i>Acessibilidade Metodológica e Instrumental</i>	129
3.14.3. <i>Ações de Nivelamento</i>	129
3.14.4. <i>Estímulo à Permanência</i>	131
3.13. Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos	138
3.14. Política de Comunicação da IES com a Comunidade Externa e Interna	139
3.15. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	142
3.16. Política de Responsabilidade Social	143
3.17. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	144
3.18. Condições de Acesso	145



3.19. Gestão do Curso	148
3.19.1. Do Colegiado e sua Atuação no Curso	148
3.19.2. Processos de Avaliação Interna e Externa do Curso	149
<b>4.POLÍTICAS DE GESTÃO (EIXO 4)</b>	<b>151</b>
4.1. 1654.2.	1654.2.1. Regime de trabalho Docente
	152
4.2.2. Critérios de Seleção e Contratação	155
4.2.3. Titulação	157
4.2.4. Experiência Profissional do Docente	158
4.2.5. Experiência no Exercício da Docência Superior	158
4.2.6. Políticas de Formação Continuada e Capacitação Docente	159
4.2.7. Procedimentos para substituição eventual dos Docentes do Quadro	160
4.2.8. Relação Disciplinas/Docente	160
4.2.9. Núcleo Docente Estruturante – NDE	161
4.2.10. Colegiado de Curso	163
4.2. 1774.3.1. Plano de Cargos e Salários	165
4.3.2. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	166
4.4.3. Procedimentos para substituição	167
4.3.4. Regime de trabalho	167
4.3.5. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo	168
<u>5.</u> 1825.1.	1825.1.1.
	1835.2.
	1855.2.1. Estrutura organizacional da IES
	172
5.2.1.1. Órgãos Colegiados Superiores	173
5.2.1.2. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicos	173
5.3.	1875.4.
	1886.
	1886.1.
	1896.2.
	1896.3.
	1896.4.
	1906.5.
	1906.6.
	1916.6.1.
	1916.6.2.
	1926.6.3.
	1926.7.
	1936.8.
	1936.9.
	<b>1947. INFRAESTRUTURA FÍSICA</b>
	<b>181</b>
7.1. Políticas para Infraestrutura	181
7.2. 1967.3.	1967.4. Espaço de trabalho para Docentes em Tempo Integral
	186
7.5. Espaço de Trabalho para o Coordenador	187
7.6. Sala Coletiva de Professores	187
7.7. Salas de Aula	187
7.8. Auditório	188
7.9. Espaços para Atendimento aos Discentes	189
7.10. Espaços de Convivência e de Alimentação	189
7.11. Instalações Sanitárias	189
7.12. Biblioteca	190
7.12.1. Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo	191
7.12.2. Política de Guarda e Manutenção do Acervo Acadêmico	191
7.13. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	193
7.14. Infraestrutura Tecnológica	193
7.14.1. Laboratório de informática	194
7.14.2. Descrição das reservas do Laboratório e dos Equipamentos de Áudio e Vídeo	195
7.15. Erro! Indicador não definido.	7.16. Infraestrutura Física Destinada ao Núcleo de Prática



<b>Jurídica</b>	<b>196</b>
<b>7.17. Adequação para Atendimento aos Alunos com Necessidades Especiais – PNE</b>	<b>196</b>
<b>7.18. Manutenção e Conservação das Instalações Físicas</b>	<b>197</b>
<b>8. Erro! Indicador não definido.8.1. Serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras</b>	<b>199</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>201</b>

---



## Lista de Figuras

<b>Figura 01.</b> Fluxograma da Autoavaliação	14
<b>Figura 02.</b> População e Densidade Demográfica de Aracaju/SE	44
<b>Figura 03.</b> Dados Educacionais	45
<b>Figura 04.</b> Alunos de 60 anos, ou mais, matriculadas em Curso de Graduação	48
<b>Figura 05.</b> Espiral construtivista do processo de ensino-aprendizagem a partir de uma situação-problema.	83
<b>Figura 06.</b> Organograma do IMEI	190

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 01.</b> Atividades e ações por ano para os objetivos definidos	38
<b>Tabela 02.</b> Objetivos organizados por área	40
<b>Tabela 03.</b> Objetivos com foco no público 60+	41
<b>Tabela 04.</b> Instituições de Ensino Superior de Aracaju/SE	47
<b>Tabela 05.</b> Cursos de graduação que serão ofertados pela IES	52
<b>Tabela 06.</b> Cursos de Pós-graduação que serão Ofertado pela IES	68
<b>Tabela 07.</b> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Relacionados a Ação e Diretriz de Inovação Social	127
<b>Tabela 08.</b> Metas para Extensão	135
<b>Tabela 09.</b> Classes e Níveis da Carreira Docente	170



## APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do **Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI**, referente ao quinquênio 2024–2028, constitui o documento orientador que consolida a identidade institucional, sua organização acadêmico-administrativa, estrutura de gestão, fundamentos teórico-educacionais, diretrizes políticas e estratégias de desenvolvimento para os primeiros anos de sua trajetória. Mais do que um instrumento regulatório, o PDI expressa a concepção institucional que sustenta o IMEI, delineando sua missão, visão, valores e os compromissos assumidos com a formação humana, acadêmica e social, ao mesmo tempo em que projeta ações destinadas à consolidação, ao aperfeiçoamento e à expansão de sua capacidade institucional.

Este documento estabelece as bases que orientarão a atuação do IMEI no período de 2024 a 2028, definindo objetivos estratégicos, metas institucionais e princípios que conduzirão a gestão, o planejamento acadêmico e as práticas pedagógicas. Sua estrutura foi concebida para assegurar coerência entre a proposta educacional da instituição, as demandas sociais contemporâneas e o compromisso com uma formação inovadora, inclusiva e socialmente referenciada, voltada à aprendizagem ao longo da vida.

Fundamentado na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES), em conformidade com o Decreto nº 9.235/2017 e demais marcos normativos aplicáveis à educação superior brasileira, o PDI traduz a responsabilidade institucional do IMEI com a qualidade da educação, a inovação pedagógica, a inclusão social e a formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a transformação da sociedade.

Desde sua concepção, o IMEI posiciona-se como uma instituição comprometida com o desenvolvimento integral do ser humano, reconhecendo a educação como instrumento de emancipação, atualização permanente e ampliação de oportunidades. Sua proposta institucional dialoga com as transformações sociais, culturais e econômicas do tempo presente, valorizando especialmente o conceito de lifelong learning como fundamento para uma educação acessível a diferentes trajetórias de vida, perfis acadêmicos e etapas formativas.

Nesse contexto, o IMEI estrutura sua atuação a partir de uma perspectiva humanista, inovadora e inclusiva, comprometida com a formação de sujeitos capazes de atuar de forma ética, crítica e socialmente responsável em âmbito local, regional,



nacional e global. Tal compromisso reafirma sua responsabilidade não apenas com a excelência acadêmica, mas também com a construção de uma sociedade mais justa, consciente e preparada para os desafios contemporâneos.

Em consonância com as Diretrizes do Ministério da Educação, este Plano de Desenvolvimento Institucional está organizado nos cinco eixos estruturantes do processo de avaliação institucional externa:

EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional

EIXO 3 – Políticas Acadêmicas

EIXO 4 – Políticas de Gestão

EIXO 5 – Infraestrutura

A elaboração deste PDI resultou de um processo coletivo, participativo e estratégico, envolvendo mantenedora, dirigentes institucionais, gestores acadêmicos e colaboradores comprometidos com a construção de uma proposta educacional diferenciada. Esse movimento exigiu o fortalecimento de uma cultura institucional orientada pela reflexão crítica, pela investigação, pela inovação e pela gestão da qualidade, assegurando que o IMEI permaneça em constante processo de aprimoramento, aberto às transformações e às novas demandas da educação superior. Dessa forma, o presente Plano não se limita a registrar intenções, mas se constitui como instrumento dinâmico de planejamento, gestão e desenvolvimento institucional, orientando o percurso do IMEI em direção à excelência.



## IDENTIFICAÇÃO

**Mantenedora:** INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO NOSSA SENHORA LTDA

**CNPJ:** 33.916.979/0001-00

**Base Legal:** O estatuto da mantenedora está registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídica sob o Nire 29.300.038.09

**Endereço da Mantenedora:** Rua Fenelon Santos, 306

**Natureza:** Sociedade Anônima Fechada

**Representante legal:** Karla Santos De Oliveira

**Telefone:** (79)3245-2593

**E-mail:** financeiro@idlelearning.com.br

**Mantida:** Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI

**Endereço da Mantida:** Rua Fenelon Santos, 172

Bairro Salgado Filho

CEP 49020-350 – Aracaju- SE



## 1.1. Planejamento Estratégico da Avaliação Institucional

A filosofia educacional de uma Instituição de Educação Superior materializa-se de forma concreta em sua missão, em seus valores e em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que expressa sua identidade, orienta sua trajetória e organiza suas ações estratégicas. Nesse contexto, o Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI compreende o planejamento e a avaliação institucional como processos estruturantes, permanentes e indissociáveis de sua consolidação, desenvolvimento e qualificação acadêmico-administrativa.

Desde sua concepção, o IMEI foi estruturado a partir de princípios de gestão participativa, reflexão crítica, compromisso social e melhoria contínua, reconhecendo que a evolução institucional depende da articulação sistemática entre planejamento, execução, monitoramento, avaliação e replanejamento. Assim, o PDI constitui o principal instrumento norteador das ações institucionais, definindo metas, prioridades, políticas acadêmicas e administrativas, bem como estratégias voltadas à expansão qualificada, à sustentabilidade e ao fortalecimento da identidade institucional.

A avaliação institucional interna, nesse cenário, reveste-se de elevada responsabilidade, uma vez que representa oportunidade estratégica para identificar sentidos, expectativas, potencialidades e fragilidades a partir da escuta qualificada da comunidade acadêmica e da sociedade. Em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES), o IMEI estrutura seu processo avaliativo considerando, de forma integrada, as dez dimensões institucionais previstas na legislação:

I - Missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - Responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - Comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições



de trabalho;

VI - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX - Políticas de atendimento aos estudantes;

X - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A instituição compreende a autoavaliação não apenas como exigência normativa, mas como instrumento indutor de transformação institucional. Avaliar significa refletir criticamente sobre a execução das ações propostas, compreender seus fundamentos, analisar seus resultados e produzir insumos qualificados para o aperfeiçoamento institucional. Trata-se, portanto, de um processo contínuo que associa avaliação de processos à avaliação de resultados, permitindo verificar se os objetivos estratégicos, a missão institucional e os compromissos assumidos no PDI estão efetivamente implantados, apropriados pela comunidade acadêmica e traduzidos em práticas concretas.

Para assegurar a efetividade desse processo, o IMEI instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA), em consonância com a legislação vigente, como órgão autônomo responsável pela coordenação, sistematização, condução e monitoramento da autoavaliação institucional. Sua composição contempla representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, respeitando os princípios de equilíbrio, pluralidade e participação democrática. A CPA realiza análise global e integrada das dimensões institucionais, elabora relatórios conclusivos ao final de cada ciclo avaliativo, promove ampla divulgação de resultados e acompanha a implementação dos planos de melhoria, assegurando que a avaliação produza impactos concretos na gestão institucional.

A evolução institucional do IMEI fundamenta-se, portanto, em uma lógica de



gestão baseada em evidências, na qual os resultados da autoavaliação institucional, das avaliações externas e dos processos de monitoramento acadêmico-administrativo alimentam diretamente o planejamento estratégico. Os indicadores produzidos por múltiplos instrumentos e diferentes perspectivas tornam-se referenciais para tomada de decisão, revisão de políticas, qualificação de processos e redefinição de prioridades institucionais.

Essa dinâmica fortalece um ciclo permanente de desenvolvimento institucional, no qual planejamento, avaliação e gestão se retroalimentam continuamente. O IMEI entende que sua consolidação depende da capacidade de transformar dados em conhecimento institucional, conhecimento em planejamento estratégico e planejamento em ações efetivas, capazes de ampliar sua relevância acadêmica, social e educacional.

Nesse sentido, a evolução institucional não se limita ao crescimento estrutural ou à ampliação de oferta, mas se expressa sobretudo na capacidade de aperfeiçoar continuamente suas práticas, fortalecer sua missão, qualificar sua atuação e responder, com responsabilidade social e excelência acadêmica, às demandas da educação superior contemporânea. Assim, o IMEI reafirma seu compromisso com uma trajetória institucional sustentada pela avaliação crítica, pela inovação, pela participação coletiva e pela busca contínua pela qualidade.

## **1.2. Projeto de Autoavaliação Institucional – Planejamento Estratégico**

O IMEI institui um Projeto de Autoavaliação Institucional que se configura como um instrumento estratégico e fundamental para a gestão e para a ação acadêmico-administrativa, direcionado à melhoria contínua dos processos internos. Este projeto foi concebido para atender às necessidades institucionais, promovendo uma reflexão crítica e sistemática sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e de extensão que permeiam a instituição. Nele, a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica – docentes, discentes, técnicos administrativos e demais colaboradores – é considerada essencial para o diagnóstico preciso da realidade interna e para a identificação de oportunidades de aprimoramento.

Nesse contexto, os princípios mais importantes da Autoavaliação Institucional que explicam a natureza deste processo, sua necessidade para o desenvolvimento



institucional e razão de ser, são expressas pelos objetivos fundamentais de autorreferência, autoanálise e autodesenvolvimento (SUANNO, 2002).

De acordo com Dias Sobrinho (2002) a capacidade de autorreferencia dos problemas e da realidade institucional é um objetivo prioritário, pois todo processo de autoavaliação institucional tem de levar em consideração os indicadores internos e externos. Priorizando os indicadores internos que são relevantes para o desenvolvimento institucional.

É fundamental em um processo de autoavaliação a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a autoanálise: a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

O autodesenvolvimento traz as diretrizes para mudanças que contribuem para o aperfeiçoamento, desenhando políticas, planejamentos, redimensionando recursos, acordos de cooperação interinstitucionais e outras ações que incrementam a qualidade acadêmica.

O IMEI determinou que as etapas do processo de Avaliação Institucional serão:

### **Organização do processo**

O percurso deste processo, aparece na figura abaixo de forma ilustrativa com as principais etapas, que em seguida, serão detalhadas para melhor entendimento. A saber:



**Figura 01. Fluxograma da Autoavaliação**



### Ênfase em algumas etapas dos processos:

**Sensibilização e Divulgação** – Serão realizadas reuniões com a direção da o **IMEI**, o coordenador de curso, com os responsáveis pelo setor de Comunicação e Marketing, com o objetivo de aprofundar o conhecimento quanto à importância do processo avaliativo a ser realizado na instituição e no que compreende a avaliação institucional.

Também serão realizadas palestras para professores e pessoal técnico-administrativo. Serão feitas reuniões com os alunos nas salas de aula, bem como publicações em mídia impressa e eletrônica, informando sobre o SINAES e suas implicações, tanto para a vida acadêmica quanto organizacional.

No âmbito da sensibilização e comunicação serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Divulgação da Avaliação Institucional para a comunidade através de canais estáticos e digitais. (Cartazes físicos, peças digitais);
- Divulgação da Avaliação por meio de banner na homepage da Instituição;
- Realização de reuniões com líderes de turma para divulgação do processo avaliativo e formação de multiplicadores da sensibilização;
- Envio de e-mails marketing para cada professor e técnico-administrativo anunciando o processo avaliativo;



- Reuniões da CPA com Gestores, Coordenador e com o corpo discente no período de aplicação das pesquisas, para incentivo à participação do processo avaliativo.

**Levantamento dos Dados** – os dados e informações serão coletados a partir da escolha, construção e aplicação de múltiplos instrumentos, contemplando o uso de questionários, entrevistas, observações, análise documental, levantamento de indicadores institucionais e outros adequados à avaliação das dimensões institucionais.

**Análise dos Dados** – a análise e interpretação dos dados coletados e das informações levantadas envolve diversos procedimentos qualitativos e quantitativos (tabulação dos dados, codificação das respostas e cálculos estatísticos) que se alimentaram simultaneamente, descrevendo a situação atual da instituição.

**Redação de Relatórios** – serão elaborados relatórios parciais e final expressando o resultado do processo de análise, interpretação e discussão dos dados advindos da avaliação institucional, destinados à CONAES, à comunidade acadêmica e à sociedade.

**Publicação dos Resultados** – a divulgação dos resultados alcançados ocorrerá com apresentação pública de documentos informativos (impressos e eletrônicos), os quais proporcionarão oportunidades para que as ações concretas, oriundas dos resultados do processo avaliativo, tornarão públicas à comunidade acadêmica.

**Discussão da apropriação dos Resultados** – como continuidade do processo de autoavaliação, a discussão dos resultados alcançados será realizada em reuniões e seminários com a direção do IMEI e os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com o objetivo de destacar e refletir sobre os aspectos positivos, negativos e peculiares dos resultados apresentados no relatório.

**Balanco Crítico** – ao final do processo de autoavaliação, a CPA realizará uma profunda análise visando à sua continuidade, considerando-se as estratégias



utilizadas, as dificuldades e avanços apresentados, de forma a permitir o planejamento das próximas ações.

A avaliação institucional será compreendida como um processo permanente, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Em função disto, será premente que façamos o registro do momento institucional, onde todos os segmentos da comunidade acadêmica se encontrarão diante de grandes desafios.

Posto isto, será preciso reconhecer que a CPA possui importante papel, pois trará indicadores que consolidam as decisões e ajudarão a melhorar as ofertas e os serviços educacionais e assim alcançar a missão institucional.

A avaliação institucional será um processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do IMEI e ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos, haja vista os seguintes objetivos:

**a) Objetivo geral:** desenvolver e consolidar uma cultura de avaliação na Faculdade, voltada para a melhoria do cumprimento de sua missão social.

**b) Objetivos específicos:**

- 1- Envolver a comunidade acadêmica, a comunidade externa e técnico-administrativa na construção de uma cultura de avaliação, de novos processos avaliativos, alternativas e práticas de participação para melhoria institucional;
- 2- Fornecer dados para reforçar, redirecionar ou redimensionar os compromissos técnico-científico e filosóficos que embasam a formação dos futuros egressos profissionais;
- 3- Utilizar os resultados com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da sua efetividade social;
- 4- Disponibilizar os resultados para a comunidade e órgãos competentes para que contribuam com novos indicadores de qualidade e de fragilidades e com novas sugestões, enriquecendo o processo avaliativo interno e externo, favorecendo assim, a melhoria da instituição;



- 5- Avaliar os próprios processos e resultados avaliativos, tendo em vista seu caráter processual tanto diagnóstico e formativo quanto contínuo e permanente.

O Projeto de Autoavaliação Institucional do IMEI fundamenta-se no marco legal da avaliação e regulação da educação superior, estabelecendo princípios, critérios e diretrizes que orientam seus processos avaliativos e sua articulação com o planejamento institucional. Atendendo às necessidades da instituição, configura-se como instrumento essencial de gestão e ação acadêmico-administrativa, promovendo a melhoria contínua por meio de ciclos sistemáticos de coleta, análise, devolutiva e plano de ação. Por meio de múltiplos instrumentos e indicadores, o processo envolve os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, permitindo identificar potencialidades, fragilidades e prioridades estratégicas alinhadas às dimensões do SINAES.

As informações produzidas são analisadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pelas instâncias institucionais competentes, sendo posteriormente socializadas de forma transparente à comunidade acadêmica, fortalecendo a cultura avaliativa, a participação coletiva e a corresponsabilidade institucional. A partir desse processo, a autoavaliação subsidia a implementação de ações corretivas, inovadoras e de aperfeiçoamento, consolidando-se como ferramenta estratégica para qualificação da gestão, fortalecimento da excelência acadêmica e promoção de benefícios concretos para a comunidade e para a sociedade.

### **1.3. Autoavaliação institucional: Participação da comunidade acadêmica**

A melhoria da qualidade na educação, em seus diferentes eixos/dimensões, tem sido objeto de diversos estudos, debates e produções acadêmicas, principalmente, a partir da promulgação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9394/96, que enfatiza a questão da qualidade na educação.

O IMEI tem como princípio a participação da Comunidade Acadêmica é um dos componentes essenciais na autoavaliação institucional.

Todos os sujeitos da autoavaliação são informados sobre ela e de seus objetivos, bem como conhecem os itens que constam nos instrumentos, e aos



envolvidos é colocada a questão da responsabilidade diante do processo avaliativo e de sua contribuição para o crescimento institucional. Por isso também, a preocupação de levar até a Comunidade Acadêmica os resultados da autoavaliação é grande.

Em conformidade com suas atribuições, a CPA promoverá três tipos de avaliação que são direcionadas à comunidade acadêmica e administrativa. A Autoavaliação Institucional é destinada à comunidade discente, docente e aos técnicos-administrativos, e sua periodicidade é anual. A Avaliação Institucional e seus desdobramentos possibilitam ao IMEI avaliar seu relacionamento com todos os segmentos envolvidos. Para tanto, a instituição adota uma metodologia participativa, aberta e democrática, incentivando a colaboração de toda a comunidade acadêmica.

Para alcançar esse objetivo, o projeto utiliza um conjunto diversificado de instrumentos de coleta de dados online cuidadosamente elaborados para captar as particularidades de cada segmento e os diferentes objetos de análise. São aplicados questionários estruturados, entrevistas semiestruturadas, fóruns de discussão, grupos focais e análises documentais, permitindo que as informações sejam capturadas de forma quantitativa e qualitativa. Essa multiplicidade de instrumentos garante que as especificidades e demandas de cada grupo sejam ouvidas e valorizadas, proporcionando uma interpretação mais rica e precisa dos desafios e das potencialidades institucionais.

Além disso, o projeto estabelece estratégias específicas para estimular o engajamento da comunidade acadêmica, promovendo workshops, palestras e encontros interativos que sensibilizam os participantes para a importância do processo avaliativo. A comunicação transparente e a divulgação periódica dos resultados reforçam o compromisso com a melhoria contínua e incentivam a participação ativa dos envolvidos. Dessa forma, a autoavaliação não apenas coleta dados, mas também educa e engaja a comunidade acadêmica, tornando o processo um exercício coletivo de construção do conhecimento.

A participação de representantes da sociedade civil organizada, integrada de forma equilibrada aos demais segmentos, amplia o alcance do processo avaliativo e permite a incorporação de diferentes visões sobre as práticas institucionais. Essa colaboração externa enriquece a análise dos resultados, trazendo críticas e sugestões que vão além da perspectiva interna e permitindo uma autoavaliação mais abrangente e contextualizada com as necessidades da comunidade na qual a instituição está



inserida.

O projeto de autoavaliação institucional do IMEI é, portanto, um instrumento dinâmico e inclusivo, que promove a participação equilibrada de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. A partir da utilização de metodologias diversas e estratégias de engajamento, o processo avaliativo analisa de forma aprofundada as práticas institucionais, fornecendo subsídios sólidos para a implementação de ações corretivas e fortalecendo a cultura de excelência e melhoria contínua, beneficiando não apenas a instituição, mas também a sociedade como um todo.

#### **1.4. Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados**

O IMEI estabelece que o processo de autoavaliação institucional, conduzido pela CPA, não se limita à coleta de dados, mas inclui detalhada análise e divulgação dos resultados, visando a efetiva apropriação dos achados por todos os segmentos da comunidade acadêmica. Para tanto, o planejamento da CPA contempla a elaboração de um relatório analítico que integra dados quantitativos e qualitativos, obtidos por meio de instrumentos diversificados, como questionários, entrevistas, fóruns de discussão e análises documentais, de forma a refletir de maneira abrangente a realidade institucional.

A IES compreende que os resultados dos processos avaliativos constituem insumos estratégicos de elevada relevância para a definição, revisão e aperfeiçoamento de suas metas, objetivos e prioridades institucionais. No período de 2024 a 2028, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) desenvolverá instrumentos sistemáticos de pesquisa junto à comunidade acadêmica, produzindo dados capazes de subsidiar, validar e acompanhar a pertinência da oferta institucional, sua relevância social, sua sustentabilidade e sua evolução frente às demandas e transformações do contexto externo. Nesse processo, o planejamento institucional prevê não apenas a coleta e análise dessas informações, mas também a divulgação analítica e transparente dos resultados da autoavaliação, acompanhada de metodologia estruturada que assegure sua compreensão, apropriação e utilização por todos os segmentos da comunidade acadêmica, fortalecendo a cultura avaliativa e a gestão



baseada em evidências.

A CPA desenvolverá ações sistemáticas junto a docentes, gestores e discentes com o objetivo de compreender a percepção da comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento curricular, analisando a efetividade da formação proposta, a consolidação do perfil profissional previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Esse acompanhamento permitirá avaliar, de forma contínua, a coerência entre planejamento, execução pedagógica e resultados formativos, fortalecendo o processo de qualificação acadêmica.

No campo do ensino, a CPA divulgará, por meio de relatórios periódicos, os resultados das avaliações de desempenho docente e discente realizadas ao longo do período letivo, contemplando indicadores relacionados à aprendizagem, aprovação, metodologias de ensino, estratégias pedagógicas, cumprimento dos planos de ensino e aderência ao PPC. Para a elaboração dos relatórios de autoavaliação, serão utilizados dados provenientes de fóruns, instrumentos eletrônicos, pesquisas institucionais e reuniões com a comunidade acadêmica, permitindo análises abrangentes e proposição de melhorias à gestão acadêmica. A divulgação dos resultados ocorrerá de forma transparente por meio de reuniões com a Direção, canais institucionais digitais, documentos informativos e demais meios de comunicação interna, assegurando ampla socialização das informações e fortalecendo a cultura institucional de participação, reflexão crítica e transformação contínua.

Os resultados das avaliações externas (visitas MEC, ENADE e CPC) também vão subsidiar o processo de autoavaliação institucional com os seguintes critérios:

- Acompanhar o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso;
- Apresentar relatório de acompanhamento e avaliação do PPC ao colegiado para conhecimento e providências;
- Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso, podendo seus membros permanecerem por, no mínimo, por três anos;
- Contribuir para a revisão permanente do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;



- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento da iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento da DCN do Curso.

A metodologia adotada pela CPA prevê uma análise minuciosa dos indicadores de desempenho, permitindo a identificação de pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria que, posteriormente, fundamentarão a elaboração de planos de ação estratégicos. Esse processo de análise é concebido para ser colaborativo e democrático, assegurando que a interpretação dos dados envolva representantes dos docentes, discentes, técnicos administrativos e membros da sociedade civil organizada, garantindo assim que a diversidade de perspectivas seja incorporada e que nenhum segmento seja privilegiado em número absoluto.

Portanto, para a divulgação dos resultados, o IMEI utilizará múltiplos canais de comunicação que incluem a disponibilização do relatório final em formato digital, sessões abertas de apresentação dos resultados, publicação de boletins informativos e fóruns de discussões. Essa estratégia visa tornar os dados acessíveis e compreensíveis, promovendo uma cultura de transparência e permitindo que toda a comunidade se envolva no processo de implementação das melhorias. Encontros de discussão e workshops são organizados para debater os achados, possibilitando que sugestões e feedbacks sejam incorporados aos planos de ação, transformando o relatório técnico em um verdadeiro instrumento de transformação institucional.

Dessa forma, a previsão de análise e divulgação dos resultados da autoavaliação institucional reforça o compromisso do IMEI com a melhoria contínua e com a construção de uma cultura avaliativa que transcende a mera formalidade, tornando-se um guia prático para a evolução dos processos acadêmicos e administrativos. Essa abordagem integrada garante que os resultados da autoavaliação sejam devidamente apropriados por toda a comunidade acadêmica, fomentando o engajamento, a colaboração e a implementação de ações que promovam a excelência institucional e contribuam para a transformação social.

### **1.5. Metodologia: Detalhamento**



A metodologia, isto é, o conjunto de métodos empregado para percorrer o caminho na busca de percepções e informações, possibilitará a coleta, análise e discussão dos resultados. Tendo em vista a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a avaliação institucional adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

Os métodos adotados partirão do individual para o coletivo, o que favorecerá a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. A metodologia proposta orientará todo o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

A operacionalização do trabalho será realizada por meio da coleta de dados, utilizando questionários aplicados aos discentes em duas situações distintas. A primeira, durante o fórum de curso, em que o coordenador da CPA, ao se reunir com os representantes de turma, aplicará dinâmicas com o grupo. A segunda coleta será durante a semana de avaliação institucional, quando um programa informatizado de avaliação será habilitado e todos os atores que se conectam na rede do o **IMEI** terão disponibilizados à avaliação.

Também serão coletados dados oriundos de questionários aplicados aos docentes e funcionários técnico-administrativos, cujos resultados farão parte do relatório final de avaliação. Ocorrerá, da mesma forma dos discentes, fóruns com dinâmicas para os docentes e funcionários.

Abaixo serão detalhadas as ferramentas utilizadas para a avaliação das dimensões Institucionais:

### **1.5.1. Fóruns no Curso**

#### **Objetivos:**

Criar um espaço para discussão e estabelecimento de ações que promovam:



- Um fluxo constante e saudável de informações entre alunos e destes com a CPA;
- Verticalização sistêmica da relação aluno-instituição;
- Identificação de oportunidades de melhoria da qualidade do sistema ensino-aprendizagem;
  - Identificação de necessidades e demandas dos alunos no que se refere, entre outros, à concepção de eventos acadêmicos, reforço em disciplinas específicas, recuperação de matérias e dependências, identificação de liderança, monitoria, atividades de pesquisa e extensão, adaptações de professores e alunos na disciplina e avaliações acadêmicas e administrativas periódicas;
  - Estabelecimento de diálogo constante entre a CPA e alunos para um melhor entendimento das limitações e dos avanços possíveis.

### **Sistemática**

- Eleição de um representante de turma;
- Reuniões entre Direção, CPA e representantes de acordo com o previsto no calendário acadêmico;
  - Acolhimento, análise e discussão de questões gerais relacionadas à Avaliação Institucional;
  - Preenchimento e análise progressiva e comparativa de questionários-padrão que contenha itens avaliativos sobre os alunos, professores, disciplinas e corpo diretivo;
  - Avaliação dos representantes de turma;
  - Respostas aos alunos sobre a análise realizada e as providências implementadas.

Os objetivos dos Fóruns de Cursos será captar o grau de satisfação dos alunos de forma localizada, permitindo a atuação imediata na solução dos problemas diários, além de ser um espaço para o constante aprimoramento do ambiente acadêmico. Entretanto, não capta o grau de satisfação global dos alunos nem dos Corpos Docente e Administrativo. Para obter o grau de satisfação global utilizar-se-á o Programa Informatizado de Avaliação.



### 1.5.2. Formulários eletrônicos

Os formulários de pesquisa são divididos por segmentos e destinados aos públicos participantes. A saber:

**Alunos avaliam:**

- Instituição
- Curso
- Professores atuantes na oferta letiva

**Professores avaliam**

- Instituição
- Turmas em que atuam na oferta letiva
- Coordenador de curso

**Coordenador avalia:**

- Instituição
- Professores do curso

**Técnicos-administrativos avaliam:**

- Instituição sobre três dimensões – Comunicação; Infraestrutura e RH.

Os participantes receberão todas as enquetes de pesquisa com as questões afirmativas. Para medir o nível de concordância e/ou discordância, será empregada uma escala do tipo *Likert* de (5,0) pontos.

CONCORDO TOTALMENTE – Peso (5,0); CONCORDO – Peso (4,0); NÃO SEI – Peso (3,0); DISCORDO – Peso (2,0); DISCORDO TOTALMENTE – Peso (1,0)

Com a finalidade de avaliar as dez dimensões propostas, no âmbito da comunidade acadêmica e utilizará as ferramentas propostas, a CPA realizará suas atividades acadêmicas seguindo um cronograma de trabalho conforme publicação no início do semestre letivo.



## **1.7. Constituição da CPA**

A CPA tem representação paritária do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da comunidade externa.

Conforme o seu Regulamento Interno, a CPA tem a seguinte composição:

- Um coordenador que a preside;
- Um representante do corpo docente;
- Um representante do corpo discente;
- Um representante do corpo técnico-administrativo;
- Um representante da sociedade civil organizada.

Todos os representantes possuem um suplente.

### **1.7.1. Composição e atribuições dos membros da CPA**

Na composição da CPA, os membros e suplentes representantes do corpo docente são indicados pelo colegiado de cursos e os do corpo técnico-administrativo pelas entidades representativas. A indicação dos representantes do corpo discente se dará pelos representantes de turma dos alunos. Os representantes da sociedade civil são indicados pela Diretoria Geral.

### **1.7.2. Atribuições dos membros da CPA**

As atribuições dos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do **IMEI** são cuidadosamente delineadas para garantir a implementação eficaz do processo de autoavaliação institucional, em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Cada segmento representado desempenha um papel essencial na análise global e integrada das dimensões institucionais, contribuindo para a construção de uma cultura avaliativa que fortaleça o planejamento estratégico, a qualidade acadêmica e o compromisso social da instituição. A seguir, detalham-se as responsabilidades específicas de cada integrante da CPA, evidenciando sua importância no contexto da gestão educacional.

#### **Presidente da CPA:**

- Estruturar o processo de autoavaliação de acordo com o SINAES;



- Convocar e coordenar reuniões ordinárias e extraordinárias da CPA;
- Supervisionar as ações relacionados com a autoavaliação;
- Realizar e coordenar reuniões com os representantes da comunidade acadêmica para apresentação dos resultados da autoavaliação;
- Supervisionar o acompanhamento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Elaborar relatórios sobre os resultados da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica.

**Mantenedora:**

- Avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição;
- Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Participar da definição da metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
- Cooperar para a elaboração e formatação dos relatórios;
- Promover o diálogo da CPA com a mantenedora.

**Direção:**

- Avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição;
- Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Participar da definição da metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
- Cooperar para a elaboração e formatação dos relatórios;
- Cooperar no diálogo da CPA com a direção da Mantida, sensibilizando a administração superior às práticas de avaliação e encaminhamento de propostas de ações de aprimoramento da IES.

**Docente:**

- Avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição;
- Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabelecendo diálogos para sua revisão e reelaboração;
- Definir a metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
- Cooperar para a elaboração e formatação dos relatórios;
- Apresentar as demandas e as propostas do corpo docente;
- Elaborar projetos de intervenção na comunidade acadêmica relacionados com a autoavaliação.

**Discente:**

- Subsidiar a comissão com informações e perspectivas do corpo discente;
- Avaliação do processo ensino- aprendizagem;
- Auxiliar na elaboração das atas de cada reunião;
- Formular propostas para melhoria da qualidade dos serviços educacionais da instituição.

**Técnico-administrativo:**

- Subsidiar a CPA com dados e informações institucionais referentes às avaliações externas e internas;
- Auxiliar na avaliação da gestão institucional;
- Sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica a participar ativamente no processo de autoavaliação;
- Divulgar os resultados da autoavaliação para a comunidade interna da instituição;
- Verificar as condições de infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos da CPA;
- Contribuir para o planejamento do processo de autoavaliação.

**Sociedade Civil:**

- Avaliação das ações e programas de Responsabilidade Social;
- Divulgar os resultados da autoavaliação para a comunidade externa da instituição;



- Definir a metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
- Avaliação das ações comunitárias.

Alguns indicadores de gestão podem também ser apontados a partir dos relatórios de autoavaliação:

- Apresentar as políticas definidas pelo PPC a todos os professores, esclarecendo objetivos e metodologia;
- Avaliar como deve ser a interação do acadêmico com o PPC;
- Criar Núcleos que permitam aprofundar a informação sobre a importância do estágio supervisionado e dos programas de Iniciação Científica;
- Estimular a comunidade docente e discente a conhecer e participar de Programas e Projetos de Extensão;
- Discutir, com a coordenação de cursos e a direção acadêmica as semelhanças e diferenças dos materiais didáticos adotados pelas diversas disciplinas do curso;
- Discutir entre as coordenações o papel dos docentes no processo de retenção e motivação do acadêmico;
- Reunir coordenador e direção acadêmica para considerar a comparação entre o índice de insatisfação apresentado pelos acadêmicos e a taxa de evasão dos cursos;
- Elaborar programa e ações de acompanhamento dos egressos;
- Desenvolver ações que visem aumentar a produtividade científica, artística e cultural do corpo docente e orientar na comprovação da produção acadêmico-científica do docente;
- Verificar o cumprimento e os resultados da adequação do PPC às exigências legais quanto à educação étnico-racial, política de educação ambiental e educação em direitos humanos.

## **2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (Eixo 2)**

Neste eixo abordaremos a Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, além da Responsabilidade Social da Instituição. Para tanto, traçaremos um breve histórico da IES.



## **2.1. Da Mantenedora e da Mantida**

### **2.1.1. Mantenedora**

A Mantenedora Instituto de Desenvolvimento Nossa Senhora (IDN) nasce com os objetivos claros de ampliar o acesso à educação e promover o desenvolvimento sustentável, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e com os princípios da Década do Envelhecimento Saudável da OPAS. Acreditando que a educação é a chave para transformar vidas e fortalecer comunidades, a Mantenedora vai além de simplesmente transmitir conhecimento, focando na formação integral das pessoas e na valorização de competências que contribuam para o desenvolvimento sustentável e social. Alinhada com os objetivos globais da Agenda 2030, a IDN busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Essa abordagem visa não apenas o crescimento acadêmico, mas também o desenvolvimento humano, social e econômico sustentável.

A IDN também adota os princípios da Agenda Brasil 2050, que enfatiza a longevidade como uma questão central para o futuro do país, promovendo políticas públicas que integrem o envelhecimento à visão de longo prazo para o desenvolvimento nacional. Dentro desse contexto, a IDN reconhece que a educação e o desenvolvimento precisam estar em sintonia com as mudanças demográficas e os desafios trazidos pelo envelhecimento da população. A aprendizagem ao longo da vida torna-se essencial para garantir o bem-estar e a inclusão social de todas as faixas etárias, conforme apontam tanto a Agenda 2030 da ONU quanto a Agenda Brasil 2050, que destacam a necessidade de políticas voltadas para a longevidade.

A importância do Saber Sênior - o conhecimento e a experiência acumulados pelos alunos idosos - é fundamental para a IDN no processo de aprendizagem contínua. Capacitar pessoas no auge da vida, reflete o compromisso da Mantenedora com a promoção de uma longevidade ativa e saudável, permitindo que os idosos continuem a contribuir de maneira significativa para a sociedade. Programas que promovem a inclusão dos mais velhos no mercado de trabalho, na cultura e na vida social estão no cerne das ações da IDN, alinhando-se com as políticas públicas que



valorizam o envelhecimento digno e asseguram que as transições demográficas sejam vistas como uma oportunidade de crescimento e transformação social. Desta forma, a Mantenedora reafirma seu compromisso com o impacto positivo e duradouro na sociedade, valorizando a longevidade e a aprendizagem ao longo da vida como partes fundamentais do desenvolvimento humano e sustentável.

### **2.1.2. Mantida**

O Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) é uma instituição privada de Ensino Superior, que nasce com a missão de contribuir para a formação integral do indivíduo, com especial atenção à pessoa idosa. Alinhado aos princípios da Mantenedora Instituto de Desenvolvimento Nossa Senhora (IDN), o IMEI tem como propósito despertar o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir a partir de suas políticas institucionais pautadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e com os princípios da Década do Envelhecimento Saudável da Organização Panamericana de Saúde - OPAS e a Agenda Brasil 2050.

Sua atuação visa formar cidadãos conscientes e capacitados para a vida profissional e cívica, atendendo às demandas da sociedade moderna com foco no desenvolvimento contínuo e na aprendizagem ao longo da vida. A educação superior oferecida pelo IMEI está comprometida em proporcionar um ambiente que valoriza a longevidade, promovendo inclusão e equidade para todos os alunos, especialmente os mais velhos, para que possam contribuir de forma significativa com suas comunidades e com o país.

O IMEI atua de maneira integrada com o desenvolvimento local, regional e nacional, promovendo a formação contínua de profissionais e a qualificação ao longo da vida. Guiado pela excelência no ensino, o IMEI capacita seus alunos a intervirem de forma inovadora na realidade, desenvolvendo Programas e Projetos Integradores de Vida, que agreguem valor à sociedade e ajudem o Brasil a responder aos desafios atuais de um mundo globalizado. A educação superior oferecida pela instituição também se dedica a ampliar o acesso à mobilidade social e profissional, com forte ênfase nos trabalhos de extensão realizados em conjunto com a comunidade acadêmica de forma inovadora. Nesse contexto, a graduação assume um papel



fundamental na transformação de realidades nas mais diversas áreas, atendendo às necessidades sociais e econômicas das regiões onde o IMEI está inserido.

O IMEI nasce sob a luz da experiência na Educação Superior, de seus fundadores, que buscam proporcionar, em sua prática pedagógica, o desenvolvimento de competências e habilidades vinculadas ao dia a dia do saber jurídico.

Em homenagem ao município, que tem como padroeira Nossa Senhora Conceição, a faculdade é denominada como Instituto Mariano de Estudos e Inovação, fazendo alusão aos valores Marianos que são comungados com a IES.

A Faculdade Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI foi credenciada e autorizada através da Portaria Normativa de Nº 825, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2022, a ofertar o curso de Direito, a ser instalado no Município de Aracaju, capital brasileira da qualidade de vida.

Na Educação Fundamental e Média, Aracaju ainda enfrentava, em 2021, uma série de desafios para proporcionar uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Ainda há muito a ser feito, e só com alta prioridade política e uma série de políticas públicas implementadas, de forma coerente, é que o município conseguirá avançar de modo consistente nos próximos anos. A diversidade formativa e cultural que envolve os discentes, o avanço exponencial dos recursos tecnológicos, o acesso facilitado à informação, são fatores que interferem diretamente no fazer pedagógico dos professores.

Nesse contexto, o IMEI apresenta como princípio basilar a busca por um novo fazer pedagógico, com metodologia ativa modificando a postura dos atores da sala de aula (docentes e discentes).

O IMEI acredita que o ensino do Direito, envolve além do conhecimento jurídico, leitura de mundo, onde as relações sociais e econômicas são de extremo enredamento e dinamismo, para se propiciar ao corpo docente e discente a noção de unidade do conhecimento jurídico, elemento essencial para um aprendizado efetivo.

Além disso, o IMEI busca permanentemente a inovação pedagógica como uma de suas diretrizes centrais, visando aprimorar a qualidade do ensino e o processo de aprendizagem. A instituição adota novas metodologias para o currículo, incorporando práticas como metodologias ativas de aprendizagem, metodologia baseada em problematizações e sala de aula invertida, que promovem maior engajamento e participação dos alunos. Essas metodologias colocam o estudante no centro do



processo de aprendizagem, incentivando o desenvolvimento de habilidades críticas e colaborativas, além de fomentar a capacidade de solucionar problemas reais de forma criativa e autônoma.

A organização didático-pedagógica do curso inclui a problematização também por meio da metodologia de projetos com foco na aprendizagem significativa dos atores envolvidos.

A aprendizagem baseada em projetos, com a metodologia da problematização, usando o Arco de Magueres dá suporte para a construção de Mapas Conceituais, Portfólios Reflexivos da aprendizagem, atividades didáticas e pesquisa.

O componente curricular Projeto Integrativo de Vida – PIV, que tem como objetivo formar profissionais capazes de atuar de maneira ética e crítica, diante dos desafios trazidos pelo envelhecimento populacional e pela transição demográfica no Brasil e no mundo. O PIV está alinhado com a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) da ONU e busca preparar os estudantes para lidar com as implicações jurídicas dessas transformações.

O PIV é estruturado em 10 Projetos Semestrais e 20 Projetos Bimestrais. A metodologia do Projeto Integrativo de Vida será fundamentada em metodologias ativas de aprendizagem, que colocam o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a integração do conhecimento teórico com a prática jurídica. As metodologias ativas permitem que o aluno seja protagonista em seu processo de formação, aplicando seus conhecimentos em situações reais e simuladas, e desenvolvendo competências que o preparam para o exercício profissional. O detalhamento do PIV consta do PPC do Curso de Direito.

No IMEI, o currículo também é integrado com tecnologias educacionais avançadas, como o uso de plataformas digitais interativas, recursos de inteligência artificial, promovendo um ambiente de ensino dinâmico e inovador. O currículo por competências é outro aspecto fundamental, onde o foco não está apenas na aquisição de conhecimento teórico, mas também no desenvolvimento de habilidades práticas e socioemocionais que preparem os alunos para os desafios do mercado de trabalho moderno e para a cidadania ativa. Essa abordagem pedagógica inovadora, aliada à inserção de tecnologias, garante uma formação contínua e alinhada às demandas da sociedade contemporânea, reforçando o compromisso do IMEI com a excelência acadêmica e a formação integral dos seus alunos.



## **2.2. Da Missão, Valores, Princípios, Fundamentos, Objetivos e Metas**

### **2.2.1. Da Missão**

Inspirar e proporcionar experiências transformadoras que valorizem a trajetória dos saberes de diferentes gerações, criando oportunidades que promovam a comunicação intergeracional e que potencializam as aprendizagens.

### **2.2.2 Dos Valores**

O IMEI alinha-se ao cumprimento da missão e políticas institucionais, a trajetória da Mantenedora, ao prever em seu planejamento pedagógico as funções de ensino, pesquisa e extensão, atendendo às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e às demandas da sociedade na qual se insere, praticando e expressando os valores descritos a seguir:

#### **Respeito à Experiência e Sabedoria Sênior**

Valorizar as histórias de vida, conhecimentos e contribuições das pessoas idosas, promovendo sua dignidade e protagonismo.

#### **Inovação com Propósito**

Desenvolver soluções pedagógicas, sociais e tecnológicas que respondam às necessidades do envelhecimento com criatividade e impacto positivo.

#### **Compromisso com a Longevidade e a Qualidade de Vida**

O compromisso do IMEI é criar condições que favoreçam o envelhecimento ativo, saudável e significativo. Trabalhamos para promover o bem-estar físico, mental e social, assegurando que cada indivíduo tenha acesso a um envelhecimento com dignidade e qualidade de vida.

#### **Inclusão e Acessibilidade**

Estimular que todas as iniciativas sejam acessíveis, respeitando as diversidades de contexto, capacidades e experiências.



### **Sustentabilidade e Responsabilidade Social**

Priorizar ações que promovam o desenvolvimento sustentável, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com foco em saúde, bem-estar e no envelhecimento. O compromisso do IMEI é atuar de forma ética e responsável, contribuindo para uma sociedade mais sustentável e equitativa.

### **Excelência e Transformação Educacional**

Buscar continuamente a excelência em todas as iniciativas, proporcionando experiências educativas que inspirem a transformação e o aprendizado ao longo da vida. A educação no IMEI não é apenas acadêmica, mas também formadora de cidadãos transformadores, preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança.

### **Ética e Transparência**

Conduzir nossas ações com integridade, responsabilidade e clareza, fortalecendo a confiança entre todos os envolvidos.

### **Valorização das Relações Intergeracionais**

Promovemos o intercâmbio entre gerações, fortalecendo vínculos que ampliam a compreensão mútua e geram benefícios para toda a sociedade.

### **Cuidado e Bem-Estar Integral**

Reconhecer o ser humano em sua totalidade, promovendo o cuidado com a saúde física, emocional, espiritual e social em todas as fases da vida. O compromisso do IMEI é oferecer um ambiente que respeite e valorize o indivíduo em sua integralidade, proporcionando o melhor para seu bem-estar.

#### **2.2.3. Visão**

Ser reconhecido, até 2029, como referência nacional, pela excelência educacional,



conectada a temas relacionados ao envelhecimento ativo e saber sênior.

### **Objetivos Estratégicos com Atuação Nacional e Internacional:**

**1. Consolidar Programas de Educação ao Longo da Vida Reconhecidos Internacionalmente**

Desenvolver e implementar programas educacionais inovadores e certificados, voltados ao público em geral e especialmente para pessoas idosas, que sejam reconhecidos por organizações internacionais e ampliem a empregabilidade, a autonomia, e a participação social dos idosos.

**2. Ampliar Redes de Parcerias Nacionais e Internacionais**

Estabelecer colaborações com ao menos 20 instituições nacionais e 10 internacionais até 2029, para intercâmbio de práticas, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a educação e o envelhecimento saudável.

**3. Tornar-se um Centro de Referência em Gerontotecnologia e Inovação Educacional**

Criar um núcleo interdisciplinar de pesquisa e desenvolvimento para produzir soluções tecnológicas que promovam a inclusão digital e o aprendizado contínuo, sendo referência para países em desenvolvimento.

**4. Expandir a Participação de Alunos idosos em Projetos Acadêmicos Internacionais**

Envolver idosos em projetos colaborativos, intercâmbios virtuais e presenciais, e eventos globais, alcançando ao menos 500 participantes até 2029, fortalecendo sua integração em redes de aprendizado ao longo da vida.

**5. Promover o Impacto Social e Educacional do Saber Sênior em Diversos Contextos Culturais**

Desenvolver programas e ações de extensão que atendam às especificidades culturais e regionais de públicos diversos no Brasil e no exterior, beneficiando diretamente ao menos 10.000 idosos e difundindo boas práticas em envelhecimento ativo.



## 2.2.4. Objetivos Estratégicos Alinhados à Visão do IMEI para 2029

### 1. Desenvolver Programas de Educação ao Longo da Vida com Reconhecimento Nacional e Internacional

- **Descrição:** Criar e ofertar cursos, programas de formação continuada e capacitações alinhados às melhores práticas globais de educação para o público adulto com especial destaque para os idosos.
- **Meta:** Alcançar a certificação de 100% dos programas pelo MEC e órgãos internacionais de educação até 2029.
- **Indicador:** Quantidade de programas certificados e número de alunos formados.

### 2. Tornar-se um Polo de Pesquisa em Envelhecimento Ativo e Saber Sênior

- **Descrição:** Fomentar a produção científica e tecnológica voltada para o envelhecimento saudável, com parcerias interinstitucionais.
- **Meta:** Publicar 200 artigos científicos em revistas indexadas e desenvolver 10 projetos colaborativos com instituições nacionais e internacionais até 2029.
- **Indicador:** Número de publicações científicas e projetos interinstitucionais realizados.

### 3. Criar e Consolidar Redes de Cooperação Internacional para a Educação Sênior

- **Descrição:** Firmar parcerias com instituições internacionais para o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e boas práticas educacionais.
- **Meta:** Estabelecer colaboração com pelo menos 20 instituições estrangeiras reconhecidas em envelhecimento ativo e educação sênior.
- **Indicador:** Número de parcerias internacionais ativas e projetos implementados.



#### 4. Promover a Inclusão Digital e a Participação Ativa dos Alunos

- **Descrição:** Oferecer cursos e oficinas de alfabetização digital, conectando os idosos às tecnologias contemporâneas.
- **Meta:** Capacitar 10.000 idosos em competências digitais até 2029.
- **Indicador:** Número de idosos capacitados e avaliações de impacto em suas vidas sociais e profissionais.

#### 5. Liderar Projetos de Extensão que promovam o Envelhecimento Ativo e o Saber Sênior

- **Descrição:** Desenvolver iniciativas comunitárias que disseminem práticas de envelhecimento ativo, educação continuada e inclusão social.
- **Meta:** Beneficiar diretamente 50.000 pessoas até 2029 com projetos extensionistas voltados ao público idoso.
- **Indicador:** Número de beneficiários e reconhecimento das iniciativas em premiações ou relatórios internacionais.

#### Metas do IMEI para Ensino, Pesquisa e Extensão até 2029:

##### Ensino

1. **Implementar práticas pedagógicas inovadoras:** Desenvolver e integrar metodologias ativas de ensino que promovam o engajamento e a formação crítica dos estudantes, alcançando 100% dos cursos com práticas inovadoras até 2027.
2. **Expandir a oferta de programas educacionais:** Criar e consolidar programas de formação continuada e de Educação ao Longo da Vida, atingindo 2.000 participantes por ano até 2029.

##### Pesquisa

3. **Fomentar a produção científica sobre o saber sênior:** Estabelecer grupos de pesquisa interdisciplinares que gerem ao menos 50 publicações científicas



anuais em revistas indexadas, com foco em inovação educacional e envelhecimento saudável.

4. **Criar redes internacionais de pesquisa:** Firmar parcerias com pelo menos 10 instituições internacionais até 2029 para fortalecer o intercâmbio de conhecimentos e projetos colaborativos no campo do envelhecimento e da gerontologia.

### **Extensão**

5. **Promover o impacto social com projetos de extensão:** Desenvolver e implementar projetos comunitários voltados para a inclusão digital, alfabetização de adultos e suporte ao envelhecimento ativo, beneficiando diretamente 10.000 pessoas até 2029.

**Tabela 01. Atividades e ações por ano para os objetivos definidos**

Ano	Área	Atividade	Ação
2024	Ensino	Capacitação de docentes em metodologias ativas	Oferecer 5 workshops e formações para 100% do corpo docente
2024	Pesquisa	Formação de grupos de pesquisa interdisciplinares	Criar 3 grupos com foco em inovação educacional e envelhecimento saudável
2024	Extensão	Lançamento de projeto piloto de inclusão digital	Capacitar 500 idosos em competências digitais
2025	Ensino	Ampliação de cursos de Educação ao Longo da Vida	Ofertar 3 novos cursos voltados ao saber sênior
2025	Pesquisa	Publicação de artigos científicos	Produzir ao menos 20 artigos em revistas indexadas
2025	Extensão	Parceria com comunidades locais	Desenvolver projetos de alfabetização de adultos em 5 municípios
2026	Ensino	Avaliação e atualização de currículos	Revisar 100% dos currículos com base em metodologias inovadoras
2026	Pesquisa	Estabelecimento de rede nacional de pesquisa	Criar parcerias com 5 universidades brasileiras
2026	Extensão	Expansão do projeto de envelhecimento ativo	Impactar 2.000 idosos com atividades físicas e culturais



Ano	Área	Atividade	Ação
2027	Ensino	Lançamento de plataforma digital interativa	Criar uma plataforma com conteúdos para o saber sênior
2027	Pesquisa	Organização de congresso internacional	Realizar um evento com 500 participantes sobre gerontologia e inovação
2027	Extensão	Projeto de saúde comunitária	Implementar ações em 10 bairros para promoção do envelhecimento saudável
2028	Ensino	Oferta de cursos internacionais online	Disponibilizar 5 cursos em inglês e espanhol
2028	Pesquisa	Publicação de livro colaborativo	Lançar um livro sobre inovação no envelhecimento com 20 coautores
2028	Extensão	Criação de centro de referência para saber sênior	Implantar um espaço físico para projetos e capacitações
2029	Ensino	Avaliação de impacto educacional	Publicar relatório sobre os resultados dos programas de ensino
2029	Pesquisa	Atingir reconhecimento internacional	Ser citado como referência em pelo menos 10 artigos científicos globais
2029	Extensão	Consolidação de impacto social	Beneficiar diretamente 10.000 pessoas por meio de projetos extensionistas

## Objetivos por Áreas: Ensino, Pesquisa e Extensão

### Ensino

1. Implementar metodologias ativas e inovadoras em 100% dos cursos, promovendo uma aprendizagem centrada no estudante.
2. Ofertar programas de formação continuada e Educação ao Longo da Vida que atendam as demandas da sociedade e do público sênior.
3. Desenvolver currículos interdisciplinares alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Decade of Healthy Ageing.
4. Garantir a inclusão de tecnologias digitais e recursos interativos em todas as disciplinas até 2026.
5. Ampliar a formação docente, oferecendo capacitações anuais em inovação pedagógica e tendências educacionais.

### Pesquisa



1. Estabelecer grupos de pesquisa focados em envelhecimento, gerontotecnologia e inovação educacional, com produção científica consistente.
2. Promover parcerias nacionais e internacionais para fomentar redes colaborativas de pesquisa.
3. Publicar ao menos 50 artigos científicos por ano em revistas indexadas de alto impacto até 2029.
4. Criar um centro de pesquisa aplicada para desenvolvimento de tecnologias voltadas ao envelhecimento saudável.
5. Incentivar a participação de docentes e discentes em eventos científicos, garantindo presença em pelo menos 10 congressos anuais.

### **Extensão**

1. Desenvolver programas comunitários que beneficiem diretamente crianças, jovens e idosos, focados em alfabetização e inclusão digital.
2. Promover ações de extensão em saúde, educação e bem-estar, impactando comunidades vulneráveis.
3. Estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas para ampliar o alcance das iniciativas extensionistas.
4. Criar um centro de referência para projetos extensionistas que atendam ao público sênior.
5. Organizar eventos anuais, como feiras e seminários, para compartilhar os resultados dos projetos de extensão com a sociedade.

**Tabela 02. Objetivos organizados por área**

Área	Objetivos
Ensino	Implementar metodologias ativas e inovadoras em 100% dos cursos, promovendo uma aprendizagem centrada no estudante.



Área	Objetivos
	Ofertar programas de formação continuada e Educação ao Longo da Vida que atendam as demandas da sociedade e do público sênior.
	Desenvolver currículos interdisciplinares alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Decade of Healthy Ageing.
	Garantir a inclusão de tecnologias digitais e recursos interativos em todas as disciplinas até 2026.
	Ampliar a formação docente, oferecendo capacitações anuais em inovação pedagógica e tendências educacionais.
<b>Pesquisa</b>	Estabelecer grupos de pesquisa focados em envelhecimento, gerontotecnologia e inovação educacional, com produção científica consistente.
	Promover parcerias nacionais e internacionais para fomentar redes colaborativas de pesquisa.
	Publicar ao menos 50 artigos científicos por ano em revistas indexadas de alto impacto até 2029.
	Criar um centro de pesquisa aplicada para desenvolvimento de tecnologias voltadas ao envelhecimento saudável.
	Incentivar a participação de docentes e discentes em eventos científicos, garantindo presença em pelo menos 10 congressos anuais.
<b>Extensão</b>	Desenvolver programas comunitários que beneficiem diretamente crianças, jovens e idosos, focados em alfabetização e inclusão digital.
	Promover ações de extensão em saúde, educação e bem-estar, impactando comunidades vulneráveis.
	Estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas para ampliar o alcance das iniciativas extensionistas.
	Criar um centro de referência para projetos extensionistas que atendam ao público sênior.
	Organizar eventos anuais, como feiras e seminários, para compartilhar os resultados dos projetos de extensão com a sociedade.



**Tabela 03. Objetivos com foco no público 60+**

Área	Objetivo	Meta	Indicador de Impacto	Ano
Ensino	Implementar metodologias ativas e inovadoras para o público 60+, promovendo uma aprendizagem adaptada e centrada no idoso.	Aplicar metodologias ativas em 100% dos programas voltados ao público 60+ até 2026.	Percentual de programas com metodologias ativas para o público 60+.	2026
	Ofertar programas de formação continuada e Educação ao Longo da Vida direcionados ao público 60+.	Criar 10 novos programas para idosos até 2027.	Número de programas ofertados e participantes 60+ atendidos.	2027
	Desenvolver currículos interdisciplinares alinhados aos ODS e às demandas específicas do público idoso.	Revisar 100% dos currículos para inclusão de temas relevantes ao público 60+ até 2026.	Número de currículos atualizados com foco no público idoso.	2026
	Garantir a inclusão de tecnologias digitais e recursos interativos voltados à alfabetização digital de idosos.	Equipar 100% das salas com tecnologias adaptadas às necessidades do público idoso até 2025.	Percentual de salas e disciplinas adaptadas ao público 60+.	2025
	Ampliar a formação de docentes para atuar com o público 60+, oferecendo capacitações anuais sobre envelhecimento ativo.	Capacitar 100% dos docentes para ensino voltado ao público idoso até 2029.	Número de docentes capacitados por ano para trabalhar com 60+.	2029
Pesquisa	Estabelecer grupos de pesquisa focados em envelhecimento, gerontotecnologia e educação ao longo da vida para o público 60+.	Criar 5 grupos de pesquisa interdisciplinares até 2025.	Número de grupos formados e ativos com foco no público idoso.	2025
	Promover parcerias nacionais e internacionais para redes colaborativas de pesquisa sobre envelhecimento saudável.	Firmar 10 parcerias com instituições até 2027.	Número de parcerias firmadas e projetos colaborativos realizados.	2027
	Publicar ao menos 50 artigos científicos anuais sobre educação e tecnologias voltadas ao público idoso.	Publicar 50 artigos anualmente até 2029.	Número de artigos publicados sobre o público 60+.	2029
	Criar um centro de pesquisa aplicada para	Implantar o centro até 2026.	Centro de pesquisa implementado e	2026



Área	Objetivo	Meta	Indicador de Impacto	Ano
	tecnologias e metodologias voltadas ao envelhecimento saudável.		projetos desenvolvidos.	
	Incentivar a participação de idosos em projetos de pesquisa e eventos científicos.	Envolver ao menos 100 participantes 60+ em projetos anuais até 2029.	Número de idosos participantes em projetos e eventos científicos.	2029
<b>Extensão</b>	Desenvolver programas comunitários voltados ao público 60+, como alfabetização digital e promoção do envelhecimento ativo.	Impactar 5.000 idosos até 2028.	Número de beneficiados por programas comunitários voltados a 60+.	2028
	Promover ações de extensão em saúde, educação e bem-estar para o público idoso.	Realizar 20 ações anuais de extensão voltadas a idosos até 2029.	Número de ações realizadas e idosos atendidos.	2029
	Estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas para ampliar o alcance das iniciativas para idosos.	Firmar 15 parcerias até 2026.	Número de parcerias firmadas e ações conjuntas para o público 60+.	2026
	Criar um centro de referência para projetos extensionistas que atendam o público 60+.	Implantar o centro até 2027.	Centro de referência implementado e atividades realizadas para idosos.	2027
	Organizar eventos anuais, como feiras e seminários, para compartilhar resultados dos projetos de extensão com idosos.	Realizar 1 evento por ano voltado ao público idoso até 2029.	Número de eventos organizados e idosos participantes.	2029

### 2.2.5. Inserção Regional

A inserção municipal do IMEI está comprometida com o desenvolvimento local do município, através da formação e qualificação de profissionais, norteadas pela excelência no ensino, que lhes possibilite intervir na realidade e de empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor à sociedade e auxiliem o Estado a responder a crise recente. Evidencia-se neste cenário, a necessidade vital da instituição apoiar a comunidade local com projetos de startups, fazendo jus aos pilares da responsabilidade social ancorados no empreendedorismo social.



A Educação Superior tem um papel fundamental no cenário local, regional e nacional. O IMEI se dá com a educação ao longo da vida, também com a possibilidade de acesso profissional e de mobilidade social.

Nesse cenário, a graduação tem importante papel para modificar realidades nas diferentes áreas de atuação (cursos de graduação de bacharelado, pós-graduação e cursos livres) atendendo a demandas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Aracaju é a capital do Estado de Sergipe, que é o menor dos Estados brasileiros em extensão territorial, ocupando uma área total de 21.910,3 km<sup>2</sup>, o que equivale a 0,26% do território nacional e 1,4% da Região Nordeste. Seus limites geográficos são: ao norte com o Estado de Alagoas, separado pelo Rio São Francisco; ao sul e a oeste pelo Estado da Bahia; e ao leste com o Oceano Atlântico.

Localiza-se no leste do estado, sendo cortada por rios como o Sergipe e o Poxim. Apesar de ser a menos populosa das capitais nordestinas, sua localização a caracteriza como importante ponto estratégico como centro urbano, econômico, cultural e político para a região e para o país.

É reconhecida como a capital com menor desigualdade do Nordeste Brasileiro, como a cidade com infraestrutura saudável, exemplo nacional na consideração de ciclovias nos projetos de deslocamento urbano e é considerada a segunda capital do país com menor índice de fumantes.

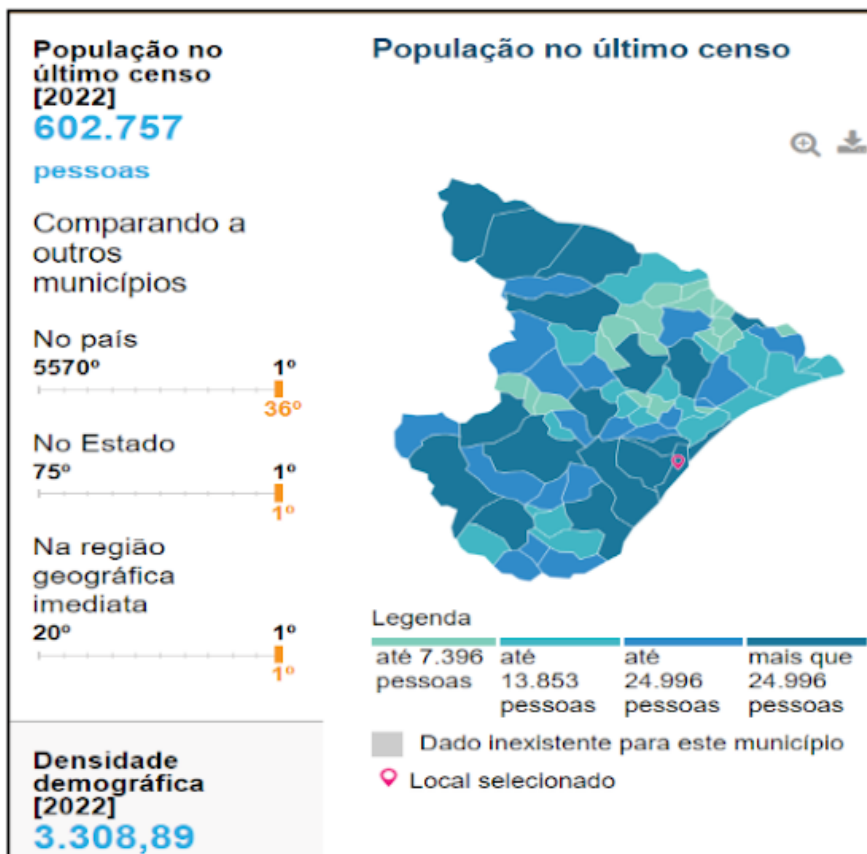
Está entre as capitais com os custos de vida mais reduzidos do país, tendo focado mais recentemente suas ações turísticas na criação de alojamentos coletivos, tais como os mundialmente conhecidos hostels.

Segundo dados do sítio do IBGE o Estado de Sergipe é a 22<sup>a</sup> (vigésima segunda) economia do país, localiza-se na Região Nordeste, ocupa uma área de 21.938,184 km<sup>2</sup>, possui 75 (setenta e cinco) municípios, sendo o menos populoso, com aproximadamente 2.210.004 habitantes, com densidade demográfica de 100,74 /km<sup>2</sup> e uma renda per capita de R\$ 1.218,00 (IBGE, 2022).

A capital sergipana, Aracaju, segundo dados do censo do IBGE (2022) tinha 602.757 habitantes, sendo a 36<sup>a</sup> maior cidade brasileira. O município de Aracaju tem uma alta densidade demográfica, de aproximadamente 3.308,89 hab/km<sup>2</sup> (IBGE,2022).



**Figura 02. População e Densidade Demográfica de Aracaju/SE**



Fonte: IBGE Cidades, 2022.

A análise da pirâmide etária de 2022 evidencia um processo consistente de transição demográfica, marcado pela redução proporcional das faixas etárias mais jovens e pelo expressivo alargamento das faixas adultas e idosas, especialmente a partir dos 40 anos, com predominância feminina nas idades mais avançadas. Aplicado ao contexto de Aracaju, esse comportamento demográfico reforça a consolidação de um município em processo de envelhecimento populacional, alinhado às tendências nacionais, mas com impactos diretos sobre o planejamento social, econômico e educacional local. Observa-se uma estrutura populacional que demanda crescente ampliação de políticas públicas, serviços especializados e oportunidades voltadas à população adulta e idosa, incluindo educação continuada, reinserção produtiva, qualificação profissional e promoção da cidadania ao longo da vida.

Por sua relevância econômica e produtiva, a análise do contexto da Capital




implica no reconhecimento das suas particularidades no Estado como um todo.

Segundo dados do trabalho e renda do IBGE, em 2022, o salário médio mensal em Aracaju era de 2,6 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total sergipana era de 35,8%.

Em 2022, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,58%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 56 de 75. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3803 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,2 e para os anos finais, de 4,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 7 e 17 de 75. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3917 e 4071 de 5570.

**Figura 03. Dados Educacionais**

 <b>EDUCAÇÃO</b>	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	<b>98,58 %</b>
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	<b>5,2</b>
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	<b>4,2</b>
Matrículas no ensino fundamental [2024]	<b>74.217</b> matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	<b>25.062</b> matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	<b>4.117</b> docentes
Docentes no ensino médio [2024]	<b>1.829</b> docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	<b>271</b> escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	<b>105</b> escolas

Fonte, IBGE Cidades, 2025.

### 2.2.5.1. A Educação Superior em Sergipe

Quando se analisa o nível de escolaridade, em especial a proporção da população com Ensino Superior completo, se observa disparidades. No estado de Sergipe, aproximadamente 13% da população adulta (25 anos ou mais) tem diploma



de curso superior. Esse número coloca Sergipe abaixo da média nacional, que é de aproximadamente 21%. Isso reflete tanto a dificuldade de acesso ao Ensino Superior em muitas áreas do estado, quanto a evasão escolar ao longo do ensino básico e médio.

Em contraste, Aracaju apresenta uma taxa significativamente mais elevada de pessoas com Ensino Superior completo, com cerca de 20% da população adulta possuindo um diploma universitário. Esse índice mais elevado na capital pode ser explicado pela concentração de instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, além de melhores oportunidades econômicas e de emprego para quem possui qualificação acadêmica.

A inserção municipal do IMEI está comprometida com o desenvolvimento local do município, através da formação e qualificação de profissionais norteada pela excelência no ensino, que possibilite às pessoas, em diferentes estágios da vida, intervir na sua própria vida, como também, na realidade que o cerca e empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor a si e à sociedade.

Evidencia-se neste cenário, a possibilidade vital dos estudantes ressignificarem seu momento de vida, e, a necessidade da instituição apoiar a comunidade local com projetos de extensão e ter o Núcleo de Prática Jurídica, fazendo jus aos pilares da responsabilidade social.

No âmbito do Ensino superior no município de Aracaju existem 15 instituições de ensino superior, conforme figura abaixo:



**Tabela 04. Instituições de Ensino Superior - Aracaju/SE**

Resultado da Consulta Por : INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR									
<a href="#">Histórico de índices</a> <a href="#">Exportar Excel</a>									
Instituição - IES	Sigla	Município/UF	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa	IGC	CI	CI-EaD		
(2122) CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SERGIPE <small>Em Supervisão - Procedimento Sancionador com Medida Cautelar: Portaria nº 347/2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 23/10/2020: Medidas cautelares aplicadas ao curso de Psicologia (cód. e-MEC nº 110360).</small>	-	Aracaju/SE	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	3	5	-		
(4121) CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURICIO DE NASSAU DE ARACAJU	-	Aracaju/SE	Centro Universitário	Privada sem fins lucrativos	3	5	5		
(661) CENTRO UNIVERSITÁRIO PIO DÉCIMO	UNIPIO	Aracaju/SE	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	3	4	4		
(2045) FACULDADE AMADEUS	FAMA	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3	-		
(1968) FACULDADE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA	FBT	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3	-		
(1151) FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, NEGÓCIOS E SAÚDE DE SERGIPE <small>Unificação de Mantidas: Processo nº 202402750</small>	FANESE	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	4	5		
(3778) FACULDADE DE ARACAJU	FACAR	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	2	3	-		
(22100) Faculdade de Direito 8 de Julho	-	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	-	4	-		
(15133) FACULDADE JARDINS	FACJARDINS	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	4	4		
(2248) FACULDADE SERGIPANA	FASER	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	2	3	-		
(5362) Faculdade UNIRB - ARACAJU	F. UNIRB	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	4	-		
(22470) Faculdade Universalis <small>Em supervisão - Procedimento Sancionador sem Medida Cautelar: Portaria nº 292/2025, Processo de Supervisão nº 23000.026773/2024-05. Suspensão PROUNI: Não preenchimento do último Censo, Art. 2º e 4º da Portaria 794/2013, Portaria N. 468/2025 - DOU 16/07/2025, SEI 23000.045436/2024-17. Suspensão contrato FIES: Não preenchimento do último Censo, Art. 2º e 4º da Portaria 794/2013, Portaria N. 468/2025 - DOU 16/07/2025, SEI 23000.045436/2024-17</small>	FACALSIS	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	-	3	-		
(3183) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	Aracaju/SE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	4	3	-		
(25780) Instituto Mariano de Estudos e Inovação	IMEI	Aracaju/SE	Faculdade	Privada com fins lucrativos	-	4	-		
(398) UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	Aracaju/SE	Universidade	Privada com fins lucrativos	3	5	5		

Fonte: Sistema e-MEC, 2026.

O IMEI como instituição de Ensino Superior, com a oferta do curso de Bacharelado em Direito voltado prioritariamente para pessoas idosas, insere-se, institucionalmente, na política de desenvolvimento do Estado e Município de Aracaju e da Região de Sergipe, sob a perspectiva da Comunidade Global, com objetivos e metas descritos nos próximos itens.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais de idade no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou 7,4% da população.

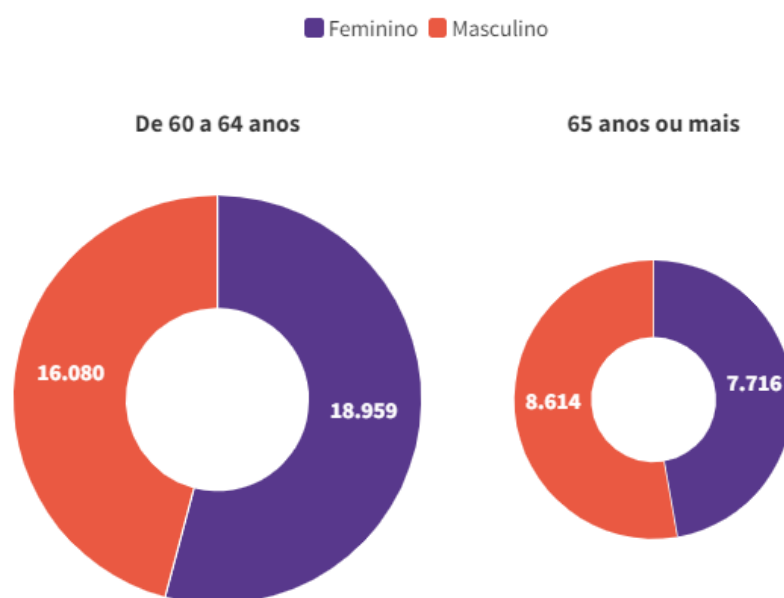
Já a população idosa de 60 anos ou mais, ainda segundo o IBGE e com base



em números de 2022, é de 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Para o IMEI esses dados sobre os resultados do universo da população do Brasil revelam uma janela aberta à educação superior voltada para essa parcela da população.

Segundo dados do Censo da Educação Superior do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 51.300 pessoas idosas (26,6 mil mulheres e 24,7 mil homens) estão matriculadas em cursos superiores no Brasil.

**Figura 04. Alunos de 60 anos, ou mais, matriculadas em Curso de Graduação**



Fonte: Censo da Educação Superior 2022

Também no Ensino Fundamental e Médio, Aracaju ainda enfrenta em 2024 uma série de desafios para proporcionar uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Notadamente, há muito a ser feito, e só com alta prioridade política e uma série de políticas públicas implementadas de forma coerente é que o município conseguirá avançar de modo consistente nos próximos anos. A diversidade formativa, etária e cultural que envolvem os discentes, o avanço exponencial dos recursos tecnológicos, o acesso facilitado à informação são fatores que interferem diretamente



no fazer pedagógico dos professores.

Nesse contexto o IMEI apresenta como princípio basilar a busca por um novo fazer pedagógico, acreditando na educação ao longo da vida, com metodologia ativa modificando a postura dos atores da sala de aula (docentes e discentes).

O IMEI acredita que o ensino envolve além do conhecimento uma leitura de mundo onde as relações sociais e econômicas são de extremo enredamento e dinamismo para propiciar ao corpo docente e discente a noção de unidade do conhecimento, elemento essencial para um aprendizado efetivo.

A crescente curva de envelhecimento da população mundial é um dos fenômenos emergentes do século XXI, e o Brasil, que até pouco tempo era considerado “um país de população jovem”, em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL 2022) 15,8% da população brasileira é composta por idosos, considerando aqueles com 60 anos ou mais. Esse percentual reflete a tendência de envelhecimento da população no Brasil, que vem aumentando nas últimas décadas.

Por vezes, pessoas idosas, muitas recém aposentadas e sentindo-se ativas, dispostas, plenamente aptas a continuar a trabalhar, ávidas por continuarem produtivas, buscam uma segunda (ou mais uma) graduação ou simplesmente porque não tiveram a oportunidade de fazer um curso superior na juventude aproveitam a terceira (e “melhor”) idade para ir para uma faculdade.

O etarismo e as barreiras geracionais cada vez mais se quebram para realização não mais de um sonho, mas de ocupação mental, de maior qualidade de vida e de cidadania. A experiência de vida é e deve ser vista como um *plus* na busca incessante pelo conhecimento e o IMEI busca se inserir como um impulsionador para tanto, aproveitando-se de toda essa vivência para trazer e amplificar em sala de aula importantes e atuais debates para a sociedade.

O número de idosos no ensino superior brasileiro é cada vez mais crescente e o IMEI percebeu essa realidade, mormente pelos benefícios que esse fenômeno traz para a sociedade como um todo. Ao se quebrar a barreira etária e mostrar o quanto o idoso ainda pode produzir e ser útil ao meio social, estar-se dando-lhe maior autonomia e cidadania, ocupando sua mente e mantendo-a produtiva, em suma, mantendo sua qualidade de vida, notadamente com a manutenção e até melhora de suas funções cognitivas, de sua saúde e de seu bem-estar, inclusive perpassando



pela criação de novas redes sociais e de novos propósitos de vida.

O IMEI é pioneiro no projeto de uma faculdade e de um curso de Direito voltado para o público sessenta mais, vale dizer, o ingresso e toda a formatação do curso (ensino, pesquisa e extensão) são voltados para pessoas idosas.

Essa Ocorrência tem mobilizado a sociedade e incentivado novos empreendimentos e pesquisas nas Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, dado que o envelhecimento exige saberes multidisciplinares e intervenções interdisciplinares. Nesse contexto, questiona-se o acesso dessa população a um envelhecimento digno e de qualidade, considerando a educação como uma estratégia para potencializar suas capacidades.

Nos contextos educacionais, observa-se que eles se configuram como ambientes de formação e de criação de conhecimentos. Um exemplo disso é a (re)interpretação das ideias sobre o envelhecimento, que desafia os preconceitos presentes na sociedade, como a crença de que os idosos possuem dificuldades em aprender.

Entretanto, de acordo com Carmo (2007) verifica-se que um novo perfil de idoso está emergindo, participando ativamente de ambientes educacionais. Este indivíduo se destaca por pensar e agir de maneira distinta, demandando um tratamento especial, e luta por seus direitos e por sua cidadania. O idoso do século XXI busca, através da educação, estabelecer sua presença na sociedade. Ao ter a oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior, suas chances de se envolver ativamente na aquisição de novos conhecimentos aumentam, permitindo-lhe contribuir para a formação de uma nova cultura, enriquecida pelas experiências acumuladas ao longo de sua vida, e promovendo seu sentimento de pertencimento na sociedade.

A entrada na universidade pode contribuir para o acesso às escolhas mais significativas, aos meios de comunicação, a metodologias integradas e complexas, com o indivíduo passando a reconstruir o processo pelo qual modifica a sua representação da realidade social. Sente-se mais gente. O mundo moderno pode oferecer oportunidades para o exercício da cidadania na velhice, desenvolvendo a autoestima, a autoconfiança, resgatando a dignidade aos seus participantes ativos. Não se refere aqui a adaptar as habilidades humanas ao ritmo acelerado da mudança mundial, mas a tornar esse mundo em rápida mudança mais hospitaleiro para o idoso.



O IMEI entende, que, enquanto faculdade, enquanto instituição social, deve procurar atender a uma de suas funções sociais na comunidade onde está inserido, adaptando seus cursos e programas às necessidades da população. Isso permite que todos os grupos, sem distinção de idade, cor, religião, etnia ou condição social, possam participar. Nessa perspectiva, acreditamos, assim como D'Alencar (2002), que a educação dos idosos apresenta-se em processo de (re) construção quanto ao campo conceitual e prático, considerando as especificidades características desses sujeitos da aprendizagem. Entendendo a importância da discussão dessa questão social para o norteamo das políticas públicas e das intervenções sociais, o IMEI se propõe a ofertar condições de acesso dessa população ao Ensino Superior, entendendo que a educação configura-se como uma importante ferramenta de superação da marginalização do sujeito frente à velhice, fornecendo ao idoso, conhecedor dos seus direitos, subsídios para intervir na construção de políticas públicas que favoreçam um processo do envelhecimento ativo e socialmente participativo.

### **2.3. Das Áreas de Atuação**

O IMEI atuará no Ensino Superior com a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial desenvolvendo políticas de ensino, de pesquisa/iniciação científica e de extensão (curricular, aperfeiçoamento, eventos etc.), além de contemplar, plenamente, ações acadêmicas e administrativas que possibilitam a implementação das dez dimensões do SINAES.

A sua atuação tem como referencial a legislação da Educação Superior, os atos normativos do MEC e do CNE e seus próprios atos, bem como, a base filosófica expressa no seu Projeto Pedagógico Institucional.

A oferta de cursos pretendida pela IES bem como a sua implantação encontra-se descrita abaixo.



**Tabela 05. Cursos de Graduação que serão ofertados pela IES**

<b>CURSO</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>Carga Horária Total</b>	<b>Situação</b>
Graduação Bacharelado em Direito	90	Noturno	Semestral	4600h	Autorizado pela portaria MEC nº 825, de 10/08/2022
CST Educação Social	240	Noturno	Semestral	2100h	Protocolado
CST Gestão de Serviços Judiciais e Notariais	60	Noturno	Semestral	1800h	Protocolado
CST Gestão Pública	60	Noturno	Semestral	1800h	Protocolado

#### **2.4. Alinhamento das políticas e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural**

O IMEI estabelece, no âmbito deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma política integrada que une as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural. Essa política busca fomentar a produção e a interpretação do conhecimento, promovendo um ambiente acadêmico dinâmico que transcende as fronteiras disciplinares e se manifesta por meio de linhas de pesquisa e projetos transversais do curso ofertado.

A instituição orienta suas ações para que os projetos de pesquisa e de iniciação científica não apenas desenvolvam competências técnicas e críticas nos discentes, mas também contribuam para a resolução de problemas práticos do setor de saúde. Para isso, incentiva a formação de grupos de estudos e núcleos interdisciplinares, onde docentes, alunos e técnicos colaboram na elaboração de projetos que integrem conhecimentos teóricos com soluções inovadoras. Esses



projetos são estruturados de modo a utilizar os avanços tecnológicos disponíveis, como ferramentas digitais, softwares especializados e a aplicação de metodologias inovadoras que ampliem as fronteiras do conhecimento.

Paralelamente, a política de inovação tecnológica da Faculdade está intimamente ligada à promoção do desenvolvimento artístico e cultural. Reconhecendo que a expressão artística e o resgate cultural são fundamentais para a formação integral dos profissionais, a instituição investe em projetos e eventos que incentivam a criatividade, a produção artística e o diálogo com a comunidade, em âmbito nacional e internacional. Por meio de imersões (missão), exposições, festivais, oficinas e outras iniciativas culturais, a Faculdade não apenas enriquece o processo educativo, mas também contribui com a ampliação da visão de mundo e a preservação da memória cultural e do patrimônio artístico regional, nacional e mundial.

Essa abordagem integrada permite que as iniciativas de pesquisa, inovação e cultura se complementem e se potencializem mutuamente, criando mecanismos de transmissão e disseminação dos resultados que alcançam não só a comunidade acadêmica, mas também os setores produtivos e a sociedade em geral. A divulgação dos resultados ocorre por meio de publicações científicas, seminários, conferências e plataformas digitais, que facilitam o acesso aos conhecimentos produzidos e estimulam a participação de diversos atores externos. Dessa forma, o impacto dos projetos se estende além dos muros da instituição, contribuindo para o desenvolvimento regional, nacional e para a transformação social.

As políticas institucionais, alinhadas neste PDI, prevê ainda um rigoroso sistema de monitoramento e avaliação dos projetos desenvolvidos, que utiliza indicadores de desempenho específicos para mensurar a qualidade das pesquisas, a efetividade das iniciativas de inovação e o alcance das ações culturais. Esse processo de autoavaliação, conduzido por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), permite a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, possibilitando a reformulação de estratégias e a implementação de planos de ação que garantam a evolução contínua das práticas institucionais.

Em síntese, o **IMEI** reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica e a responsabilidade social por meio de uma política robusta que integra pesquisa, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural. Essa abordagem interdisciplinar e transversal não só promove a formação de profissionais altamente



capacitados e inovadores, mas também contribui para o avanço científico, o enriquecimento cultural e o desenvolvimento sustentável da sociedade, consolidando a instituição como referência no setor de saúde e no cenário educacional regional, nacional e internacional.

## **2.5. Alinhamento das políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial**

O IMEI, no âmbito deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), adota uma política institucional integrada e abrangente, que privilegia a valorização da diversidade, a preservação do meio ambiente, o resgate da memória cultural, o estímulo à produção artística e a proteção do patrimônio cultural. Essa política se estende de forma transversal a todos os cursos ofertados, garantindo que cada área de formação contribua para o desenvolvimento de competências críticas, éticas e sociais nos egressos, e que os resultados dessas ações sejam transmitidos de maneira eficaz para a comunidade.

A política institucional fundamenta-se no reconhecimento de que a diversidade, seja de origens, culturas, gêneros, etária ou perspectivas, é um elemento enriquecedor do processo educativo, pois promove o diálogo, a criatividade, intergeracionalidade, internacionalidade e a inovação.

Nesse sentido, a instituição implementa iniciativas que incentivam a participação ativa de grupos historicamente marginalizados, promovendo espaços de debate e ações que garantam a representatividade em todas as esferas acadêmicas. Essa postura não apenas amplia a visão dos alunos sobre as complexidades sociais, mas também os prepara para atuar de forma inclusiva e colaborativa em ambientes profissionais e comunitários.

Simultaneamente, a Faculdade adota uma política de sustentabilidade que integra a proteção do meio ambiente ao seu compromisso com o ensino e a pesquisa. Projetos de educação ambiental, práticas sustentáveis e iniciativas voltadas à redução do impacto ecológico são incorporados ao cotidiano acadêmico, preparando os alunos para desenvolverem soluções inovadoras que conciliem o desenvolvimento



econômico com a preservação dos recursos naturais. Essa integração é fundamental para a formação de profissionais conscientes da importância da sustentabilidade e aptos a contribuir para a construção de um futuro mais equilibrado.

No campo da memória cultural e do patrimônio artístico, a instituição reconhece a relevância do resgate e da difusão das tradições e manifestações culturais como instrumentos de fortalecimento da identidade regional e coletiva. O IMEI promove a realização de eventos culturais, exposições, festivais e oficinas que incentivam a expressão artística e o resgate das tradições locais. Essa valorização não só enriquece a formação dos alunos ao proporcionar uma experiência de aprendizagem que transcende o conhecimento técnico, mas também contribui para a preservação do patrimônio cultural e para a promoção de uma cultura de respeito e diálogo intergeracional.

Além disso, este PDI incorpora ações afirmativas voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e à igualdade étnico-racial. Medidas específicas são implementadas para combater desigualdades históricas e estruturais, por meio de programas de apoio, políticas de inclusão e iniciativas de sensibilização que garantem o acesso equitativo à educação e à participação plena na vida acadêmica e social. Essas ações buscam criar um ambiente seguro e acolhedor, onde a diversidade é celebrada e onde cada indivíduo tem a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo, contribuindo para uma sociedade mais justa e plural.

A transversalidade dessas políticas é um dos pontos fortes deste PDI, pois permite que a valorização da diversidade, a sustentabilidade ambiental, o resgate cultural e as ações afirmativas permeiem todos os cursos e áreas de atuação da Faculdade. Essa abordagem integrada amplia as competências dos egressos, que passam a atuar não apenas com conhecimento técnico, mas também com uma visão crítica e humanizada da realidade, aptos a identificar e resolver problemas sociais complexos. Para assegurar a eficácia das ações, a instituição adota mecanismos de monitoramento e avaliação contínua, por meio dos quais os resultados das iniciativas são sistematicamente analisados, ajustados e disseminados para a comunidade acadêmica e externa, garantindo que o impacto dessas políticas seja mensurado e aperfeiçoado ao longo do tempo.

A política institucional do IMEI ao alinhar estratégias que promovem a diversidade, a sustentabilidade, a preservação cultural e a defesa dos direitos



humanos, reafirma seu compromisso com a formação integral e transformadora de seus alunos, como também, com o enfrentamento do etarismo. Essa integração de valores e práticas não apenas fortalece a identidade institucional, mas também contribui decisivamente para o desenvolvimento regional e para a construção de uma sociedade mais ética, inclusiva e sustentável.

## **2.6. Alinhamento das políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social**

O **IMEI** integra, de forma coesa e estratégica, seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) às políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social, criando um ambiente acadêmico e operacional que estimula a melhoria das condições de vida da população, a inclusão social e o empreendedorismo. Essa integração reflete o compromisso da instituição com a transformação social, articulando seus objetivos e valores de forma a promover ações inovadoras e sustentáveis que impactem positivamente a comunidade.

No cerne dessa política, a Faculdade adota uma abordagem que reconhece a importância de desenvolver parcerias com entidades governamentais, empresas e organizações da sociedade civil. Tais parcerias são fundamentais para a realização de projetos colaborativos que visam estimular o empreendedorismo e a inovação, gerando novos produtos e serviços que atendam às demandas do setor de saúde e contribuam para o fortalecimento da economia regional.

A política de desenvolvimento econômico é concebida para articular as práticas de ensino com ações que promovam a inclusão social. Por meio de programas de bolsas, incentivos à permanência acadêmica e ações afirmativas, a Faculdade amplia o acesso à educação superior, proporcionando condições diferenciadas para estudantes de diversos contextos socioeconômicos. Essa estratégia de inclusão visa reduzir as desigualdades regionais, capacitando os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, por meio do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais que favoreçam a empregabilidade e a geração de renda.

Além disso, a responsabilidade social é tratada como um pilar fundamental da atuação institucional, refletindo o compromisso da Faculdade com a melhoria das



condições de vida da população. Iniciativas de extensão, projetos de pesquisa voltados para a solução de problemas locais e programas de ação comunitária são desenvolvidos de forma transversal, permitindo que o conhecimento gerado na instituição seja efetivamente transmitido para a sociedade. Essa transferência de conhecimento se dá por meio de eventos, atividades de extensão, publicações, workshops e plataformas digitais, que garantem que os resultados dos projetos acadêmicos tenham impacto direto no desenvolvimento social e econômico da região.

A incorporação de avanços tecnológicos e a promoção de metodologias inovadoras também são aspectos essenciais dessa política. A instituição investe em infraestrutura de ponta e em recursos digitais que permitem a implementação de processos de ensino, pesquisa e extensão de alta qualidade, integrando ferramentas tecnológicas que facilitam a interação entre os diversos atores do ambiente acadêmico. Essa integração tecnológica não só potencializa os resultados acadêmicos, mas também prepara os alunos para enfrentar os desafios do mercado global, dotando-os de uma visão estratégica e inovadora.

Por meio de um sistema de monitoramento e avaliação contínua, a Faculdade acompanha indicadores de desempenho que medem a efetividade das ações de desenvolvimento econômico e responsabilidade social, tais como a taxa de participação dos alunos em programas de empreendedorismo, o impacto dos projetos de extensão na comunidade e a melhoria dos índices de inclusão social. Esses dados orientam a revisão periódica das políticas institucionais, permitindo a implementação de ajustes e a formulação de novos planos de ação que garantam a evolução constante das práticas adotadas.

O alinhamento entre este PDI e as políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social reafirma o compromisso do **IMEI** com uma educação que vai além da sala de aula, contribuindo para a transformação da realidade regional. Ao promover a integração entre ensino, pesquisa, inovação e ação comunitária, a instituição fortalece sua missão de formar profissionais não apenas altamente capacitados, mas também comprometidos com a construção de um futuro mais inclusivo, sustentável e inovador para a sociedade.



### **3.POLÍTICAS ACADÊMICAS (EIXO 3)**

Na perspectiva de uma Instituição de Educação Superior, com capacidade de preparar profissionais, cujo perfil atenda à demanda atual da sociedade, se estabelece políticas que, proporcionam caminhos eficazes de formação para todos os que nela estudam, por meio um projeto inovador, centrado no aluno, baseado na concepção de uma educação ao longo da vida, consciente e transformadora. Assim, há pressupostos estabelecidos que se constituem em diretrizes para as políticas, que agora passam a ser descritas no âmbito do Eixo 3.

#### **3.1. Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI**

O Projeto Pedagógico Institucional - PPI é um documento político, filosófico e teórico-metodológico, constante do PDI que foi concebido como linha mestra para orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estabelecendo as políticas para sua prática educacional para a modalidade presencial.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio da Políticas Acadêmicas, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior. Para o IMEI as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que se comprometam com estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, apreciação da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Que possuam domínio das competências e habilidades jurídicas, além de uma formação comprometida com princípios de sustentabilidade, solidariedade, ética e cidadania.

O PPI como base política e filosófica gera unicidade nas ações acadêmico-administrativas que norteiam o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas pelos gestores, docentes e técnicos administrativos. Todas as questões pertinentes ao perfil de egressos, as metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES (graduação e pós-graduação), ao uso de recursos tecnológicos e flexibilidade dos componentes

curriculares, estão alocadas no PPI.

A política do IMEI para a graduação e pós-graduação fundamenta-se na articulação do ensino de excelência, iniciação científica e a extensão, objetivando ainda a formação de qualidade acadêmica e profissional. A IES cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilitem a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sociopolítico e econômica da sociedade local, regional e internacional.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio da Políticas Acadêmicas, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior.

A Política de Ensino prevista para a graduação e pós-graduação neste PDI tem como princípios básicos:

- o cumprimento da missão institucional formando profissionais consonantes com o perfil do egresso desejado;
- a integração das ações do ensino, pesquisa e extensão; a valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade, consonantes com os valores institucionais;
- a flexibilização dos currículos e promoção da interdisciplinaridade, de forma a proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- a atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas socioeconômico-culturais da região onde a IES está inserida, acompanhando as mudanças do mundo moderno;
- o incentivo à produção técnico-científica e didática dos corpos docentes e discentes; a qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- o fortalecimento e ampliação das relações entre as unidades acadêmicas e administrativas, por meio dos seus Colegiados, Diretorias e Coordenações;
- a adoção de uma sistemática de avaliação e acompanhamento



contínuos das ações que configuram o trabalho institucional, realçando parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento de sua missão;

- a busca de formas alternativas de recursos e cooperação técnica, através de parcerias com outras organizações.

O Projeto Pedagógico Institucional da IES abrange a inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais, organização didático-pedagógica, políticas de ensino, iniciação científica e extensão, comunicação com a sociedade e as políticas de atendimento aos discentes.

Apoiada na missão e nos valores institucionais as IES orienta seus trabalhos para formação de pessoas e profissionais:

- com sólida formação geral, humanística e axiológica; crítica e reflexiva, aptos a identificar e propor solução de problemas no seu âmbito de atuação, atuando sempre em consonância com os princípios da ética, da responsabilidade social e ambiental;
- aptos a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da região de inserção e contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento social;
- aptos a atuar no desenvolvimento de novas tecnologias; empreendedores e capazes de promover o bom relacionamento inter e intrapessoal.

A elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é supervisionada pela Mantenedora e conduzida de forma colaborativa e integrada, garantindo a excelência e o alinhamento com os princípios institucionais. Esse processo envolve uma parceria estruturada entre o Pesquisador Institucional (PI), a Coordenação do curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA). Cada etapa é marcada por um planejamento rigoroso, análise criteriosa, estudos aprofundados e uma escrita compartilhada, promovendo a articulação entre os diversos atores acadêmicos e administrativos.

Essa abordagem participativa assegura que o PPC reflita as demandas regionais e nacionais, os princípios de qualidade acadêmica e o compromisso com a formação de profissionais altamente capacitados. Além disso, o envolvimento das



diferentes instâncias institucionais fortalece a coerência entre os objetivos do curso, as diretrizes curriculares nacionais e as necessidades específicas da área jurídica alinhando o projeto pedagógico aos valores e à missão da instituição.

O perfil da IES revela uma instituição, que tem compromisso com a qualidade na formação que oferece, por isso, orienta sua ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos. As ações extensionistas caracterizam a identidade da IES, que propõe a ampliação de sua atuação no âmbito nacional e internacional, avançando na construção de sua identidade capaz de ampliar os limites e horizontes.

Desta forma, o PPI é um documento de orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estatutárias e do plano de desenvolvimento institucional do IMEI, estabelecendo as políticas para sua prática educacional.

Para o IMEI as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que possuam domínio das competências e habilidades, além de uma formação comprometida com princípios de solidariedade, ética e cidadania.

O IMEI deseja facilitar o acesso de alunos, pesquisadores e sociedade a um projeto educacional bem-sucedido, a partir do espaço vivido dos estudantes, consolidar suas reservas cognitivas, motoras e relacionais tão essenciais, como base à nova oportunidade formativa.

Desta forma, o PPI é um documento de orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estatutárias e do plano de desenvolvimento institucional do IMEI estabelecendo as políticas para sua prática educacional.

Para o IMEI as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que possuam domínio das competências e habilidades, além de uma formação comprometida com princípios de sustentabilidade, solidariedade, ética e cidadania.

Entendendo a função social do PPI, este documento se consolida como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas pelos gestores, docentes e técnicos administrativos. Tratando-se de uma elaboração solidária para uma realidade específica em permanente mudança, o PPI caracteriza-se por três marcas indissociáveis: a singularidade, a dinamicidade e a



coletividade.

Assim, o Projeto Pedagógico Institucional da IES (PPI), por meio traduz as concepções que fundamentam a ação pedagógica em consonância com a Missão e a Visão de Futuro dessa IES. Os valores educativos presentes no PPI perpassam também o Plano de Desenvolvimento Institucional, impulsionando sua operacionalização em todas as instâncias acadêmicas. Constitui, assim, um documento capaz de contribuir favoravelmente para os rumos da IES, permitindo novas reflexões, interpretações e revisões.

Os objetivos pedagógicos, entretanto, somente serão alcançados se forem permanentemente vitalizados e dinamizados pela coletividade que se empenhou em sua elaboração, num processo dialógico, cooperativo e crítico, fundamentado em decisões compartilhadas.

As respostas às demandas da sociedade contemporânea terão êxito na medida em que cada membro da comunidade universitária for movido pelo compromisso de serviço e de qualidade institucionais. Para a efetivação e para a consolidação deste a IES estabelece **diretrizes** para ensino, na busca de constituição e consolidação de uma **identidade pedagógica**, tem-se os seguintes pressupostos:

**Indissociabilidade do Ensino superior:** ensino, pesquisa e extensão;

- Articulação de competências científico-tecnológicas e de relevância social, considerando:

- a diversidade de situações de ensino-aprendizagem,
- a teoria e prática são indissociáveis,
- o ensino-serviço-comunidade devem ser integrados, onde a aprendizagem é significativa e a pedagogia é problematizadora;
- os conhecimentos prévios dos estudantes de forma dialógica e ativa;
- Concepção da “interdisciplinaridade como essência e a **transdisciplinaridade como perspectiva**”;

- **Construção de Competências.** Não se baseiam apenas em conteúdos abordados, mas, principalmente, em atividades problematizadoras, que devem imprimir no futuro profissional de nível superior capacidades tais, que o definem como um profissional competente em tudo que vier a exercer no desempenho de suas atividades profissionais;

- **A concepção de que aprender ou construção do conhecimento é um ato**



social, embora individual, que ocorre na interação entre sujeitos (professor e alunos) e o objeto de estudo, mediados por tecnologia e inovação social.

- **Flexibilização Curricular**, dinâmica e não estática. Consiste em proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica considerando as novas demandas do mundo do trabalho, em consonância com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na perspectiva de um ensino (de graduação e pós-graduação) de qualidade;

- **A valorização do - Saber Sênior -**, acumulado através da experiência de vida de cada educando, tornando-o referência para as diretrizes da IES, além da busca de referenciais em vários campos do conhecimento;

- **Aprendizagem ativa**. O estudante está no centro do processo agregando, além das competências específicas, um conjunto de saberes e práticas que contribui para sua formação acadêmica, humana e social e associam a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento;

- **Princípios da Andragogia**. Reconhece que adultos têm necessidades, motivações e estilos de aprendizado diferentes, enfatizando a autonomia, a experiência e a relevância no processo de ensino-aprendizagem. É uma abordagem que valoriza o papel ativo do adulto na construção do seu próprio conhecimento e suas cognitivas, motoras e relacionais.

- **Inserção de conteúdos curriculares optativos:**

- de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Esses conteúdos curriculares podem ser incluídos como componentes curriculares transversais e/ou nas ementas de componentes curriculares específicos do curso;

- De temas de especificidades da área de afins do curso.

- **Metodologias inovadoras do ensino e da aprendizagem** - metodologias que promovam a aprendizagem significativa e que priorizem os processos que o aluno deve experimentar, por meio de seu protagonismo, para o devido desenvolvimento de competências, que implicam:

- Participar ativamente e colaborativamente da aprendizagem;

- Desenvolver a responsabilidade com o seu processo de formação;

- Desenvolver suas capacidades e habilidades mais facilmente;

- Tornar-se mais motivados e interessados nas atividades dos momentos



de aprendizagem - metacognição.

● **Orientação para a autonomia do estudante, e, se ele desejar, para as diferentes inserções do egresso no mundo do trabalho;**

● **Revisão continuada do perfil do egresso;**

● **Compreensão da extensão, como princípio educativo** e que a extensão e responsabilidade social caminham juntas e são desenvolvidas por meio de trabalhos, ações, eventos, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social;

● **Valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural**, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e Inclusão Social, como temas humanizadores importantes na formação de profissionais;

● **Entendimento da iniciação científica como um processo de qualificação do ensino e das práticas extensivas qualificando o ensino na sala de aula**, uma vez que os métodos científicos instrumentalizam o acadêmico a descobrir e a entender a realidade, permitindo sistematizar o conhecimento na busca de mudanças do entorno social em que se encontra; Implementação de metodologias que favoreçam o **atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação;**

● **Capacitação permanente dos docentes** nos aspectos didáticos e metodológicos do processo do ensino e da aprendizagem, no sentido de os tornarem cada vez mais aprimorados para trabalhar com a concepção pedagógica adotada pelo **IMEI;**

● **Acompanhamento e análise permanente do Projeto Pedagógico de Curso** (de graduação e pós-graduação), com o objetivo de avaliar a sua pertinência, atualização e adequação às necessidades de formação exigidas pela sociedade;

Compromisso na condução do exercício das funções institucionais – ensino, pesquisa e extensão – e no planejamento e gestão acadêmico-administrativos, tendo presentes a competência, a eficácia e a eficiência da comunidade acadêmica, a fim de contribuir, efetivamente, para a inclusão social e o desenvolvimento



socioeconômico da região.

### **3.1.1. Princípios Filosóficos e Teórico-metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição**

A educação e a formação do indivíduo devem privilegiar a organização dos tempos, espaços, saberes, das experiências de socialização, trabalho, forma respeitosa com as temporalidades dos sujeitos. Nessa mesma direção, o art. 2º da Lei 9394/96, define como finalidade da educação “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Na mesma Lei, encontram-se no artigo 43 as finalidades da Educação Superior, que oferecem amplo suporte aos encaminhamentos pedagógicos institucionais.

Percebe-se por meio da fundamentação legal que sustenta as finalidades do Ensino Superior que nenhuma das dimensões constitutivas do indivíduo deve ser minimizada. Ter o acadêmico como centro do processo educativo é reconhecer que para ele os conteúdos devem ser organizados e ele, com vivências, saberes e valores, representa o ponto de partida de qualquer planejamento e organização.

Essa perspectiva pressupõe, também, a conveniência de se assegurar ao acadêmico o tempo necessário do processo de aprendizagem, respeitando os ritmos de seu desenvolvimento. Na fase de vida adulta, o indivíduo já formou sua personalidade e identidade; possui repertório de conhecimentos e experiências adquiridas durante a história de sua vida.

Além de aplicar os princípios expostos, o **IMEI** atende à Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003; à Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008; à Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999; à Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e ao Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005; à Resolução CNE 1 de nº 30 de maio de 2012 e ao Parecer CNE/CP nº 8/2012.

### **3.1.2. Revisão Sistemática dos Currículos dos Cursos**

O **IMEI** terá mecanismos de revisão sistemática do perfil do formando, por meio do NDE, do Colegiado de Curso, da Avaliação Institucional; da percepção do coordenador e da percepção docente, com o objetivo de ajustá-lo às novas e constantes mudanças apresentadas com a evolução do mundo e do mundo do trabalho. E, fazendo



o acompanhamento do desenvolvimento do perfil de egressos de seu curso, conseqüentemente, terá discernimento das atualizações necessárias no currículo (o que se estuda”) e nas metodologias (o como se estuda”).

O NDE, por sua atribuição inata, fará acompanhamento de todo curso para garantir que:

- Os objetivos do curso continuem alinhados ao perfil profissional do egresso e à estrutura curricular e seus conteúdos estejam atualizados e na medida necessária de carga horária. Respondam às demandas o contexto educacional, às características locais e regionais e apontem para as práticas atuais no campo do curso;
- As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, previstas no curso, promovem oportunidades de aprendizagem coerentes com o perfil que se quer formar;
- A acessibilidade metodológica esteja adequada e sempre respondendo às demandas discentes;
- O Estágio Curricular Supervisionado esteja oportunizando o desenvolvimento das competências previstas e a vigiar a comunicação da instituição com os cenários de estágio para que seja eficiente para retroalimentar as atualizações das práticas profissionais

O Colegiado de Curso valida o perfil do egresso, trabalhado e sugerido pelo NDE, e poderá propor mudanças curriculares para garantir a sua consecução.

O Colegiado de Curso e o NDE, subsidiados pelo Relatório da CPA, farão reflexões e tomarão decisões de mudanças de rumo, se necessário for, para garantir o desenvolvimento das competências constituintes do perfil. E que o profissional egresso tenha uma versão de perfil, a mais atualizada possível, com o desenvolvimento científico da área e com a expectativa da sociedade, por meio de um currículo permanentemente atualizado.

O coordenador de curso também tem importante contribuição na revisão constante do perfil do egresso, na medida em que acompanhará o desenvolvimento do curso cotidianamente. Testemunhará se, o que foi idealizado para a construção do perfil está se concretizando, o que precisa de intervenção imediata, que se resolve com diálogo e orientação ao professor, ou mesmo, o que deve ser levado ao NDE e Colegiado de Curso



para os devidos encaminhamentos e alinhamentos curriculares ou metodológicos. Ele deverá acompanhar o desempenho dos discentes, comparar resultados do desenvolvimento de habilidades de cada período, levantar hipótese e inventariar as situações para o corpo docente, discentes e colegiados. O perfil precisa ser revisitado sempre. Todas as atividades e práticas, como também, todos os atores desse processo formativo, devem cooperar para o desenvolvimento e revisão do perfil em formação.

Além disso, os docentes que estão na base de execução do curso, percebem mais brevemente a necessidade de revisão ementária e bibliográfica, e, encaminharão para a coordenação de curso as lacunas de ementa e de bibliografia. Essas demandas docentes desencadeiam encaminhamentos ao NDE, por parte da coordenação, e posteriormente, para o Colegiado de Curso.

Assim, o acompanhamento do perfil, e consequente atualização curricular, segue em “via dupla”: do Colegiado de Curso e NDE para Coordenação, e dessas instâncias, para os docentes e vice-versa. Numa dinâmica viva e eficaz de atualização constante do perfil que está se propondo formar.

### **3.2. Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação**

A política de Ensino prevista para a graduação e pós-graduação, nesse PDI, tem como princípios básicos:

- Da proposição da aprendizagem ao longo da vida: necessidades e possibilidades;
- Do desenvolvimento da autonomia e da iniciativa dos alunos;
- Da Inter e a transdisciplinaridade como resposta à complexidade;
- Dos princípios de convivência, do não-preconceito, da aceitação das diferenças, da longevidade, da solidariedade e da sustentabilidade;
- Da proposição de educação humanizadora;
- Da formação política, social e econômica, de forma a permitir a análise e posicionamento do corpo social da IES frente as diversas condições da conjuntura;
- Valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade;
- Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao estudante a



- maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- Atualização permanente do projeto pedagógico e o seu perfil de formação, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas socioeconômico-culturais da região onde a IES está inserida;
  - Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
  - Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.

**Tabela 06. Cursos de Pós-graduação que serão ofertado pela IES**

<b>1. Gestão Jurídica e Políticas Públicas para Desastres Climáticos</b>			
<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Diferenciais</b>	<b>Público-Alvo</b>
Capacitar profissionais para atuar na elaboração, gestão e regulação de políticas públicas e estratégias jurídicas para mitigação e prevenção de desastres climáticos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a legislação ambiental e climática nacional e internacional.</li> <li>• Desenvolver políticas públicas para promover a sustentabilidade e resiliência.</li> <li>• Implementar estratégias de gestão de crises climáticas.</li> <li>• Aplicar metodologias práticas em simulações de emergência ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Simulações práticas de gestão de crises.</li> <li>• Corpo docente com experiência prática e acadêmica em políticas climáticas.</li> <li>• Integração com ferramentas de análise de riscos e tecnologias emergentes.</li> </ul>	Profissionais das áreas de Direito, Gestão Pública, Engenharia Ambiental e Urbanismo.
<b>2. Desenvolvimento de Produtos Inovadores para Saúde</b>			
<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Diferenciais</b>	<b>Público-Alvo</b>
Capacitar profissionais para desenvolver e lançar produtos inovadores no setor de saúde, com base em tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar design thinking na criação de soluções para a saúde.</li> <li>• Conhecer regulamentações nacionais e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Laboratórios de prototipagem com tecnologia de ponta.</li> <li>• Mentoria com especialistas em healthtech.</li> </ul>	Profissionais das áreas de Saúde, Engenharia Biomédica, Tecnologia, Design de Produtos e Empreendedores.



emergentes e regulamentações globais.	internacionais para dispositivos médicos. ● Utilizar tecnologias como IoT e impressão 3D no desenvolvimento de produtos. ● Planejar estratégias de validação clínica e entrada no mercado.	● Parcerias com startups e aceleradoras de saúde.	
---------------------------------------	--	---	--

### 3. Gerontologia e Cidades Inteligentes para o Envelhecimento

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
● Preparar profissionais para planejar e implementar soluções urbanas sustentáveis e inteligentes, promovendo a qualidade de vida da população idosa.	● Compreender os fundamentos do envelhecimento ativo. ● Planejar infraestrutura urbana sustentável e inclusiva. ● Promover o uso de tecnologia assistiva para autonomia dos idosos. ● Elaborar políticas públicas voltadas para a longevidade.	● Estudos de casos reais de cidades age-friendly. ● Parcerias com instituições de gerontologia e urbanismo. ● Oficinas práticas para planejamento urbano inclusivo. ● ●	● Arquitetos, urbanistas, profissionais de saúde, gestores públicos e pesquisadores em gerontologia.

### 4. Direito e Regulação do Mercado de Carbono

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
● Capacitar profissionais para atuar no mercado de carbono e em projetos voltados à sustentabilidade corporativa e compliance ambiental.	● Entender os fundamentos do mercado de carbono. ● Analisar regulamentações nacionais e internacionais. ● Desenvolver e implementar estratégias de ESG. ● Simular negociações no mercado de carbono.	● Professores com experiência em ESG e mercado de carbono. ● Parcerias com empresas e organizações ambientais. ● Simulação prática de mercado de carbono	● Advogados, administradores, gestores ambientais e profissionais de sustentabilidade.



5. Energias Renováveis e Sustentabilidade Jurídica			
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Formar especialistas em direito e gestão de projetos de energia renovável, promovendo a transição para um futuro sustentável.</li> <li>●</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Compreender as principais tecnologias de energias renováveis.</li> <li>● Analisar legislações relacionadas ao setor energético.</li> <li>● Planejar e gerenciar projetos de energia limpa.</li> <li>● Propor soluções jurídicas para a transição energética.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aulas práticas de planejamento de projetos energéticos.</li> <li>● Professores com atuação no setor energético.</li> <li>● Estudos de caso sobre transição energética em diversos contextos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Engenheiros, advogados, administradores e gestores ambientais.</li> </ul>
6. Mediação e Arbitragem 4.0			
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Capacitar profissionais para atuar em mediação e arbitragem com o uso de tecnologias digitais em ambientes híbridos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Compreender o uso de plataformas digitais para resolução de conflitos.</li> <li>● Analisar a regulamentação de mediação e arbitragem no Brasil e no exterior.</li> <li>● Desenvolver habilidades para atuar em mediações virtuais.</li> <li>● Implementar estratégias de segurança digital em processos de arbitragem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Simulações de mediação online.</li> <li>● Estudo de plataformas tecnológicas de arbitragem.</li> <li>● Corpo docente com expertise em mediação digital.</li> <li>●</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Advogados, mediadores, árbitros e gestores de conflitos</li> </ul>
7. Direito e Sustentabilidade			
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo



<ul style="list-style-type: none"> <li>● Preparar profissionais para desenvolver estratégias jurídicas e regulatórias voltadas para práticas sustentáveis e ESG.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Compreender as legislações ambientais e suas aplicações práticas.</li> <li>● Desenvolver políticas de governança ambiental em empresas e governos.</li> <li>● Estudar práticas de certificação verde e auditorias ambientais.</li> <li>● Implementar estratégias jurídicas para sustentabilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estudos de caso com empresas líderes em sustentabilidade.</li> <li>● Parcerias com organizações certificadoras.</li> <li>● Simulação de auditorias ambientais.</li> <li>●</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Advogados, gestores ambientais, administradores e profissionais de ESG.</li> <li>●</li> </ul>
---	---	---	--

### 8. Direito de Startups e Empreendedorismo

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Capacitar profissionais para atuar em ecossistemas de startups, com foco em contratos, propriedade intelectual e captação de investimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Elaborar contratos e acordos voltados para startups.</li> <li>● Compreender a legislação de propriedade intelectual e sandbox regulatório.</li> <li>● Planejar estratégias de captação de recursos.</li> <li>● Acompanhar a regulamentação de fintechs e healthtechs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aulas práticas com empreendedores e investidores.</li> <li>● Networking com aceleradoras e incubadoras.</li> <li>● Professores com experiência no mercado de startups.</li> <li>●</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Advogados, empreendedores, gestores e investidores de startups.</li> </ul>

### 9. Direito Internacional e Globalização Jurídica

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Preparar profissionais para atuar em contextos globais de comércio internacional, arbitragem e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Analisar tratados internacionais e legislações globais.</li> <li>● Desenvolver habilidades para arbitragem internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Simulações de arbitragem internacional.</li> <li>● Professores com experiência em direito internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Advogados, gestores e consultores de comércio exterior.</li> </ul>



compliance transnacional. •	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar casos práticos de compliance em empresas multinacionais.</li> <li>• Compreender regulações de comércio internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos de caso sobre disputas comerciais globais.</li> <li>•</li> </ul>	
--------------------------------	---	---	--

## 10. Tecnologias e Políticas Públicas para Água e Energia

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar profissionais para planejar o uso integrado de recursos hídricos e energéticos, com foco em inovação e sustentabilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender as interrelações entre água e energia.</li> <li>• Planejar e implementar políticas públicas sustentáveis.</li> <li>• Utilizar ferramentas tecnológicas para gestão integrada de recursos.</li> <li>• Estudar regulamentações nacionais e internacionais de energia e água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos de casos em regiões vulneráveis.</li> <li>• Parcerias com empresas de gestão hídrica e energética.</li> <li>• Aulas práticas com tecnologias emergentes.</li> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestores públicos, engenheiros, advogados e profissionais de sustentabilidade.</li> </ul>

## 11. Gerontologia Aplicada: Saúde, Tecnologia e Sustentabilidade

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar profissionais para atuar de forma interdisciplinar na promoção do envelhecimento saudável e sustentável, integrando saúde, tecnologia e planejamento urbano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.</li> <li>• Analisar políticas públicas e legislações voltadas para a população idosa.</li> <li>• Desenvolver soluções tecnológicas assistivas para o cuidado e bem-estar de idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem interdisciplinar que integra saúde, urbanismo e tecnologia.</li> <li>• Parcerias com instituições especializadas em longevidade e envelhecimento.</li> <li>• Simulações práticas de planejamento urbano para cidades age-friendly.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissionais das áreas de Saúde (medicina, enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional), Arquitetura, Urbanismo, Assistência Social, Direito, Gestão Pública e demais interessados no tema do envelhecimento e longevidade.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Planejar ambientes inclusivos e sustentáveis para o envelhecimento ativo.</li> <li>● Aplicar estratégias de saúde preventiva e promoção da qualidade de vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desenvolvimento de protótipos de tecnologia assistiva.</li> <li>● Estudos de caso reais sobre políticas e práticas de envelhecimento ativo.</li> </ul>	
12- Curso de Pós-Graduação: Proteção de Direitos em Instituições de Longa Permanência			
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Diferenciais	Público-Alvo
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Capacitar profissionais para atuar em ILPIs com foco na proteção e promoção dos direitos dos idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Compreender sobre o marco legal e normativo que rege as ILPIs e o cuidado ao idoso no Brasil.</li> <li>● Desenvolver habilidades de gestão e liderança para melhorar a qualidade dos serviços prestados em ILPIs.</li> <li>● Abordar estratégias de enfrentamento aos desafios relacionados à saúde mental, bem-estar e inclusão social de idosos institucionalizados.</li> <li>● Sensibilizar para a importância da humanização no cuidado e do trabalho em equipe multidisciplinar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Abordagem com base nos princípios do Estatuto do Idoso, da Constituição Federal e das diretrizes da Decade of Healthy Ageing da OMS, o curso aborda os desafios éticos, legais, administrativos e sociais na gestão e no cuidado dessas instituições.</li> <li>● planejar, implementar e monitorar estratégias voltadas à proteção integral dos direitos dos idosos, garantindo sua dignidade, bem-estar e inclusão social.</li> <li>● Estudos de caso reais sobre Proteção de Direitos em Instituições de Longa Permanência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Profissionais de Direito, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Administração e áreas correlatas que atuem ou desejem atuar em ILPIs.</li> <li>● Gestores de instituições públicas e privadas que trabalham com idosos.</li> <li>● Profissionais interessados em ampliar conhecimentos sobre o marco legal e a proteção de direitos dos idosos.</li> </ul>

Como estratégia de fortalecimento da política institucional de ensino de graduação e de qualificação contínua da formação acadêmica, o IMEI instituirá programas transversais de monitoria, nivelamento e mobilidade acadêmica, plenamente integrados às ações acadêmico-administrativas e alinhados às diretrizes



do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

O Programa Institucional de Monitoria será regulamentado por normativas próprias, com definição de critérios de seleção, acompanhamento e avaliação, tendo como finalidade ampliar o apoio pedagógico aos estudantes, fortalecer o protagonismo discente e contribuir para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, promovendo maior integração entre estudantes e corpo docente.

O Programa de Nivelamento Acadêmico será ofertado de forma contínua, com atenção especial aos estudantes ingressantes, por meio de ações de apoio formativo destinadas à superação de possíveis defasagens acadêmicas e ao fortalecimento de competências essenciais ao percurso universitário, favorecendo permanência qualificada, adaptação acadêmica e melhoria do desempenho estudantil.

Complementarmente, o IMEI desenvolverá políticas institucionais de mobilidade acadêmica por meio de parcerias, convênios e cooperação com instituições de educação superior, organizações e programas acadêmicos nacionais e internacionais, ampliando oportunidades de formação interdisciplinar, vivências acadêmicas diversificadas e integração com diferentes contextos educacionais e socioculturais.

Essas iniciativas reafirmam o compromisso institucional com a excelência acadêmica, a permanência estudantil, a formação integral e a inovação educacional, fortalecendo a política de ensino de graduação e sua aderência às melhores práticas de qualidade e desenvolvimento na educação superior.

### 3.2.1. Base teórico-metodológica

O IMEI delimita seu marco conceitual ancorado no processo de educação do modelo construtivista<sup>1</sup> (visão epistemológica), defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento, a partir do próprio aprendizado, mediante a interação.

---

<sup>1</sup> Segundo Matui, “O construtivismo nasceu da epistemologia genética de Jean Piaget. Hoje, está recebendo uma redefinição enriquecedora em virtude dos trabalhos de Vygotsky, Luria, Leontiev, Wallon e Nuttin, psicólogos europeus de orientação dialética. [...] **Construtivismo** é um sistema de epistemologia que fundamenta a construção da mente e do conhecimento sobre bases anteriores, num processo extremamente dinâmico e reversível de equilíbrio majorante. [...] O construtivismo é interacionista”. MATUI, Jiron. **Construtivismo**: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Editora Moderna, 1995, p. 31, 32 e p. 44.



Tal escolha está fundamentada nas teorias de vários autores que tratam do desenvolvimento e da aprendizagem dos quais se destacam: Piaget com as etapas de desenvolvimento cognitivo; Vygotsky com a proposta sociointeracionista; Galperin com a aprendizagem por etapas; Valente com a aprendizagem por projetos; Ausubel com a aprendizagem significativa; Anastasiou com o estudante como foco do processo ensino-aprendizagem, dentre outros.

O **IMEI** valoriza o conhecimento acumulado ao longo da vida. E como este curso está destinado a pessoas idosas, concebe que esse conhecimento acumulado ao longo da vida constitui-se num Saber Sênior. Neste contexto, o **IMEI** entende importante inserir, nesta proposta pedagógica, a visão de Pierre Lévy (1993) sobre conhecimento. Lévy reconhece que cada ser humano sabe alguma coisa, e que, em função disso, entende que o conhecimento no lugar de estar reservado a espaços específicos, está presente na humanidade na forma de uma inteligência coletiva. Portanto, formar indivíduos impacta na Inteligência coletiva.

Pierre Lévy, entende que o aprendizado é uma construção coletiva, portanto, deve ser social e integrado à sociedade, e as novas tecnologias devem ser usadas como ferramentas para apoiar o processo de aprendizagem. Mas, ressalva-se aqui, que esse autor amplia o conceito de tecnologia, quando diz que a aprendizagem compartilhada entre os estudantes é a melhor tecnologia para o aprender. Para ele, todas as ferramentas, todas as experiências e tecnologia são apoios para o caminhar humano.

O **IMEI**, em sintonia com esses teóricos acima citados, entende que a reflexão sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem de idosos deve destacar o caráter universal das etapas do desenvolvimento de toda espécie humana e o papel ativo do sujeito como protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem que ocorrem ao longo de toda a sua existência. Assim, acredita-se que todo indivíduo é capaz de aprender, considerando a heterogeneidade do processo de envelhecimento e peculiaridades do processo de aprendizagem de adultos mais velhos, como a questão da inteligência.

Portanto, para praticar o processo ensino e aprendizagem com idosos, entendemos que todo sujeito é capaz de aprender, mediante situações estimuladoras, orientadas para aprendizagens significativas, fundamentadas por elementos teóricos que, assim, possibilitam a qualquer cidadão, independentemente de sua origem e/ou



condição social, histórica e cultural, participar das práticas pedagógicas, objetivando o acesso ao conhecimento formal produzido nos meios educacionais formais. Conhecimento estes sempre mediados por professores, pelos pares e por tecnologia.

Nessa perspectiva o IMEI entende a diversidade de alunos que adentram ao meio acadêmico, dentre esses, os sujeitos **adultos idosos**. Assim, a prática docente deve estar pautada em uma literatura pedagógica adequada aos conteúdos curriculares escolhidos, utilizando de **estratégias de ensino** que, atendam às necessidades dessa faixa etária e que possibilitem o autoestudo, a ressignificação da aprendizagem a partir do conhecimento prévio - saber sênior -, e, a produção de novos conhecimentos, todas mediados por tecnologia educacional. Por isso, o **IMEI** adota uma metodologia alicerçada na vertente epistemológica interacionista e na andragogia de Paulo Freire, adequada para educação de adultos.

Outra premissa basilar nesse PDI é: um desenho curricular inovador do curso de graduação e dos cursos de pós-graduação. No que se refere à graduação currículo é concebido e revisado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais. E, tanto para graduação, como para pós-graduação busca-se um desenho curricular inovador, garantindo o “estado da arte” das áreas de especificidade de conhecimento. Busca-se também a **inovação metodológica** para atender aos objetivos dos cursos, sendo organizados a fim de desenvolver as habilidades e competências previstas para a formação pessoal e profissional.

O **IMEI** tem uma expectativa de formação profissional com fundamentos epistemológicos que explicam a **origem dos conhecimentos como fruto das interações**. Assim, define-se aqui, que o referencial teórico-metodológico das teorias interacionistas suportam seus cursos (de graduação e pós-graduação).

Na perspectiva do currículo por competência, entende-se que não há possibilidade de se desenvolver competência, senão dentro de um contexto problematizador. Segundo Perrenoud (2000) não há competência *a priori* do enfrentamento de situação problema, só *a posteriori*.

Assim, entende-se que a proposição problematizadora responde a condições *sine qua non* de desenvolvimento de competências: a situação problema. Nesse contexto, a visão epistemológica, nascedouro de qualquer metodologia de ensino, coerente e necessária aqui, é aquela que considera o sujeito ativo na produção de conhecimento. O protagonismo do aluno emerge como fio condutor. O discente



quando desafiado a buscar a solução para uma situação problema (problematização), se envolve na busca da solução e percebe que a descoberta do novo lhe será útil na ampliação de possibilidades e exercitará sua autonomia na tomada de decisões - **aprendizagem ativa**.

Nesse sentido, a definição de aprendizagem se superdimensiona, pois há necessidade da ação intencional e motivada do aluno diante da situação problema/problematização (gênese da competência) e a sua disposição de colocar o que já sabe a favor de novas construções de conhecimento - **aprendizagem significativa**.

A aprendizagem significativa é o processo pelo qual passa o indivíduo que aprende quando uma nova informação se relaciona significativamente a uma estrutura cognitiva preexistente, que envolve conhecimentos, concepções e percepções anteriormente construídos, ou seja, a nova informação dialoga com a estrutura pré-existente, chamada de subsunção ou ancoragem significativa (AUSUBEL, 2003).

E a terceira dimensão da concepção de aprendizagem é que: as situações problemas podem ser discutidas em grupos, e assim, abrem a compreensão para a **aprendizagem colaborativa**, onde a aprendizagem é resultado do trabalho de cooperação entre os pares. E quando há o trabalho coletivo, exercita-se diversas habilidades atitudinais imprescindíveis aos profissionais, como: respeito, compreensão, colaboração, escuta, responsabilidade, criticidade.

Outros dois pressupostos dessa proposta formadora são: a Andragogia e protagonismo acadêmico. A Andragogia exige um papel mais ativo do aluno, isso porque, diferente da criança, o adulto já chega com sua própria base de conhecimentos e princípios. E muitas vezes, precisa desconstruir pré-conceitos para começar a aprender. Os princípios da Andragogia perpassam as múltiplas metodologias ativas elencadas nos cursos do **IMEI**.

O protagonismo acadêmico, no âmbito dos PPC, se expressa por particular atenção às práticas pedagógicas centradas na ação do sujeito que aprende, favorecendo o amadurecimento da autonomia cognitiva e socioemocional. A autoaprendizagem, as aprendizagens significativas e colaborativas sustentam as proposições de atividades e cenários de desenvolvimento de habilidades e competências, sempre sustentadas por diferentes metodologias ativas. Os “Projetos Integrativos de Vida” suscitam sobremaneira o protagonismo acadêmico.



E o ordenamento é que os cursos de pós-graduação farão sua proposta pedagógica embasada nestes mesmos pressupostos.

A aplicação de todas as metodologias, aqui propostas, têm como ponto de partida o protagonismo do aluno e a disponibilização de material, quando a metodologia suscitar, para possibilitar aos alunos, um estudo prévio do conteúdo que será abordado em sala de aula. Com exceção do PBL, muitas das metodologias propostas definiu-se a metodologia Flipped Classroom (Sala de Aula Invertida), como uma metodologia base, preparatória para as atividades de sala de aula, pois prepara o aluno para a aplicação prática de conceitos.

No processo de construção do Modelo Acadêmico do **IMEI** a decisão metodológica foi decorrente da busca de coerência com o escopo de dois grandes pilares: currículo por competência e aprendizagem ativa (que suscita protagonismo), significativa e colaborativa, voltadas para as características da Andragogia.

A convergência teórica exigiu o revisitar da definição de competência em Perrenoud (2000), que afirma que a competência é desenvolvida por mobilização de saberes diante de situações problemas e exigiu também a proposição de situações de aprendizagens ativas e participativas.

Nesse sentido, levando em conta que para o desenvolvimento da competência, necessário se faz, o enfrentamento de uma situação-problema, os procedimentos técnico-metodológicos, naturalmente escolhidos, foram: projetos e problematização (estudo de caso e outros).

O **IMEI** entende que a **metodologia de projetos** traz, em sua essência, a ideia de complexas contextualizações rumo a um “produto finito”, trabalhado à luz de objetivos claros e previamente concebidos. Surgem a partir de uma **situação problema**, uma necessidade real frente à necessidade formativa, uma oportunidade ou interesses de uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma organização. Embora todo projeto seja uma atividade instrutiva por excelência, a interface com a pesquisa e a extensão se estabelecerá.

Portanto, a aprendizagem baseada em projetos considera e condiciona situações reais relativas ao contexto do desenvolvimento da vida, não deixando de pensá-la em sua totalidade e representatividade nas relações sociais, criando uma ligação profunda ao objeto central do projeto em desenvolvimento, que delinea toda ação de construção da sistemática do processo de ensino-aprendizagem.



A aprendizagem baseada em projetos, concebida de forma espiral, e possível para os cursos de pós-graduação também, contemplam o pensar pedagógico transformando os conteúdos em processos integrativos, que facilitam o desenvolvimento de todas as ações por meio de problematização.

Todas as proposições de aprendizagens foram concebidas para promover a **articulação Interdisciplinar e a problematização** que reproduzem um método científico investigativo, uma vez que **propõem uma situação-problema** (estudo de caso entre outras metodologias problematizadoras) em torno da qual há questionamentos, reflexões e elaboração de hipóteses fundamentadas em literaturas **que podem ou não validar a busca pela solução da situação-problema apresentada**, resultando um produto que transcende o processo de ensino aprendizagem. **Essa problematização pode acontecer de forma autônoma em diferentes cenários de aprendizagem ou no interior dos Projeto Integrativos de Vida.**

Do ponto de vista prático esta proposição concretiza a articulação das ações de ensino-pesquisa-extensão como política institucional na formação de parcerias com os diversos setores da sociedade civil, instituições públicas e privadas, previstas nos convênios firmados pelo **IMEI**.

A **problematização**, já muito abordada nesse item, deve contemplar complexidade crescente, isto é, os diferentes contextos profissionais, com suas especificidades e abordar a relação do homem com o meio ambiente, a sociedade e os respectivos modos de viver. Buscando a produção do conhecimento, para que o aprendiz materialize todo o processo de ensino aprendizagem desenvolvido no projeto formativo maior – perfil do egresso.

Dentro desta perspectiva, as problematizações constituem o artifício didático que fornece a linha condutora dos conteúdos curriculares, a motivação para os estudos e o momento de integração de disciplinas.

Essa metodologia permite uma nova postura no trabalho docente em sala de aula, no decorrer do desenvolvimento da disciplina, que objetiva levar os alunos à discussão do problema. Identifiquem os objetivos do aprendizado, estudem e rediscutam o problema, em face do aprendizado obtido, demonstrado por meio da figura da Espiral do Conhecimento que será norteador do formato de trabalho com os casos reais, conforme se verifica abaixo:

**Figura 05. Espiral construtivista do processo de ensino-aprendizagem a partir de uma situação-problema.**



Fonte: LIMA (2002)<sup>2</sup>

A organização didático-pedagógica dos cursos (graduação e pós-graduação) inclui a problematização também por meio da metodologia de projetos com foco na aprendizagem significativa dos atores envolvidos.

A aprendizagem baseada em projetos, com a metodologia da problematização, usando o Arco de Magueres dá suporte para a construção de Mapas Conceituais, Portfólios Reflexivos da aprendizagem, atividades didáticas e pesquisa. O componente curricular **Projeto Integrativo de Vida – PIV**, que tem como objetivo formar profissionais capazes de atuar de maneira ética e crítica, diante dos desafios trazidos pelo envelhecimento populacional e pela transição demográfica no Brasil e no mundo. O PIV está alinhado com a **Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030)** da ONU.

A metodologia do projeto caracteriza-se como metodologias ativas de aprendizagem, que colocam o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a integração do

---

<sup>2</sup> Lima VV, Feuerwerker LCM, Padilha RQ, Gomes R, Hortale VA. Ativadores de processos de mudança: uma proposta orientada à transformação das práticas educacionais e da formação de profissionais de saúde. Cienc Saude Colet. 2015; 20(1):279-8



conhecimento teórico com a prática jurídica. As metodologias ativas permitem que o aluno seja protagonista em seu processo de formação, aplicando seus conhecimentos em situações reais e simuladas, e desenvolvendo competências que o preparam para o exercício profissional. Os cursos de pós-graduação podem optar pela metodologia de projetos em seus Propostas Pedagógicas

### 3.2.2. Base técnico-metodológica

A proposta técnico-metodológica do **IMEI** não se caracteriza por uma metodologia de ensino e de aprendizagem única ou definitiva, mas por estratégias distintas e plurais em função das especificidades do currículo. Nesse sentido, os cursos adotarão metodologias ativas de ensino, priorizando-se as seguintes estratégias metodológicas:

- Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem-Based Learning - PBL):
- Team Based Learning (TBL);
- Aprendizagem Baseada em Projetos;
- Debates e Simulação;
- Estudo de Caso (Case-Based Learning);
- Gamificação;
- Mapas Conceituais;
- Portfólios Reflexivos
- Flipped Classroom, entre outras possíveis.

As metodologias ativas de ensino procuram desenvolver, no estudante, a capacidade de apreensão crítica dos conhecimentos, análise dos temas propostos, argumentação sólida e um acompanhamento dos avanços tecnológicos. Os conteúdos serão apresentados partindo sempre de uma postura questionadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fomentar graus de dificuldades, por meio de situações-problema. Atividades práticas simuladas ou *in loco* com o público serão desenvolvidas ao longo de toda formação.

Nesse sentido, durante as discussões de planejamento, sempre serão valorizadas estratégias ativas de ensino que favoreçam a participação dos discentes



em seu processo de aprendizagem, entre as quais se destacam o desenvolvimento de estratégias inovadoras para atividades práticas, as discussões em grupo, visando à resolução de problemas e o desenvolvimento de projetos colaborativos. Pretende-se, assim, promover uma educação dinâmica, engajadora e voltada para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a vida em geral e para a prática profissional.

### 3.3. Organização Didático-Pedagógica

O papel da Educação Superior na formação do ser humano contempla alguns fatores significativos para qualificar esse nível de ensino, entre eles, o de estabelecer ligações efetivas entre o procedimento histórico/político da comunidade, para análise, a contextualização das Instituições de Educação Superior e o perfil do profissional que se quer formar.

A implementação dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação passa, inevitavelmente, por princípios de ordem metodológicos (teóricos e técnicos), oriundos no PPI e adotados por seus professores, no sentido de evidenciar ao longo de todo o processo educativo, sua missão institucional.

Nessa perspectiva, o “ensinar e o aprender” devem ser diferenciados. Para tanto, professores se colocam no lugar de “mediadores/orientadores” da aprendizagem, para que seus alunos, possam, ao longo de todo o processo educativo, transformarem-se em “sujeitos de aprendizagem”.

A Educação Superior fundamenta-se na **integração do ensino com a iniciação científica/pesquisa e a extensão**, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. Cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilite a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento pessoal, cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sociopolítica e econômica da sociedade.

A Política de Ensino para Graduação e Pós-graduação tem como princípios básicos:

- Do desenvolvimento da autonomia e da iniciativa dos alunos;
- Da Inter e a transdisciplinaridade como resposta à complexidade;



- Dos princípios de convivência, do não-preconceito, da aceitação das diferenças e da solidariedade;
- Da proposição de educação humanizadora;
- Valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade;
- Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- Atualização permanente dos projetos pedagógicos e os seus perfis de formação, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas socioeconômico-culturais da região onde a IES está inserida;
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.

Assim, as dimensões acima elencadas, se inscrevem como parâmetros de construção do arcabouço metodológico da instituição à responsabilidade social, que inspira o educando a vincular, sempre, suas competências às demandas da sociedade em que vive; à flexibilidade curricular, que enseja uma permanente dinamicidade entre o aluno e o conhecimento, concatenando este à realidade social; educação inclusiva, privilegiando os aspectos atitudinais do ser, sob a ótica das relações éticas, em complementação ao desenvolvimento de habilidades que construam profissionais com alta competência humana e tecnológica.

A política de ensino da IES está alicerçada no espírito do PDI e, este por sua vez, nas demandas sociais, econômicas e políticas da educação superior brasileira, emanadas da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, na necessidade ou anseios da realidade jurídica regional, na racionalidade e na ética. Assim fundamenta-se o Projeto Pedagógico, de forma que o perfil do egresso responda ao contexto regional e nacional, ciente da vocação do **IMEI** de ofertar educação ao longo da vida – Lifelong Learning.

Assim sendo, a Política de Ensino institucional, em consonância com as Políticas de Ensino Nacional, estrategicamente, tem como palco de discussão os colegiados definidos regimentalmente. A Política de Ensino define três momentos, que



são dinâmicos e articulados entre si: a **concepção, operacionalização e gestão do ensino**.

Tanto o ensino de graduação, quanto o da pós-graduação são baseado na ação integrada entre teoria e prática profissional e na otimização dos currículos. Contudo, ainda há de se considerar, na definição a Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação, a busca de qualidade, visando a atender a demanda por formação e aprimoramento educacional e profissional, principalmente, devido à inserção dos avanços tecnológicos na Educação Superior.

Na graduação, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, as necessidades da região de abrangência, a titulação e qualificação dos docentes, segundo os padrões e critérios de qualidade, a adequação de sua infraestrutura, compreendendo biblioteca, laboratórios e recursos de informática, igualmente definidos pelos padrões e critérios de qualidade, os demais campos de estudos e iniciação científica, como meio permanente de aprendizagem e pela incorporação da tecnologia no processo de formação.

Entende-se a aprendizagem como processo, portanto, em constante evolução e, para se concretizar; todas as ações institucionais, quer sejam docentes ou técnico-administrativas, convergem e se encontram no processo ensino-aprendizagem. No entanto, a sustentabilidade do processo ensino-aprendizagem depende de políticas adotadas para gestão acadêmica de atenção ao discente, de recursos humanos, de infraestrutura e de sustentabilidade financeira.

Com isso o **IMEI** está organizado para oferecer a devida formação do discente junto aos mais diversos cenários, justificando seu papel de interlocução de ensino/serviço e ensino/sociedade. Tem intuito de elaborar e orientar os procedimentos necessários à realização de estágios, atendendo às exigências da Lei nº 11.788/08, dar suporte aos professores das disciplinas de estágios e aos estudantes, ao longo do semestre; inovar os processos dos estágios, a fim de facilitar o trabalho dos professores; informar aos estudantes sobre a documentação obrigatória na realização de estágios; bem como alertar estudantes e professores sobre suas responsabilidades antes, durante e ao final de cada estágio.

No que diz respeito ao incentivo para o discente buscar aprimoramento do seu conhecimento a IES, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais



dos Cursos de Graduação estabelecer como componente curricular “Atividades Complementares” (AC).

As AC podem ser caracterizadas pelo conjunto de atividades realizadas pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e ou a distância, que proporcionam um enriquecimento acadêmico, científico e cultural necessário a constituição das competências e habilidades requeridas para sua formação.

O **IMEI** propõe trabalho de conclusão de curso que implica a mobilização de conhecimentos e competências, na discussão de questões problematizadoras, na resolução de situações-problema, na revisão bibliográfica etc.

Propõe também uso de novas tecnologias educacionais (recursos midiáticos, digitais, virtuais e audiovisuais), como meio facilitador da aprendizagem. Bem como, utilização de estudos de caso, visitas técnicas, participação em programas de extensão e de iniciação científica, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

Em relação a Pós-Graduação, o **IMEI** reconhecendo o importante papel social que a **educação continuada** realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade e sendo este um componente importante na missão institucional, propõe uma política de pós-graduação que resulte em um ensino adequado e de acordo com as normas estipuladas pela legislação vigente e órgãos federais responsáveis.

A Política de Pós-Graduação é consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na iniciação científica, na capacitação de corpo docente e na qualificação dos cursos, em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, prioritários para o **IMEI**, na área do curso que oferece.

O estabelecimento da Política de Pós-Graduação partirá de pressupostos básicos que norteiam suas ações e do diagnóstico da situação da pós-graduação na região. A partir desta análise, há a definição e o planejamento de metas e ações, o cronograma e orçamento que forneçam as condições para implantação dos programas de Pós-Graduação.

Os princípios básicos desta política são:

- Contribuir e participar do desenvolvimento regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados;
- Consolidar a concepção de programa de pós-graduação integrado à graduação.



Para subsidiar as ações desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação a o **IMEI** o instituiu o Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que tem por finalidade contribuir para o processo de aprendizagem do corpo acadêmico, em um contexto amplo de conhecimentos aplicáveis à realidade sociocultural, de forma que o processo de investigação científica seja incorporado a essa realidade, mediante os princípios de ética e cidadania.

Dentre as atribuições Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, constam:

- elaborar e divulgar de editais de fomento à comunidade acadêmica;
- oportunizar a integração entre a graduação e a pós-graduação *lato*;
- articular a iniciação científica com as linhas de pesquisa constantes dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- oferecer atividades de extensão em diferentes modalidades;
- incentivar e oportunizar a publicação e a divulgação da produção científica.

### **3.3.1. Planejamento didático-instrucional e Política de Ensino de graduação e de pós-graduação**

O **IMEI** consolida seu compromisso com a excelência e a inovação por meio de um alinhamento estratégico entre este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Política de Ensino aplicada aos cursos de graduação e pós-graduação. Essa convergência é evidenciada na integração de métodos e técnicas didático-pedagógicas, que, ao mesmo tempo em que atendem às demandas do ensino especializado, potencializam as práticas avaliativas e promovem a aprendizagem ativa.

Nesse sentido, o planejamento didático-instrucional está estruturado para incorporar avanços tecnológicos e metodológicos que estimulem a interdisciplinaridade, favorecendo a formação de profissionais críticos e adaptáveis a um mercado em constante transformação.

A Política de Ensino, fundamentada em práticas inovadoras e na utilização de recursos digitais, orienta o desenvolvimento curricular com foco na personalização do ensino e na integração entre teoria e prática. Essa abordagem pedagógica permite que tanto os cursos de graduação quanto os de pós-graduação se beneficiem de metodologias que priorizam o atendimento às especificidades dos alunos, garantindo



um processo de aprendizagem dinâmico, inclusivo e atendendo à demanda por acessibilidade metodológica. Para tanto, o **IMEI** conta com o NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico) para dar suporte especializado a docentes (metodológico) e discentes (demandas especiais).

Adicionalmente, o alinhamento entre este PDI e a Política de Ensino reflete-se na promoção de ações que incentivam a avaliação contínua e a melhoria dos processos educacionais. São implementadas práticas de ensino que utilizam instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, possibilitando uma retroalimentação constante que orienta a atualização dos métodos e a adequação dos conteúdos às exigências do setor de saúde. Essa sistemática avaliativa fortalece a transparência e a eficácia do processo pedagógico, contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino e para a consolidação de uma cultura acadêmica orientada à excelência.

Por meio dessa integração, o **IMEI** assegura que o planejamento estratégico institucional se converta em práticas concretas de ensino, promovendo uma educação que é ao mesmo tempo especializada, interativa e inovadora. O uso intensivo de tecnologias educacionais, aliado à implementação de metodologias que incentivam o trabalho colaborativo e a interdisciplinaridade, proporciona um ambiente de aprendizado propício para a formação de profissionais que estejam preparados para enfrentar os desafios contemporâneos do setor de saúde.

Em síntese, a convergência entre este PDI e a Política de Ensino reafirma o compromisso da instituição com uma formação acadêmica de alta qualidade, capaz de integrar práticas inovadoras e avanços tecnológicos ao ensino, de modo a promover a excelência na educação de graduação e pós-graduação. Essa sinergia institucional não apenas eleva o padrão de ensino, mas também fortalece a capacidade dos discentes de transformar o conhecimento em ações práticas e inovadoras, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional e para a evolução do campo jurídico.

### **3.3.2. Matriz Curricular**

O **IMEI** propõe um Currículo por Competência, o que implica ter o perfil do egresso como ponto de partida. Desse perfil nascem as competências, delas derivam



as habilidades, que passando por um processo de decomposição, geram os descritores de desempenho, que juntos formam o profissional que se pretende.

Com o objetivo de garantir a efetiva presença das diretrizes pedagógicas do **IMEI**, o **Projeto Pedagógico** apresenta Matriz Curricular e propostas metodológicas voltadas à formação integral e integrada do estudante. O PPC prevê ações pedagógicas que cuidam de todas as etapas de construção de conhecimento do estudante, que ingressa no ensino superior, desde sua inserção competente na formação acadêmica quando da entrada no curso, até sua apresentação ao mercado de trabalho.

Em todas as etapas de formação sugeridas nas metodologias do **IMEI**, o estudante é desafiado a ter uma relação de construção de conhecimento acadêmico e profissional pautada na integração indispensável entre disciplinaridade e interdisciplinaridade, conteúdos específicos e temas transversais, conteúdos relevantes conforme DCN (no caso da graduação) e formação por competências.

Isso se dá já no início dos cursos quando procura-se garantir os conhecimentos fundamentais, que são de Ciências de interface com a área de conhecimento de um curso. Portanto, básicos para todo o aproveitamento subsequente, passando pelo centro da formação acadêmica nos conteúdos e competências da área profissional específica e finalizando-se na produção convergente de seu perfil de atuação profissional.

### **3.3.3. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

As ações metodológicas propostas pelo **IMEI** serão organizadas e estruturadas para o desenvolvimento de conteúdos com estratégias de aprendizagem, de tal forma que, ao final do curso o aluno tenha alcançado o perfil traçado. A composição do currículo permitirá o contínuo acompanhamento das atividades, a acessibilidade metodológica e a autonomia do discente, através de práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática. Com técnicas inovadoras e embasadas em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área, o estudante atingirá as competências que deve adquirir e que se referem ao que deve ele saber (esfera cognitiva), ao que deve saber fazer (esfera psicomotora) e como ele se relacionar (esfera afetiva).



Concebendo o currículo como um modo de organizar as práticas educativas, os cursos do **IMEI**, dentro da concepção do pensar construtivo ético e político, requer o desenvolvimento da metacognição, garantidora de autonomia no processo de aprendizagem contínua e crítica - transformadora. Nas concepções psicológicas de orientação cognitivista, fundantes da perspectiva construtivista do conhecimento, os processos de metacognição são especialmente valorizados. Como reflexão crítica sobre o próprio conhecimento ou a consciência dos próprios mecanismos de aprendizagem. Poderia ser definida ainda como saber que se sabe fazer, ou autoavaliar-se a respeito de certa aprendizagem ou desempenho, a fim de elaborar gestos de natureza corretiva, com o fim de ajustar-se e autorregular-se.

O conhecimento resultará da ação do indivíduo, nesse caso discente do **IMEI**, sobre a realidade e desta sobre o indivíduo. A prática pedagógica pressupõe a atividade do aluno, seus esquemas de assimilação, bem como as ações docentes no sentido de favorecer a ampliação de tais esquemas. Nesta abordagem, o papel epistemológico do professor também será o de "instigador" provocando conflitos e situações problemáticas que estimulem a reversibilidade de pensamento e levem o aluno a questionar sua ação.

Operacionalmente, a metacognição nos alunos se efetivará pela utilização dos meios que estimulam a autonomia, a reflexão e a conscientização em relação às estratégias de aprendizagens e à percepção de erros, o que gera a necessidade de autorregulação e participação da avaliação formativa.

De modo geral, o caminho da produção e do acesso ao conhecimento deve encontrar suporte em metodologias que se proponham a ultrapassar os limites da reprodução, repetição e cópia dos materiais existentes, mas impliquem na compreensão, crítica e produção de conhecimento próprio.

Nesse contexto, o **IMEI** o currículo entende como um caminho que implica processos reflexivos e recursivos retomando práticas e teorias a fim de que haja ampliação, aprofundamento, construção e (re) construção.

Assim, **a articulação entre teoria e prática se dará pela compreensão do conhecimento como uma produção/recriação**, mas a mesma lógica se estabelece para as demais áreas do conhecimento, possíveis de serem trabalhadas em cursos de pós-graduação. As atividades estabelecidas têm o objetivo de propiciar ao aluno a confrontação dos conhecimentos construídos no seu processo de formação



acadêmica com as experiências práticas que vivenciam ambientes educativos através das práticas, oportunizando, ainda, a construção e reconstrução de sua identidade pessoal e profissional.

Portanto, esse posicionamento nos remete à busca de uma metodologia dinâmica, viva, capaz de propiciar a articulação da prática educativa com a realidade social. Concebendo que o trabalho educativo deve ser entendido na visão de totalidade social, entendemos que a metodologia de ensino faz a mediação entre o saber e a prática social.

Atividades interdisciplinares e integradas, a inter-relação entre a cultura elaborada e a produção de conhecimento jurídico, as propostas de ensino que incorporem a prática social e a contextualização ampla do ponto de vista histórico, geográfico, político e social das questões trabalhadas, são indicadores da proposta didático-pedagógica, coerente com os objetivos de contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos, participativos e, acima de tudo, como *lócus* de formação de humanidades e contribuir para construção humanizada de uma massa crítica de profissionais operadores, ou de qualquer outra área que estiverem fazendo uma especialização *lato sensu*.

#### 3.4.4. Interdisciplinaridade e Transversalidade

A interdisciplinaridade, um princípio sustentado pelo **IMEI**, que faz uma abordagem de interrelação e o diálogo entre as áreas do conhecimento, tais como: Direito, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, saúde, História, Economia e Ética etc.

A transdisciplinaridade envolve não só os conteúdos disciplinares, mas também algo que vai entre, através e além das disciplinas. Ou seja, para se trabalhar de forma transdisciplinar, deve-se envolver conteúdos que não se adequam plenamente a nenhuma disciplina, pois perpassam por muitas.

Assim, interdisciplinaridade, que é um princípio pedagógico sustentado pelo **IMEI**, que aborda a inter-relação e o diálogo entre as áreas do conhecimento, preservando sua autonomia e a profundidade da pesquisa, mas articulando fragmentos de conhecimentos para uma compreensão pluridimensional dos fenômenos.



Há o reconhecimento da existência e da especificidade das áreas de conhecimento/disciplinas, mas espera-se uma integração interdisciplinar em torno dos problemas oriundos da realidade, em que os conteúdos das áreas que auxiliam na compreensão dela, interagem dinamicamente, estabelecendo entre si conexões e mediações.

As inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino ampliam as margens de definição de modalidades institucionais, e as tecnologias de informação e comunicação - TIC colaboram para resgatar a integralidade da realidade ao favorecer a sua desconstrução de forma flexível e sob diferentes abordagens

No **IMEI**, optou-se pela construção de transversalidade na graduação e na pós-graduação, por meio de eixos, pois entende-se que ela proporciona a integração sistemática dos diferentes saberes, que além da linguagem profissional da área, trazem o diferencial de uma educação contemporânea vivificada por uma visão formativa resultante de temas que não pertencem a uma área de conhecimento em particular, mas atravessam todas elas, pois delas fazem parte.

#### Eixos de transversalidade

- Longevidade, Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Pesquisa, Tecnologia e Inovação;
- Humanismo e Multiculturalismo;
- Desenvolvimento e Sustentabilidade

#### **3.3.5. Perfil do Egresso Institucional**

O perfil do egresso do Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) reflete a formação integral proposta pela instituição, dotado de senso crítico, comprometido com a sociedade e preparado para atuar de maneira ética e responsável em seu campo de trabalho, bem como na vida pública. Essa formação permite que ele tenha uma visão ampla e sensível aos desafios contemporâneos, especialmente no que se refere ao envelhecimento populacional e à longevidade, questões centrais para a instituição.

O egresso do IMEI está preparado para o aprendizado ao longo da vida, sendo capaz de adaptar-se às mudanças constantes do mundo de trabalho e da sociedade.



Ele desenvolveu habilidades para utilizar metodologias inovadoras e ferramentas tecnológicas avançadas, e sua formação se baseia em uma pedagogia que valoriza o protagonismo do aluno, estimulando a capacidade de resolver problemas complexos de forma autônoma e colaborativa. Essa educação também confere ao egresso uma sólida compreensão de inovação pedagógica, aprendizagem ativa, e das tecnologias digitais, essenciais para atuar com eficiência em ambientes diversos e dinâmicos. Os egressos institucionais, serão indivíduos sêniores em especial, às pessoas idosas, que responderam à demanda do momento histórico por aprendizagem ao longo da vida - *life long learning*.

O perfil do egresso do Instituto Mariano de Estudos e Inovação - IMEI está profundamente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, sendo projetado para formar indivíduos capazes de promover mudanças sociais, econômicas e ambientais de forma sustentável. O objetivo dessa política de formação vai além das inovações educacionais tradicionais, como a adoção de novas práticas pedagógicas, tecnologias de ensino ou mudanças na gestão acadêmica.

No IMEI a inovação é vista de forma ampla e integradora, considerando todos os recursos da instituição de ensino – infraestrutura, pessoas, processos, conhecimento e cultura – tanto nas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), quanto nas operações administrativas. O propósito é fomentar inovações que transcendam o ambiente acadêmico, gerando impacto positivo em áreas como saúde, transporte, emprego e renda, cultura e meio ambiente, sempre em consonância com as metas da Agenda 2030.

O egresso do IMEI será preparado para atuar em um mundo onde a capacidade de inovar constantemente é um fator-chave para o desenvolvimento econômico e para a competitividade no mercado global. A inovação, seja por meio de novos produtos, serviços, processos ou novas formas de gestão, é fundamental para a sobrevivência e o crescimento das organizações na nova economia mundial. Esse perfil de egresso possui habilidades que o capacitam a empreender e liderar iniciativas transformadoras em diversas áreas, com um forte compromisso com os ODS. Ele está apto a utilizar a educação como ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável, integrando tecnologia, inovação social e responsabilidade ambiental em sua prática profissional, com o objetivo de transformar e melhorar a sociedade.

Essa abordagem inovadora no **IMEI** faz com que os egressos tenham uma



visão holística e estratégica, capazes de articular soluções para problemas sociais complexos em múltiplos contextos, contribuindo não apenas para o crescimento econômico, mas também para a promoção de equidade, inclusão social e sustentabilidade. Assim, o IMEI forma profissionais prontos para enfrentar os desafios globais, promovendo inovações que gerem impactos reais e duradouros nas mais diversas áreas da sociedade.

### **3.3.6. Seleção de Conteúdos**

Os conteúdos dos Curso de Graduação e de pós-graduação do **IMEI**, serão organizados priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, busca propiciar ao estudante uma visão propedêutica e epistemológica das áreas do conhecimento, estabelecendo uma compreensão de que há uma relação dialética entre a formação jurídica e outras áreas da formação humana.

Na educação baseada em competências, os conteúdos são meios, ferramentas para o discente atingir os resultados de aprendizagem e as competências definidas no perfil. Portanto, a seleção de conteúdos tem como ponto de partida as capacidades/habilidades que o aluno deve desenvolver, ao longo do componente curricular, que contribuem para o desenvolvimento das competências. Por essa razão, o desenho da matriz curricular, parte do perfil e do objeto da profissão que conduzem à definição dos eixos estruturantes e estes, por sua vez, orientam a definição das competências. Por conseguinte, os conteúdos são selecionados com precisão, de modo a fundamentar os conhecimentos e capacidades a serem desenvolvidos pelo processo formativo.

Assim, para se alcançar o perfil de competência do egresso e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o discente se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolva as competências necessárias para sua atuação profissional. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCN, no caso da graduação, das entidades profissionais e o “estado da arte”, como fruto do trabalho de pesquisadores da área de especificidade do curso. Portanto, a escolha do conteúdo é feita em função das habilidades e competências que serão desenvolvidas.



É bom reafirmar que o ponto de partida é o perfil de competência do egresso que quer formar, trabalha-se o processo de decomposição desse perfil em: competências, habilidades e descritores de desempenho, menor partícula do currículo, que se constitui de: um conteúdo (objetos de estudos) e uma função mental, na qual o aprendizado do aluno se evidenciará. O descritor aponta para “o quê” deve se desenvolver em cada cenário de aprendizagem, como também, norteia todo processo avaliativo.

As estratégias de ensino são escolhidas considerando as especificidades do conteúdo que “exige” tratamento metodológico próprio e, para garantir, a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, tanto na graduação quanto na pós-graduação apontam para um currículo que possibilita uma formação de perfil do egresso equilíbrio, que congrega competências humanas, analíticas e cognitivas e éticas. Consequentemente, o IMEI orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências decorrentes do perfil em formação.

Alguns critérios gerais devem presidir a seleção dos conteúdos, entre os quais cabe destacar:

a. Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, preservando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como se considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais e a atuação dos profissionais da área.

b. Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento.

c. Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos estudantes, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, assim como com a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes.

d. Interdisciplinaridade, transversalidade e multidisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões



contemporâneas, bem como da dimensão sociocultural.

e. Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, o que permitirá organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade;

f. Conteúdos que sustentam reflexões humanas sobre a atuação pessoal e profissional.

### **3.3.7. Atividades Complementares**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, aprovadas pelo Ministro da Educação e editadas mediante resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação introduz e torna obrigatória as atividades complementares.

São atividades que devem possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências do aluno, adquiridas dentro ou fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são caracterizadas pelo aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, tais como monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, voluntariado, estudos complementares, cursos realizados em outras áreas afins, participação em eventos acadêmicos, científicos ou culturais, viagens, programas de estudos e demais atividades pertinentes à formação integral do estudante, sendo componente curricular obrigatório.

As atividades complementares serão definidas de forma ampla e abrangente, de acordo com as habilidades e competências e o perfil de egresso do curso, de modo a incentivar o envolvimento e a participação do estudante em uma gama de atividades ampla e variada. Nesse sentido, serão priorizadas as atividades que tenham vinculação direta com o campo de conhecimento e a área de atuação do curso, sem, no entanto, serem desconsideradas as atividades que ampliem a cultura geral, o



espírito crítico e a consciência solidária e cidadã do estudante. É nossa meta que cada curso tenha a proposição de atividades complementares organizadas de maneira clara e acessível aos estudantes, com infraestrutura própria de organização e registro.

### **3.3.7.1. Regulamentação das Atividades Complementares**

Para configurar um profissional egresso do **IMEI** comprometido com a realidade social, com a organização do mercado de trabalho e com a própria profissão, esta instituição propõe ações que integrem e propiciem transformações no pensar e fazer, implicando um ensino de qualidade.

Para tanto, visando enriquecer e complementar mais a formação, seu egresso será constantemente estimulado a participar de programas de iniciação científica, monitorias, extensão, atividades extracurriculares e programas de atendimento à comunidade, entre outros.

As atividades complementares são organizadas sobre o tripé da Instituição de Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão, observando-se o que estabelece o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A essas atividades será somado o estímulo para participação, também, em seminários, jornadas, reuniões científicas, simpósios e congressos (com ou sem a apresentação de trabalhos científicos). Essa característica propicia a atualização constante do aluno, criação do espírito crítico e que conduz a uma maior busca pelo saber na graduação, ampliando práticas pedagógicas, articulando ensino/pesquisa/assistência/extensão e, conseqüentemente, integrando a graduação e a pós-graduação. Desse modo, podemos entender que as atividades complementares fortalecem a formação do perfil de egresso desejado, permitindo ao aluno aprimorar-se por meio de atividades que lhe despertam mais interesse e personalizar seu currículo, pois é uma zona de currículo aberto a receber percurso formativo particularizado pelo aluno – aspectos que caracterizam a flexibilidade curricular.

As Atividades Complementares possuem a característica de serem atemporais, respeitando o tempo de cada aluno, mantendo coerência com a proposta curricular institucional. Então, podem ser desenvolvidas durante todos os semestres,



devendo estar completa até o final do curso de graduação, sendo suas normas regulamentadas pelo Colegiado do Curso.

Para reconhecimento e validação das atividades, o aluno deverá comprovar, por meio de certificados de valor reconhecido, a sua atividade complementar, junto ao grupo de responsabilidade técnica indicado pela coordenação do curso.

O acadêmico deverá cumprir toda a carga horária de atividades complementares, sob pena de não concluir o curso. Essas atividades podem ser efetivadas desde o 1º (primeiro) período do Curso, até o final do curso.

### **3.3.8. Estágio Supervisionado**

No âmbito dos cursos de graduação ofertados pelo IMEI, os componentes práticos constituem dimensão formativa essencial, indispensável à consolidação das competências, habilidades e desempenhos profissionais previstos nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis a cada área de formação. As atividades práticas compreendem experiências acadêmicas supervisionadas, práticas simuladas e reais, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos integradores, atividades extensionistas e demais estratégias pedagógicas que promovam a articulação entre teoria e prática, assegurando formação contextualizada, ética e alinhada às demandas profissionais e sociais.

Essas práticas poderão ser desenvolvidas tanto na própria estrutura institucional do IMEI, por meio de seus núcleos, laboratórios, espaços de prática, ambientes de simulação, projetos institucionais e estruturas acadêmicas específicas, quanto em ambientes externos, mediante convênios, parcerias e cooperação com instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil, empresas, órgãos governamentais e demais campos de prática compatíveis com os objetivos formativos de cada curso.

O IMEI compromete-se a manter infraestrutura física, acadêmica e tecnológica adequada ao desenvolvimento das atividades práticas previstas em seus cursos, assegurando condições para experiências formativas de qualidade, supervisão qualificada, integração entre ensino e realidade profissional e fortalecimento do perfil do egresso. Dessa forma, a instituição reafirma sua política de



formação integral, promovendo práticas educacionais que favoreçam o desenvolvimento técnico, científico, ético e social dos estudantes em suas respectivas áreas de atuação.

### **3.3.9. Trabalho de Conclusão de Curso – TC**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TC), consta no PPC como exigência para colação de grau do **IMEI**.

O TC tem como principal objetivo que os alunos consigam delimitar um problema ou escolher um tema, e, diante dele, demonstrar a capacidade de pesquisar e analisar criticamente a bibliografia e os trabalhos existentes sobre um tema/problema escolhido previamente. Também, realizar um estudo cujos resultados sejam úteis para a comunidade em que se insere a Instituição e, até mesmo, para uma amplitude nacional.

O TC é desenvolvido sob a orientação direta dos professores do curso, especialmente aqueles de titulação de Mestre e Doutor, com experiência em orientação de trabalhos científicos.

O TC no curso atende às políticas gerais previstas neste PPI e será normalizado pelo Colegiado de Curso que estabelecerá Regulamento próprio de TC. O PPC descreve mais detalhadamente o TC.

Cabe à Coordenação do Curso acompanhar, junto aos professores orientadores, o andamento dos trabalhos, de acordo com as condições estabelecidas nestas normas; instituir calendário para reuniões periódicas com os orientadores do TCC para acompanhamento das etapas dos projetos e da elaboração dos trabalhos.

Por fim, objetivando democratizar o conhecimento gerado com os estudos, as cópias da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso (já corrigidas e padronizadas de acordo com as normas da ABNT) são encaminhadas à Biblioteca da Instituição para empréstimos e consultas.

### **3.4. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem**

A construção da proposta de avaliação no **IMEI** é decorrente da concepção



sobre aprendizagem, que expressa sua opção por um modelo epistemológico interacionista. Nesse contexto teórico-metodológico é importante definir o papel da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, articulando-a aos objetivos, competências e habilidades, conteúdos, métodos, ao Projeto Político Pedagógico da Institucional - PPI, e às características e perfil do profissional que se quer formar.

O processo de avaliação do desempenho discente, no âmbito do **IMEI**, é entendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e obedece às normas e concepções pedagógicas.

Os instrumentos avaliativos são concebidos a partir de problematizações, simulações e situações-problema, promovendo articulações entre teorias e práticas. Para o caso de questionários, provas ou testes, as situações-problema poderão ser avaliadas por meio de questões abertas ou fechadas; assim, uma questão poderá investigar, de forma concomitante, vários recursos e características de perfil, permitindo um levantamento de indicadores das competências desenvolvidas.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino-aprendizagem, possibilitam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. A avaliação do desempenho discente é feita por disciplina, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento. Assim, são disponibilizadas informações sistematizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, e com o conseqüente planejamento de ações inovadoras e concretas para a melhoria da aprendizagem

No âmbito dos Cursos do **IMEI**, as atividades avaliativas são assumidas como necessárias e benéficas ao processo de ensino e aprendizagem e consideram: produção acadêmica individual ou em grupo, pesquisas, práticas previstas em cronogramas, avaliações de aprendizagem orais e escritas, seminários, dentre outras. Todas essas estratégias possibilitam avaliação contínua, não apenas do conteúdo propriamente dito, mas também de habilidades e competências requeridas.

A construção de uma proposta de avaliação é decorrente da concepção que se sobrepõe à aprendizagem, a qual expressa por sua vez uma opção por um modelo epistemológico. É importante se definir o papel da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, articulando-a aos objetivos, conteúdos, métodos, ao projeto pedagógico da instituição e aos objetivos, características e perfil do profissional que se quer formar.

O **IMEI** tem entendido que assim como a Matriz Curricular direciona o currículo



de uma instituição educacional, levando em conta as concepções de ensino e aprendizagem, apresentando: competências e habilidades, saberes, metodologias e processos de avaliação. A Matriz de competência é orientadora do processo avaliativo da Proposta Curricular, objetivando diagnosticar a ocorrência ou não de aprendizagem e suas razões, visando também o replanejamento do trabalho pedagógico.

O termo “matriz” refere-se a uma maneira de apresentar relações entre duas ou mais variáveis de naturezas distintas, um cruzamento. E esse “cruzamento” dos saberes com as competências (operações mentais) envolvidas, em seus diferentes níveis de complexidade, gera as associações desejadas e em cada uma delas, a indicação das habilidades a serem desenvolvidas e conseqüentemente avaliadas. Assim, a Matriz de Competência apresenta de modo explícito, o que se quer verificar em termos de avanços da aprendizagem dos estudantes. Por meio das habilidades, a matriz indica a formulação dos instrumentos de avaliação e a análise dos resultados do desempenho.

Portanto, a matriz aponta para habilidades a serem desenvolvidas, evocam os saberes que estão informados com uma função mental, via descritores, e alimenta a avaliação processual e somativa ao longo do semestre. Com esse desenho, a Matriz de Competência também se constitui como parâmetro para promover orientações e feedback nas trajetórias profissionais formativas para os próprios participantes da avaliação e para gestores educacionais.

A instituição tem como propósito a avaliação da aprendizagem suportada nos seguintes princípios:

- Avaliação de competências – para identificar capacidades construídas e resultados de aprendizagem atingidos;
- Indissociabilidade entre ensino-aprendizagem e avaliação – para sondar as propostas e cenários de aprendizagens, onde os estudantes ativam as capacidades que se deseja avaliar;
- Avaliação inicial (diagnóstica), processual (formativa) e final (somativa) – ao realizar avaliações nos distintos momentos de um período letivo, o professor ajustará o seu planejamento em decorrência das características dos alunos, oportunizando que o aluno identifique sua evolução e adote ajustes do seu processo de aprendizagem de modo a atingir com êxito a sua qualificação final;



- Estratégias e Instrumentos variados – cuja escolha é função das evidências de desempenho que se deseja identificar;
- Utilização de indicadores e descritores – para ficar claro que a nota é apenas a expressão numérica do padrão de desempenho esperado do aluno.

Os instrumentos avaliativos são concebidos a partir de problematizações, simulações e situações-problema, promovendo articulações entre teorias e práticas. Para o caso de questionários, provas ou testes, as situações-problema poderão ser avaliadas por meio de questões abertas ou fechadas; assim, uma questão poderá investigar, de forma concomitante, vários recursos e características de perfil, permitindo um levantamento de indicadores das competências desenvolvidas.

A avaliação do desempenho discente é feita por disciplina e seguem as normas estabelecidas pelo **IMEI** em seu Regimento Geral de critérios de avaliação. As atividades produzidas pelos alunos serão acompanhadas e avaliadas pelos professores.

A composição é expressa em notas obtidas através de provas escritas e/ou orais, da verificação processual do rendimento (individual ou em grupo) de investigação (pesquisa, iniciação científica), de extensão, trabalhos de campo, seminários, resenhas, sínteses e fichamentos.

### 3.4.1. Avaliações

Quanto ao aspecto da avaliação do aproveitamento, em termos de aprendizagem, ficam instituídas, portanto, as seguintes modalidades de avaliações:

- **Avaliação Diagnóstica (AD):** constituir-se-á como instrumento de avaliação da aprendizagem proposta no momento que antecede a aula, que será de autoavaliação discente e parâmetro para o docente planejar o momento aula. As AD ficarão disponíveis para o estudante responder no período de 15 (quinze) dias que antecede a aula, valendo um total de 1,0 (um) ponto de participação, podendo ser pontuação total, ou, frações equivalentes ao número de AD realizadas, das 9 propostas no bimestre.

II - **Avaliação Formativa (AF):** avaliação contínua que objetiva desenvolver as aprendizagens processualmente, tornando-se elemento de ensino aprendizagem,



através da qual o estudante desenvolve papel ativo na construção do seu conhecimento no percurso de formação.

A Avaliação Formativa ocorre através das Atividades Programadas (APs): atividades desenvolvidas ao longo de cada disciplina, por meio de Atividades Diagnósticas (AD), Atividades Processuais (APr) e Atividades de Consolidação do Conhecimento (ACC).

1- As **Atividades Processuais (APr)** avaliarão o aluno, no momento aula, por instrumento avaliativo denominado **rubrica**, que faz cruzamento entre linhas e colunas, onde as linhas definem os critérios de avaliação e as colunas os níveis de desempenho. Para cada uma das 9 semanas, é preciso preencher uma tabela respectiva, com os critérios e os níveis de desempenho. Essa avaliação tem valor de 8 pontos. Cada semana gera-se uma nota de até 8 pontos e no final do bimestre, calcula-se a nota da APr por meio de média aritmética.

2- **Atividades de Consolidação do Conhecimento (ACC)**: contendo 10 questões, acontecem do **posterior à aula**, com valores graduados de 0,0 (zero) a 10 (dez). As ACC serão disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No final da disciplina gera-se a Nota de ACC, por meio de média aritmética.

3- **Atividade de Síntese da Leitura Interdisciplinar** trimestral. O resumo deverá ser postado no AVA, valendo 1,0 (um) ponto de participação para cada disciplina.

Assim, a distribuição da pontuação das Avaliações Formativas (AF) serão: a nota de elaboração da síntese da leitura interdisciplinar trimestral, mais às **nove atividades** dos momentos de aula e nas atividades de consolidação após a aula, respectivamente, necessárias para o processo de sondagem da aprendizagem dos estudantes.

III - **Avaliação Somativa Cognitiva - ASC**: destinada a identificar os resultados de aprendizagem do estudante, estabelecendo uma conexão destes resultados com os objetivos de aprendizagem previamente estabelecidos no Plano de Ensino da disciplina. A avaliação deve conter 8 questões fechadas (valendo um ponto cada) e uma aberta (valendo dois pontos).

A avaliação do processo ensino-aprendizagem estará mais detalhada no PPC dos cursos.



#### **3.4.1.1. Da Aprovação**

O estudante será aprovado quando obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina e Média Final (MF), em cada disciplina, igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

As disciplinas que possuam atividades práticas, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso - TC, Atividade Extensionista (Projetos Integradores de Vida - PIV), pesquisa orientada, disciplinas de projeto integrador, terão notas expressas com valores graduados de 0,0 (zero) a 10 (dez), e, nota mínima para aprovação igual ou maior que 6 (seis) pontos.

O aluno que deixar de comparecer às avaliações, nas datas fixadas, pode requerer uma prova de segunda chamada para cada disciplina, de acordo com o calendário escolar, até o 5º dia útil após a aplicação da respectiva avaliação, cabendo a decisão ao Coordenador do Curso.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver Média Final inferior a 6,0 (seis) nos componentes curriculares.

#### **3.4.2. Avaliações nos Cursos de Pós-Graduação**

Nos cursos de pós-graduação, cada projeto pedagógico detalha seu sistema avaliativo, sob a luz dos pressupostos estabelecidos no item 3.5. desse PDI, no que couber para esse âmbito educacional.

#### **3.4.3. Avaliação dos Componentes Curriculares e Curso**

Com a intenção de repensar a prática pedagógica, ao final de cada disciplina, os alunos são convidados a responder um **questionário de avaliação** de ensino e aprendizagem, disponibilizado online, para que se possa caminhar em direção a excelência do processo educativo contemplando os seguintes tópicos:

- será norteadada pelo projeto pedagógico do curso;
- será focada no processo e não no produto;
- busca identificar o mérito/relevância e considerar os vários processos internos e externos à instituição;



- avaliar todas as situações tradicionais e não tradicionais de aprendizagem;
- ter uma visão dos processos diversificados e criar sustentação do processo nos níveis administrativos da instituição;
- mobilizar o educador para postura de constante reflexão sobre a sua prática pedagógica e acompanhamento do aluno;
- avaliação dos recursos didáticos ofertados;
- avaliação das atividades ofertadas e grau de negociação.

Por meio do **questionário de avaliação** o aluno tem a oportunidade de expressar sua avaliação: 1. do Professor; 2. da Disciplina; 3. do Aluno (autoavaliação) e 4. da turma.

Uma síntese desse questionário é encaminhada a cada docente em particular bem como é objeto de análise nas reuniões no NDE do curso. Esse mecanismo tem permitido excelentes resultados nas pautas de discussões no interior dos núcleos temáticos, como também tem servido como uma das referências para autoavaliação individual docente.

O questionário é respondido através da seguinte pontuação: SIM (5); QUASE SEMPRE (4); ÀS VEZES (3); RARAMENTE (2); NÃO (1). A elaboração dessa metodologia tem como objetivo encontrar coerência entre os elementos que são avaliados, ou seja, à atuação do professor deve corresponder a conduta do próprio aluno e a colaboração da turma.

Os questionários dos componentes curriculares são produzidos pelos docentes do NDE e o questionário de curso é proposto pela CPA.

### **3.5. Práticas Pedagógicas Inovadoras**

Considerando a orientação pedagógica do **IMEI** que visa o desenvolvimento da educação baseada em competências, a inovação das práticas pedagógicas é, pois, inerente à execução de um currículo por competências, e, metodologicamente adequada a seu público-alvo.



As Práticas inovadoras envolvem interações e articulações que buscam a formação integral e levam ao desenvolvimento das capacidades que atendam as demandas vivenciais, laborais e sociais. Bem como, e, propõem aos docentes melhor abordagem pedagógica a ser adotada em cada disciplina, entendida como aquela que melhor se adequa à natureza do conteúdo a ser trabalhado, mas privilegiando, sempre que possível, para favorecerem o aprendizado dos estudantes nas competências definidas para o egresso do curso.

Assim é que o **IMEI** utilizará, no desenvolvimento de seu curso de Graduação e dos cursos de Pós-Graduação, práticas pedagógicas centradas no aluno como protagonista de seu processo de aprendizagem. Partindo sempre da premissa de que trazem um Saber Sênior, e a partir do Saber Sênior, no IMEI, o estudante terá a oportunidade de significar ainda mais saberes elaborados ao longo da vida. Seja construindo, em diferentes cenários de aprendizagens, e, sob a luz da Andragogia, novos conhecimentos ou desenvolvendo novas habilidades, dentre elas as tecnológicas.

Paro, Ventura e Silva (2019), foram buscar em Paulo Freire o conceito de 'inédito viável', que, segundo ele, constituir-se-ia numa atitude de formação, que envolve o processo de codificação e decodificação da realidade. Com base nesse processo, torna-se possível a criação de novas percepções da realidade, as quais permitem a identificação de ações possíveis, que antes não eram vislumbradas como soluções. Nesse sentido, afirmam os autores acima mencionados, citando Boff (2014):

Paulo Freire mostra a história e a existência humana como feixe de possibilidades e virtualidades que podem, pela prática histórica, ser levadas à concretização. Daqui nasce a esperança histórica, aquilo que ele chama de 'inédito viável', vale dizer, aquilo que ainda não foi ensaiado e é inédito, mas que pode, pela ação articulada dos sujeitos históricos, vir a ser ridente realidade (Boff, 2014, p. 113)

Sob a ótica do inédito viável, buscar-se-á no IMEI inovar na forma como são planejadas e executadas as atividades formadoras, que contemplarão o desenvolvimento intelectual, atitudinal, relacional, pessoais, associados à cooperação, comunicação, autonomia, criatividade etc., com ênfase na construção das competências e habilidades constituidoras do perfil que se deseja formar. O IMEI, na expectativa de que o ser humano é um feixe de possibilidades, que pode ser levado à concretude.

O IMEI expressa esperança histórica de que o ser humano, em qualquer fase



da vida é, cada um por si, um 'inédito viável'. E o que é denominado como 'inédito viável' é fruto de complexo processo formativo - e aqui se constitui a gênese do compromisso educativo do IMEI: cooperar para que o 'inédito viável', de seus alunos, chegue à concretude.

No **IMEI**, a inovação é vista de forma ampla e integradora, considerando todos os recursos da instituição de ensino – infraestrutura, pessoas, processos, conhecimento e cultura – tanto nas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), quanto nas operações administrativas. O propósito é fomentar inovações que transcendam o ambiente acadêmico, gerando impacto positivo em áreas como saúde, transporte, emprego e renda, cultura e meio ambiente, sempre em consonância com as metas da **Agenda 2030**.

O egresso do **IMEI** será preparado para atuar em um mundo onde a capacidade de inovar constantemente é um fator-chave para o desenvolvimento econômico e para a competitividade no mercado global. A inovação, seja por meio de novos produtos, serviços, processos ou novas formas de gestão, é fundamental para a sobrevivência e o crescimento das organizações na nova economia mundial. Esse perfil de egresso possuirá habilidades que o capacitam a empreender e liderar iniciativas transformadoras em diversas áreas, com um forte compromisso com os ODS. Ele estará apto a utilizar a educação como ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável, integrando tecnologia, inovação social e responsabilidade ambiental em sua prática profissional, com o objetivo de transformar e melhorar a sociedade.

**Algumas práticas inovadoras comuns na graduação e na pós-graduação:**

#### **Atividades interdisciplinares**

Considerando que a construção de competências exige a mobilização e a integração de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, são planejadas e realizadas atividades interdisciplinares e que cruzam ainda com as temáticas: envelhecimento, aprendizagem ao longo da vida, sustentabilidade, longevidade etc., que se associam e enriqueçam mutuamente na resolução de uma situação problema.

#### **Formação profissional para a cidadania**

A instituição desenvolve o espírito crítico e a autonomia intelectual, na medida



em que o objetivo maior da educação baseada em competências é “formar cidadãos, com domínio da profissão”. Por meio desta afirmação fica evidente que, acima de tudo, o **IMEI** privilegia a formação de um cidadão preparado para atender as demandas sociais, além de atuar de forma competente no cenário profissional.

### **Diversificação dos cenários do ensino e da aprendizagem**

A diversificação dos cenários de ensino/aprendizagem e a aproximação da sociedade com suas demandas, desde os primeiros anos dos cursos, por meio de seus PIV, contribuem para a formação do profissional com visão sistêmica, capaz de atuar em diferentes níveis, e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos, e realidade socioeconômica, cultural e política.

Utilização de simulações como recursos didáticos são estratégias que procuram colocar o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências de suas atitudes e decisões. No Ensino Superior, as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e secundariamente o objetivo de estimular a reflexão acerca de determinado problema.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas que podem ser consideradas de grande relevância e inovadoras, está a inserção dos aparatos tecnológicos da comunicação e da ciência da informação, amparada pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da Internet de Banda Larga e wi-fi disponibilizado para a comunidade acadêmica.

Assim, a tecnologia estará à disposição para dinamizar os processos de comunicação e de aprendizagem, com o estímulo ao uso do ambiente virtual de aprendizagem pelos docentes e discentes.

Portanto, os cursos buscarão sempre o desenvolvimento de programas que privilegiam descobertas de novas metodologias e de práticas pedagógicas inovadoras, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

### **Projeto Integradores de Vida - PIV**

Componente curricular formado por projetos autênticos e realistas que



integram todos os componentes de um dado período letivo, possibilitando o desenvolvimento do perfil de competências projetado para aquele período. No desenvolvimento dos projetos os alunos aproximam-se das situações e cenários reais e integram os saberes do semestre por meio das ações demandadas pelo projeto.

Dessa forma, os alunos constroem estratégias mentais que podem ser aplicadas em novas situações e cenários, possibilitando a aprendizagem eficaz que leva à capacidade de generalização ou seja, capacidade de aplicar as estratégias de enfrentamento e solução de problemas em situações novas e em distintos cenários profissionais.

### **3.6. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Acessibilidade e Educação Inclusiva**

É importante que se reforce o esforço que do **IMEI** terá em combater a indiferença, a discriminação, o preconceito, a injustiça e os rótulos em relação a todo e qualquer indivíduo. É bom ressaltar que o respeito às singularidades transcende o respeito às deficiências.

Com base na Lei Federal 10.098/2000 e no Decreto 5296/2004, com as alterações dadas pelo Decreto 9404/2018, a promoção da Acessibilidade visa cumprir o que determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) garantindo a todos, direitos e liberdades fundamentais. Ao mesmo tempo em que assegura o que está garantido pela Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana (Art.1º - Inciso III) e a igualdade de direitos (Art. 5º), corroborando para uma sociedade livre, justa e solidária (Art. 2º - Inciso II).

Assim o **IMEI** fundamenta essa política na Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência na Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata da acessibilidade e inclusão em diversos aspectos. Um dos seus grandes avanços é a mudança de perspectiva sobre a palavra “deficiência”. Antes, a visão era de que a deficiência se constituía numa condição das pessoas. Hoje ela é entendida como uma situação dos espaços (físicos ou sociais), que não estão acessíveis a todos.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que coopera para



qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

Considerando que a acessibilidade gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais. Assim, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e garantir a realização dos direitos e da cidadania.

A fim de possibilitar, no âmbito dessa instituição, à pessoa com deficiência, viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida acadêmica, esta política proporcionará a implementação de medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas poderão incluir a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

A Educação Inclusiva é vista como uma educação diferenciada, com o objetivo de ofertar aos discentes e docentes, condições e apoio para ter um melhor rendimento acadêmico, conforme as necessidades. As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, inclusão digital, acesso à infraestrutura, às ferramentas, ao atendimento e o uso de recursos diversificados. Visam atender o princípio de que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender.

Assim, o **IMEI** buscará, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), que visa estabelecer uma política institucional de acessibilidade e educação inclusão aos discentes e colaboradores, que possuem deficiências (deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências), transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, eliminando as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação, a fim de cumprir os requisitos legais de acessibilidade e os princípios e procedimentos inclusivos. O referido setor atende aos alunos, como também, colabora com as Coordenações dos Cursos (graduação e pós-graduação) dando suporte pedagógico aos professores.



Assim, os acadêmicos com demandas educacionais especiais, poderão receber apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico que lhes ofertará recursos de tecnologia assistiva e humana.

Em relação ao aluno com deficiência auditiva, a IES apresenta compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que ele conclua o curso:

- a) propiciar intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas;
- b) adotar flexibilidade na correção das provas escritas;
- c) estimular o aprendizado da língua portuguesa;
- d) proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

**Destaca-se ainda que, de acordo com legislação:**

1- Em conformidade com a Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005, a disciplina de LIBRAS está inserida como disciplina optativa no curso de graduação do **IMEI** e como obrigatória nos cursos de Licenciaturas;

2-Em atendimento ao Decreto nº 5.296/2004 e aos seus princípios de atuação, o **IMEI** adota diretrizes de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Os acadêmicos com demandas educacionais especiais, podem receber apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico que lhes oferta recursos de tecnologia assistiva e humana. A proposição de Monitorias que potencializa acesso por áreas de interesse e de altas habilidades.

No NAP a análise do planejamento e o acompanhamento do estudante partirão dos dados referidos no ingresso à instituição, isto é, desde o processo seletivo, através do preenchimento da informação a respeito da deficiência, que deverá constar no formulário de inscrição ao, direcionando-o para quais necessidades educacionais especiais ele precisará, conforme descrição abaixo:

- **Altas habilidades/superdotação** - Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: alta capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou



produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora.

- **Deficiências:**

- **auditiva** - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
- **física** - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- **Intelectual** - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;
- **Múltipla** - é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa;
- **visual** - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- **Transtorno do Espectro Autista** - é a associação, no mesmo indivíduo, dos três seguintes déficits: Problemas de interação social



ou emocional alternativo; Graves problemas para manter relações e Problemas de comunicação não verbal;

- **Transtornos de aprendizagem** - Dificuldade para aprendizagem é uma inabilidade para aprender, na ausência de condições neurológica, sensorial, mental e psicológica que a justifique. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) há três tipos de transtornos específicos da aprendizagem: da leitura (dislexia), de matemática (discalculia) e da escrita (disgrafia e disortografia).

Em relação às pessoas com transtorno do espectro autista a IES se dispõe a realizar a interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento; Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares; Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização; Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos. Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Para promover a permanência do aluno e sua posterior conclusão acadêmica, estão previstas ações, como o treinamento da equipe técnica, a formação continuada docente, a existência de uma equipe interdisciplinar que contribua com o atendimento especializado. Não obstante, os discentes serão incentivados a realizarem pesquisas e projetos de extensão relacionados à acessibilidade, bem como se pretende realizar atividades culturais e artísticas, para com isso sensibilizar a comunidade interna e



externa na perspectiva inclusiva.

Diante do exposto, cabe esclarecer que após realização da caracterização do estudante a ser incluído no curso, é preciso esclarecer as necessidades educacionais especiais e o apoio institucional adequado. O responsável pelo recebimento e efetivação da matrícula, assim como, o docente ou coordenador do curso devem encaminhar o estudante ou este, independentemente, pode requerer o seu acompanhamento em qualquer ocasião: na inscrição ao processo seletivo, na matrícula inicial ou durante o curso, mediante o preenchimento de um requerimento específico. Após esta requisição, o encaminhamento será analisado e o estudante, docentes e demais envolvidos com o processo serão contatados pela Comissão, a fim de que se dê início ao atendimento necessário para a efetivação do processo de inclusão na instituição.

Como ação diretiva primeiramente é preciso acolher o estudante e verificar as solicitações de acordo com o quadro de necessidades apresentado (remoção de barreiras atitudinais, comunicação, físicas e arquitetônicas, licenças especiais, programas especiais de avaliação, entre outras). Em seguida, será necessário avaliar as necessidades especiais, procurando detectar as dificuldades já instaladas bem como outras que poderão surgir.

Posteriormente, como ações não diretivas terão: discussão com os coordenador de curso, professores e demais funcionários sobre a importância da inclusão e a relevância social da Instituição, preocupada com a temática; mediação junto aos polos presenciais para a efetivação dos apoios institucionais especiais necessários para a acessibilidade à experiência acadêmica bem como os espaços da instituição; análise de aquisições ou adaptações de recursos educacionais necessários às adaptações no processo de ensino-aprendizagem; contato com os profissionais que acompanham o estudante; intercâmbio com outras instituições visando à troca de experiências sobre procedimentos, processo e resultados da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior; entrevistas periódicas com o estudante e com as pessoas envolvidas no processo; se necessário, eventualmente, visitas aos diferentes espaços ocupados pelo estudante durante a sua trajetória acadêmica; proposição de discussões para adequações, quando for necessário, nos documentos internos da instituição, como estatuto, regimento e resoluções; assessoramento na adequação e funcionalidade dos projetos



de reformas, nas dependências da instituição necessárias à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas; realização de cursos e palestras para coordenador, docentes, professores-tutores e demais funcionários da instituição sobre temáticas que envolvem a diversidade, a acessibilidade e a sociedade inclusiva, visando à eliminação de barreiras atitudinais.

Ademais, a IES contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas conforme disposto no Regimento. Ressalta-se que o apoio pedagógico aos discentes com deficiência se dará por meio dos NAP, em conjunto com a Direção Acadêmica.

Não obstante, nota-se que sempre será considerado a especificidade de cada necessidade de cada indivíduo, porém por mais semelhantes que possam parecer, cada situação apresenta características exclusivas, exigindo cautela para que as ações delineadas, em hipótese alguma, constituam privilégios e concessões, e possam comprometer o real aprendizado do estudante e o seu direito ao diploma. Assim, prezar-se-á para jamais negligenciar a proposta de formar um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade.

O IMEI prevê no PDI o atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida cada qual com sua característica, conforme descrito acima, que inclui:

- ✓ a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas acima, possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas com deficiência auditiva.

- ✓ admissão de entrada e permanência de cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;

- ✓ assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

- ✓ disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

- ✓ divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das



peessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

✓ mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente, adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

✓ pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

✓ serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdas e cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

✓ sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas acima.

Proporciona também condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Colocará à disposição de docentes, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e, seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado aos docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Em relação ao processo seletivo de docentes, alunos, servidores e empregados clientela da educação especial serão considerados três momentos distintos:

- na elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo candidato no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do que irá realizar a correção;



- no momento das avaliações, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo candidato;
- no momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada sujeito com deficiência, altas habilidades ou transtorno de conduta para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

No que tange aos docentes cabe a adoção de novos encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com profissionais da saúde, do trabalho, parceria com as famílias, dentre outros. Esse “novo modo de ser professor” confronta as práticas tradicionais hegemônicas nos sistemas de ensino até então, em que os professores, formados dentro de uma lógica da razão instrumental, tinham como referência de docência o princípio da homogeneização do ensino, partindo do pressuposto de que é possível padronizar as práticas pedagógicas a partir de um modelo de aluno ideal.

O **IMEI** entende que é imperativo hoje uma equipe multidisciplinar preparada, com conhecimentos necessários para atender aos alunos nas suas demandas e direitos. A Política Institucional de Educação Inclusiva, garantirá percursos e fluxos de apoio e suporte didático-pedagógico e condições adaptadas de aprendizagem e avaliação, para alunos com as mais diferentes necessidades especiais, assim como, prevê os mecanismos e condições de acessibilidade. A Política contemplará também capacitação docente, para a proposição de metodologias diferenciadas.

As ações de inclusão social destacam-se ao propiciar às minorias étnicas raciais, às pessoas com deficiências (de natureza física, sensoriais e mentais ou transtornos globais do desenvolvimento), bem como, aos jovens em situação de risco para que sejam capazes de ultrapassar as barreiras.

### **3.7. Políticas institucionais e Ações Acadêmico-administrativas para a Pesquisa ou Iniciação Científica, a Inovação Tecnológica e o Desenvolvimento Artístico e Cultural**

O **IMEI** define suas políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento



artístico e cultural como pilares estratégicos para a formação de profissionais críticos e inovadores. Essas políticas são concebidas para garantir que as iniciativas de pesquisa e inovação estejam em pleno alinhamento com os objetivos educacionais e com as diretrizes deste PDI, promovendo não apenas a produção de conhecimento científico, mas também a integração da arte e da cultura como elementos transformadores no processo formativo dos alunos.

Neste contexto, o **IMEI** propõe política estratégica que sustenta e direciona as ações na área da pesquisa, tanto no âmbito da graduação (iniciação científica), quanto da pós-graduação. Assim, incentivará a apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância; buscará parcerias internas e externas; buscará parcerias com órgãos de fomento à pesquisa, e a divulgação dos resultados em forma de publicações científicas.

A Instituição com o objetivo de estimular a pesquisa consolidará grupos de estudos e linhas de pesquisa institucionais, assegurará maior cooperação entre corpo docente e discente nas atividades de pesquisa no âmbito da graduação, o que é fundamental para o fomento da atividade científica e à geração do conhecimento.

Institucionalmente, as pesquisas estão direcionadas ao fortalecimento de causas relevantes, que decorrem das atividades acadêmicas desenvolvidas no percurso do curso, atreladas sobretudo à inserção do aluno na comunidade. Isso propiciará o desenvolvimento de atividades articuladas ao ensino, a pesquisa e à extensão, procurando evidenciar as suas interfaces, permitindo delinear linhas de pesquisas, atreladas aos objetivos do curso, fazendo uso de orientação metodológica e estatística, planejamento da captação, análise, organização e armazenamento dos dados coletados e geração de informação que irão enriquecer as publicações e informes acadêmicos.

No que se refere à pesquisa, nos termos constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o **IMEI** atenderá através da Coordenação **de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão**, responsável pela institucionalização de política estratégica no desenvolvimento da pesquisa e de iniciação científica.

A orientação por docente, na condução de projetos de pesquisa e no processo de aprendizagem da prática científica, visa à integração do corpo docente e discente, promovendo o aperfeiçoamento acadêmico e a formação continuada por parte do docente, estimulando e avaliando a produção e a qualidade do Trabalho de Conclusão



de Curso e a melhor integração do discente na continuação da vida acadêmica e ingresso na vida profissional.

As ações acadêmico-administrativas previstas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas.

O **IMEI** pretende colaborar com o desenvolvimento da iniciação científica por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas do curso que oferece, bem como por meio de evento científico que se pretende desenvolver anualmente, onde serão apresentados trabalhos relevantes elaborados pela comunidade acadêmica.

Em relação ao corpo docente, os Mestres e Doutores que integram a IES, serão estimulados à produção técnica e científica, para responder à expectativa de percentual mínimo de 9 produções em 3 anos. Tais dados corroboram para um ensino constantemente atualizado e integrado à pesquisa e extensão.

O **IMEI** buscará incorporar os avanços tecnológicos às atividades de ensino, iniciação científica e extensão. Para tanto, atualizará constantemente seus equipamentos de informática, softwares e recursos audiovisuais.

Por outro lado, incentivará a participação do corpo docente em eventos (conforme item 3.15 deste PDI) que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino aprendizagem, criando condições para que, de posse dos recursos disponibilizados pela IES e do conhecimento adquiridos nesses eventos, os docentes promovam as inovações no âmbito de suas disciplinas.

O **IMEI** planeja criar eventos de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão com a participação ativa da comunidade, por meio de espaços de intervenção, oficinas e mostras culturais.

A produção científica, no âmbito dessa política, consoante com a missão e valores institucionais, é orientada pelos seguintes princípios:

- i. Contribuir para a criação de um ambiente favorável à geração de novos conhecimentos e a sua transferência para a sociedade, em consonância com a missão de proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão, e o compromisso com a formação cidadã, a inclusão social e o



- desenvolvimento regional, e a estimulação de manifestações artística, culturais, científicas e as práticas desportivas;
- ii. Contribuir com o **ensino, a pesquisa e a extensão** na geração de conhecimento, na inovação e na consequente socialização desse conhecimento para a sociedade, buscando sempre o maior benefício social;
  - iii. Estimular a popularização e o uso do conhecimento para a melhoria das condições de vida da comunidade local, preferencialmente, as em situação de risco.

Para isso, há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, possibilitando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento.

Assim, essa Política Institucional de incentivo à produção científica, cultural, artística ou tecnológica estimula a participação de alunos e docentes a executarem práticas de iniciação científica de cunho inovador, interdisciplinar e transversal. Para tanto, os incentivos ocorrerão mediante:

- Divulgação no site e redes sociais da instituição de editais de iniciação científica;
- Promoção anual do Simpósio da instituição com vistas a agregar resultados e considerações de pesquisas de alunos e professores da instituição, para debate amplo com o público local e regional;
- Incentivo aos docentes e alunos a executarem práticas de pesquisa de cunho inovador, interdisciplinar e transversal;
- Auxílio, quando possível, aos alunos e professores da instituição a participarem de eventos científicos de caráter regional, nacional e internacional;
- Estímulo a publicação de trabalhos científicos, produzidos por alunos e professores;
- Estímulo para que cada docentes trabalhem a cada semestre ao menos 1 (um) artigo de caráter transversal e interdisciplinar de modo a instigar o espírito científico e produção intelectual de



docentes e discentes;

- Captação própria de recursos, quando possível, para investimento na infraestrutura para execução de pesquisas na instituição em parcerias com órgãos de fomento, quando possível.

No âmbito do desenho curricular do **IMEI** a pesquisa está em processo de maturação, se desenvolve na relação método, teoria e prática no âmbito do componente curricular **Projeto Integrador de Vida**, que vai permeando todo o processo formativo, com produção do conhecimento, fruto de pesquisa/iniciação científica e socialização do referido conhecimento, por meio das **Atividades Extensionistas**. A política de pesquisa institucional também se materializa a partir do Trabalho de Conclusão de Curso – TC.

### 3.7.1. Política de Iniciação Científica

A Instituição possuirá um Programa de Iniciação Científica (PIC).

Em relação aos estudantes, a **iniciação científica** no **IMEI** tem como objetivos:

- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos;
- Proporcionar o domínio da metodologia científica, assim como estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;
- Despertar uma nova mentalidade em relação às atividades científicas;
- Preparar o estudante participante de programa de bolsa de iniciação científica para o acesso à pós-graduação;
- Aumentar a produção acadêmica dos discentes bolsistas;
- Proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos científicos e o estímulo ao desenvolvimento científico e da criatividade.

Em relação à Instituição, a **iniciação científica** no **IMEI** tem como objetivos:

- Contribuir para a sistematização e institucionalização da iniciação científica na IES;
- Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos;



- Tornar as ações institucionais intensamente ativas e competitivas na construção do saber;
- Possibilitar a implementação otimizada das atividades interdisciplinares;
- Possibilitar maior integração entre a graduação e a pós-graduação;
- Assegurar suporte qualitativo da formação profissional dos estudantes do

#### **IMEI;**

● Em relação aos docentes, a **iniciação científica** do **IMEI** tem como objetivos:

- Estimular professores a engajarem-se no processo acadêmico;
- Estimular o aumento da produção científica dos docentes;
- Incentivar o envolvimento de docentes em atividades de iniciação

científica.

A atividade científica está estruturada em linhas com base em áreas temáticas que seguem as vertentes descritas abaixo:

- Potencial de desenvolvimento econômico regional, versando estudos sobre fatores que viabilizam o crescimento econômico e a valorização da cidade e da região, tendo em conta as peculiaridades sociais locais e a percepção e políticas sobre o envelhecimento na sociedade local;

- Mundo e ambiente de trabalho e perfil profissional, objetivando investigar as condições de absorção dos profissionais em cenários jurídicos, a fim de alimentar um banco de dados e análises sobre o universo do mundo do trabalho priorizando pessoas idosas na cidade e região;

- Processo de gestão da informação e tecnologia, que se propõe estudar o desempenho em redes nas organizações de portes diversos e os recursos para tornar mais ágeis as trocas de informação em ambientes de tecnologia interligada;

- Estudos para o desenvolvimento de aplicativos com finalidades educacionais, além de suporte ao conhecimento prático através de projetos especiais;

- Estudos acerca dos conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Ademais, sobre essa política existe previsão de divulgação no meio acadêmico e estímulo com programas de bolsas mantidos com recursos de agências de fomento, objetivando possibilitar práticas inovadoras.



### 3. 8. Política de Inovação Pedagógica, Social e Tecnológica

A inovação pedagógica, social e tecnológica agregam estudos de economia, administração, gestão do conhecimento, sociologia, assistência social, psicologia, tecnologias entre outros.

Essa característica transversal faz com que a inovação social seja estudada por diversas áreas, contudo o foco desta política é a atuação do **IMEI** para potencializar as inovações, assim categorizadas:

- **Inovação Pedagógica:** Desenvolver metodologias educacionais inovadoras que integrem tecnologias digitais, ambientes de aprendizagem colaborativos e soluções voltadas para o envelhecimento saudável;
- **Inovação Social:** Promover iniciativas que criem impacto social positivo nas comunidades, com foco em longevidade, inclusão e equidade;
- **Inovação Tecnológica:** Aplicar avanços tecnológicos em projetos que beneficiem diretamente a sociedade, especialmente no contexto do envelhecimento.

O **IMEI** tem como objetivos desta política:

- Fazer algo bom para/na sociedade: a ideia de que a inovação pode ser utilizada como forma de superar os desafios da sociedade, que pode ser instrumento para beneficiar determinados grupos e melhorar o bem-estar dos indivíduos. Uma inovação social compreende novas ideias que simultaneamente atendam necessidades sociais e criam relações sociais. E nesse sentido tem meios e fins sociais.
- Mudar práticas e/ou estruturas sociais: inovação social está relacionada com mudança na prática social. Assim, inovações sociais são novos arranjos que mudam as práticas existentes e melhoram as condições sociais.
- Contribuir para o desenvolvimento urbano e da comunidade: mudança de atitudes e da instituição com o intuito de contornar práticas que fortalecem e preservam situações de exclusão social.
- Reorganizar processos de trabalho: deixar de lado a sociedade como um todo para tratar de inovação social dentro de uma organização. Segundo os autores, esse tipo de inovação social é chamado de



workplace innovation.

- Imbuir inovações tecnológicas com significado cultural e relevância: considerar que uma invenção tecnológica não se sustenta sozinha como uma inovação bem-sucedida; é preciso que esteja inserida em um contexto cultural e nele seja significativa. A inovação social aconteceria quando a inovação tecnológica ganha significado no sistema social e é aceita por ele.
- Fazer mudanças na área de trabalho social: inovação social como uma mudança conduzida por meio de processo guiado que teria a participação dos beneficiários a fim de transformar as estruturas de ação existentes e as condições no sistema social.
- Inovar por meio da conectividade digital: o entendimento mais recente de inovação social e está intimamente ligada ao mundo digital. Em relação a inovação social através das redes sociais, como o Facebook, são desenvolvidas durante o próprio processo de geração de inovação empresarial (geração, protótipo, implementação comercial e iteração contínua). O processo social que apoia o processo de inovação inclui possibilidade de *feedback*, colaboração para o desenvolvimento de protótipos e persuasão dos usuários da rede social para utilizarem a inovação.gov e perfis (alunos, professores, pessoal administrativo etc.).

### 3.8.1. Alinhamento com ODS e a Década do Envelhecimento Saudável

O alinhamento das ações do **IMEI** com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Década do Envelhecimento Saudável visa promover o bem-estar e a inclusão dos idosos, garantindo-lhes uma vida de qualidade e oportunidades contínuas de aprendizado. No contexto do ODS 3 (Saúde e Bem-estar), a faculdade se compromete a desenvolver programas que melhorem a saúde dos idosos e prolonguem sua vida com qualidade. Isso inclui a promoção de hábitos saudáveis, o gerenciamento de doenças crônicas e a integração de serviços de saúde com atividades acadêmicas, como telemedicina e educação em saúde preventiva. Esses esforços visam não apenas aumentar a longevidade, mas também melhorar a



qualidade de vida dos idosos, capacitando-os para uma vida ativa e saudável.

Além disso, o ODS 4 (Educação de Qualidade) reforça a importância de oferecer uma educação inclusiva e inovadora para todas as idades, incentivando a aprendizagem ao longo da vida. Para o público idoso, o IMEI desenvolve currículos adaptados e metodologias pedagógicas que respeitam o ritmo e as necessidades desse grupo. Cursos voltados para o uso de tecnologia, educação financeira e direitos dos idosos são exemplos de como a educação pode empoderar os idosos, ajudando-os a superar barreiras de exclusão digital e social. Ao integrar essas ações ao ambiente acadêmico, a faculdade promove um aprendizado contínuo e significativo, valorizando o conhecimento e as experiências de vida dos alunos.

**Tabela 07. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Relacionados a Ação e Diretriz de Inovação Social:**

<b>Objetivo</b>	<b>ODS Relacionados</b>	<b>Ação</b>
<b>ODS 3 (Saúde e Bem-estar)</b>	3. Saúde e Bem-estar	Promover programas que melhorem a saúde dos idosos e prolonguem a vida com qualidade.
<b>ODS 4 (Educação de Qualidade)</b>	4. Educação de Qualidade	Oferecer educação inclusiva e inovadora para todas as idades, incentivando a aprendizagem ao longo da vida.
<b>Década do Envelhecimento Saudável</b>	3. Saúde e Bem-estar 10. Redução das Desigualdades	Desenvolver projetos específicos para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e amiga das pessoas idosas.
<b>Educação e Capacitação</b>	4. Educação de Qualidade 17. Parcerias e Meios de Implementação	Incluir a inovação social nos currículos, criando disciplinas interdisciplinares e oferecendo capacitação para estudantes e professores.
<b>Iniciativas Comunitárias</b>	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis 10. Redução das Desigualdades	Criar atividades de extensão universitária voltadas à comunidade local, abordando questões de exclusão social e longevidade.



<b>Prêmio de Inovação Social</b>	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura 17. Parcerias e Meios de Implementação	Instituir prêmios para reconhecer projetos acadêmicos que contribuam para o bem-estar social e para a inclusão dos idosos.
<b>Núcleo de Inovação Social</b>	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura 17. Parcerias e Meios de Implementação	Estabelecer um centro para planejar e implementar iniciativas de inovação social, focando nas necessidades da comunidade e do envelhecimento.
<b>Laboratórios de Inovação Social</b>	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	Espaços abertos para o desenvolvimento de projetos práticos, colaborando com estudantes, professores e membros da comunidade.
<b>Cursos e Capacitações</b>	4. Educação de Qualidade 17. Parcerias e Meios de Implementação	Promover a capacitação de alunos, professores e profissionais da comunidade em metodologias de inovação social e desenvolvimento de projetos.
<b>Parcerias e Colaborações</b>	17. Parcerias e Meios de Implementação	Estabelecer parcerias com empresas, ONGs e instituições públicas para apoiar e co-desenvolver iniciativas de inovação social.
<b>Projetos de Extensão Universitária</b>	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis 10. Redução das Desigualdades	Criar projetos práticos com a participação dos alunos, trabalhando diretamente com a comunidade em desafios reais relacionados ao envelhecimento e inclusão.
<b>Inovação por Meio da Tecnologia</b>	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura 3. Saúde e Bem-estar	Explorar o uso de tecnologias digitais para criar soluções acessíveis e de impacto social, como plataformas digitais para conectar idosos a serviços de saúde.
<b>Gestão de Projetos</b>	17. Parcerias e Meios de Implementação 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Implementar etapas de identificação de demandas, proposta de soluções, desenvolvimento, implementação e avaliação de impacto nos projetos de inovação social.
<b>Fomento à Cultura de Inovação</b>	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura 17. Parcerias e Meios de Implementação	Criar prêmios, organizar eventos e conferências para promover a troca de ideias e a disseminação das inovações geradas pela faculdade.



<b>Sustentabilidade Financeira</b>	17. Parcerias e Meios de Implementação	Buscar financiamentos através de editais, empresas parceiras e organizações internacionais, além de desenvolver programas autossustentáveis que gerem receita.
<b>Integração com a Academia</b>	4. Educação de Qualidade 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Incentivar pesquisas acadêmicas, publicações e a integração da inovação social nos currículos, preparando alunos para desenvolver projetos práticos com impacto.

Em consonância com a Década do Envelhecimento Saudável, o IMEI busca criar uma sociedade mais inclusiva e amiga dos idosos, por meio de projetos que incentivem sua participação ativa e adaptem os ambientes educacionais e sociais às suas necessidades. A inovação tecnológica, o fomento de projetos intergeracionais e o uso de tecnologias assistivas são caminhos importantes para garantir que o envelhecimento seja uma fase valorizada e vivida com dignidade. Ao integrar os ODS com a Década do Envelhecimento Saudável, o IMEI transforma o ensino superior em um espaço acolhedor e transformador para a população idosa, promovendo bem-estar, inclusão e longevidade com qualidade.

### 3.9. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para Extensão

A Extensão engloba experiências de popularização da ciência e realiza atividades que favorecem a construção de caminhos que podem contribuir no enfrentamento de problemas e questões sociais.

Para efeito de operacionalização da Extensão Universitária no **IMEI**, será disposta em duas modalidades a saber:

- Modalidade 1 - Atividades Extensionistas (Curricularização da Extensão);
- Modalidade 2 - Projetos e Atividades de Extensão

**Modalidade 1** - As Atividades de Extensão do **IMEI** serão conforme a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que preconiza:

[...] na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios. [...]



As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação [...].

Entendida como prática acadêmica, a **Extensão promove atividades integradas com o ensino e a pesquisa**, tendo como objetivo a integração entre segmentos do **IMEI** e desta com a comunidade externa. Expandir as ações de extensão na busca de solução de problemas regionais, a fim de colocar à disposição da sociedade conhecimentos, tecnologias e serviços voltados para a redução das desigualdades sociais é o principal objetivo da extensão.

As ações extensionistas ampliam o alcance do saber construído ou adquirido na academia, compartilhando-o com a comunidade externa.

Desse modo, o **IMEI** desenvolverá a Extensão, sob a ótica da “curricularização da extensão”, lhe destinando 10% da carga horária total do curso, como uma prática acadêmica que possibilita a interligação das suas atividades de ensino e pesquisa – com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação do aluno) e com as demandas sociais, possibilitando o exercício da responsabilidade e do compromisso social do ensino superior.

A carga horária das Atividades Extensionistas estão detalhadas na Matriz Curricular do curso, e acontecerá no interior dos Projetos Integradores de Vida (PIV).

## **Modalidade 2 - Projetos e Atividades de Extensão nos cursos do *IMEI* (graduação e pós-graduação)**

O **IMEI**, tomando como parâmetro os padrões de qualidade referendados pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolve também, atividades de extensão para além da curricularizada, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local, sobre temas variados, e, de diferentes formatos: cursos, projetos, programas e serviços. Incentivará a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o setor público, privado e terceiro setor, mediante a elaboração de instrumentos de contratos e convênios, tendo como prioridade o desenvolvimento de atividades acadêmicas de aprofundamento de temas que envolvam, a um só tempo, interesse local e interesse acadêmico de docentes e discentes, marcados pela interdisciplinaridade.

O **IMEI** entende a atividade de extensão como um meio de prestação de



serviços à comunidade, realimentação da IES e, em decorrência, a integração de ambas, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade, tendo como políticas de extensão:

- Busca do máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social;
- Tradução para o campo operativo dos conhecimentos desta IES, por meio de um corpo docente com competência para a produção de conhecimento científico e técnico e com habilidades necessárias à socialização desses conhecimentos aos grupos sociais;
- Articulação do ensino e da extensão com as demandas da sociedade, mantendo uma relação de parceria com a sociedade e que, nesta aliança, busque contribuir para o seu processo organizativo de forma que sejam amenizadas as desigualdades sociais, econômicas e políticas, bem como à preservação do meio ambiente;
- Priorização dos segmentos da população excluídos que não têm acesso aos conhecimentos científicos e técnicos necessários para equacionar problemas que dizem respeito às necessidades básicas para a sobrevivência humana, assim como para equacionar necessidades na esfera da cultura que se mostrem relevantes para a autonomia e organização destes segmentos;
- Manutenção do programa de bolsas que favoreça a presença de estudantes nos projetos/programas, possibilitando dar nova ênfase à formação científica e técnica do discente.

Ao promover a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas, os projetos de extensão do **IMEI** explicitam as maneiras como será garantida a indissociabilidade entre iniciação científica, ensino e extensão.

A **extensão universitária, quando integrada de forma eficaz ao ensino e à pesquisa**, é um diferencial significativo no processo de formação na Educação Superior, especialmente em iniciativas voltadas para a promoção de projetos intergeracionais. A interação entre diferentes gerações em atividades de extensão oferece uma oportunidade única para a construção de laços sociais, a troca de saberes e o desenvolvimento de habilidades práticas e relacionais, essenciais tanto para jovens quanto para pessoas idosas. Ao conectar teoria acadêmica com práticas comunitárias, a extensão não só enriquece a formação dos alunos, mas também gera



impacto positivo na sociedade, respondendo às demandas de inclusão, bem-estar e sustentabilidade social.

Projetos intergeracionais, quando desenvolvidos como parte da extensão universitária, são especialmente eficazes porque promovem uma troca de conhecimento que beneficia todas as gerações envolvidas. Jovens podem aprender habilidades de vida e sabedoria cultural com os idosos, enquanto os mais velhos têm a oportunidade de se atualizar em novas tecnologias e métodos contemporâneos de aprendizagem. Ao criar atividades colaborativas, como oficinas de tecnologia, contação de histórias, desenvolvimento de hobbies e soluções comunitárias, esses projetos fazem com que a universidade seja um agente transformador, capaz de diminuir o isolamento social das idosos pessoas e preparar os jovens para atuarem de forma mais empática e colaborativa.

Além disso, a extensão oferece aos estudantes uma experiência prática e realista do que significa trabalhar com diferentes grupos sociais, preparando-os para enfrentar desafios do mundo real e a lidar com a diversidade. Ao mesmo tempo, os projetos de extensão focados em práticas intergeracionais favorecem a criação de parcerias com a comunidade local, ONGs, escolas e lares de idosos, fortalecendo a relação da universidade com a sociedade.

Essa aliança entre academia e comunidade não só contribui para o desenvolvimento organizacional e social, como também enriquece a formação técnica e científica dos estudantes, especialmente quando há apoio institucional por meio de programas de bolsas. A extensão, portanto, consolida-se como uma peça-chave no processo de formação na Educação Superior, aliando compromisso acadêmico ao impacto social transformador.

Além dos programas dessa natureza, a Extensão se dedica à prestação de serviços à comunidade, por intermédio de programas atrelado(s) a graduação e a pós-graduação. Está presente também na disseminação e transferência de conhecimentos por meio de atividades de pesquisa e de Extensão, vinculadas aos programas interdisciplinares de cunho social, econômico, administrativo ou ambiental, e nas atividades culturais, artísticas, desportivas e nos estágios não obrigatórios.

As áreas que consubstanciam o aprendizado prático como princípio pedagógico adotado na IES têm grande relevância e contribuem para o fortalecimento das competências dos estudantes e da interação do **IMEI** com a comunidade externa,



que nela busca e encontra solução para problemas de natureza diversa.

São objetivos da extensão na IES:

- institucionalizar e consolidar a extensão como parte integrante indissolúvel do trabalho acadêmico e promover a participação da comunidade acadêmica nas práticas extensionistas;
- democratizar o conhecimento acadêmico acumulado pela IES;
- consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, a partir da atuação de órgão responsável;
- estabelecer vínculo com a CPA visando à avaliação institucional permanente das atividades de extensão;
- intensificar e otimizar as relações de intercâmbio em via de “mão-dupla” entre o IES e a sociedade;
- disponibilizar o conhecimento de domínio IES a serviço da sociedade em que se insere, contribuindo na realização de suas atividades;
- produzir conhecimento sobre os processos de apropriação e utilização do conhecimento existente por parte das pessoas e das instituições;
- facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade social;
- avaliar as contribuições IES para o desenvolvimento regional e da sociedade;
- produzir conhecimentos a partir da utilização de metodologias ativas de aprendizado;
- promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa da IES com a sociedade, por meio da realização de trabalho colaborativo de via-dupla, ou seja, da IES em direção à sociedade (produção de conhecimento; educação continuada; assistência social; projetos e parcerias com os setores público e/ou privado; e outros serviços cabíveis) e, reciprocamente, da sociedade para a IES (acolhimento e reflexão acerca dos saberes e experiências da sociedade civil, participação e aprendizagem junto às políticas públicas e às manifestações culturais, atendimento a demandas sociais que lhe forem pertinentes);
- contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;



- colaborar, no âmbito das competências extensionistas da IES, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional, internacional;
- contribuir, por meio das ofertas cabíveis, com a sustentabilidade acadêmica e econômico-financeira da IES.

Orientando-se pelos objetivos estabelecidos, a gestão da extensão pauta o desenvolvimento de seu trabalho nos aspectos que garantam: o cumprimento da metodologia institucional “Interdisciplinaridade, aprendizagem da teoria à prática”; a sistematização dos dados da extensão com o uso de novas tecnologias da informação e a representação da IES nos órgãos e fóruns de discussão, que visam ao aprimoramento das ações do campo da Extensão Universitária no cenário educacional brasileiro.

A extensão na IES oferece cursos à comunidade interna e externa em diversas áreas do conhecimento, intentando para a proximidade da academia com a comunidade, contribuindo assim, com o desenvolvimento da região e dos cidadãos e possibilitando práticas inovadoras

Através disso, as ações acadêmico-administrativas executam práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com previsão de divulgação no meio acadêmico e de estímulo com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.

Procurando cumprir as metas e diretrizes estabelecidas nesse PDI o **IMEI** consciente da responsabilidade social institucional, estará em constante busca pela inserção do curso nas atividades de diálogo com a sociedade e formação integrada dos discentes nos eixos pesquisa (iniciação científica), extensão e ensino, com ênfase na formação profissional, compreendendo que as políticas institucionais para o ensino, pesquisa e extensão serão implantadas em processo de desenvolvimento no âmbito dos cursos.



**Tabela 08. Metas para Extensão**

Metas	Ações	Cronograma				
		2024	2025	2026	2027	2028
Aprimorar a qualidade dos projetos e atividades de extensão	Aprofundar as exigências na apresentação da proposta.	X	X			
	Estimular a percepção dos alunos quanto às necessidades no entorno da Faculdade, na cidade do estado, transformando-as em atividades ou projetos.	X	X	X	X	X
Ampliar as metas de extensão de forma articulada com setores e do <b>IMEI</b> e da comunidade	Desenvolver projetos de extensão que ampliem o desenvolvimento cultural regional e viabilizem ações sociais para melhoria da qualidade de vida, da saúde, da educação e preservação do ambiente.	X	X	X	X	X
	Estimular a parceria entre o curso, comunidade e serviços para o desenvolvimento da extensão.	X	X	X	X	X
	Fornecer cursos de extensão para a melhoria do desempenho dos recursos humanos.	X	X	X	X	X
Desenvolver uma gestão partilhada para melhoria na eficiência e da qualidade de vida no trabalho	Criação de meios de comunicação ágeis com professores, funcionários e alunos estimulando a apresentação de dúvidas, sugestões e outras possibilidades de participação.	X				
	Estimular a participação de funcionários, alunos e professores nos projetos de extensão.	X	X	X	X	X
Ampliar a interdisciplinaridade e em eventos acadêmico-culturais promovidos por professores e alunos	Estimular a integração multidisciplinar das Semanas Acadêmicas.	X	X	X	X	X
	Prover apoio e assessoria à realização das Semanas e eventos acadêmicos.	X	X	X	X	X
Estimular a oferta de eventos comemorativos social e cientificamente relevantes	Estimular semanas e/ou eventos comemorativos sobre temas estabelecidos por organismos internacionais e nacionais para o ano, ou decorrentes de movimentos socioculturais ou de eventos adversos.	X	X	X	X	X
	Estimular a interdisciplinaridade e a integração com empresas, entidades e instituições da comunidade.	X	X	X	X	X



Estimular a melhoria dos serviços de extensão que atendem às comunidades externa e interna ao IMEI	Oferecer condições para melhoria de seus Recursos Humanos.	X	X	X	X	X
	Apoiar as iniciativas das gestões de serviços para melhoria de suas condições de serviço.	X	X	X	X	X
	Viabilizar a capacitação e a atualização de seus Recursos Humanos.	X	X	X	X	X

Compreende-se que as políticas institucionais de extensão, ensino e pesquisa, constantes neste PDI, estão em processo de desenvolvimento e são voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, mediante práticas inovadoras para a sua revisão.

### **3.10. Políticas Institucionais de Ações de valorização da diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente**

A valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e Inclusão Social, como temas humanizadores importantes na formação de profissionais, é uma verdade para a instituição.

O **IMEI** preocupada com sua missão, buscará de maior qualidade e de indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, articulada com as necessidades regionais para o seu desenvolvimento, sendo considerada como um estímulo ao aumento da produção de artigos científicos.

Outrossim, a IES define, por meio deste instrumento, e por meio dessa política de ações afirmativas, estabelecendo-as como diretrizes para as políticas para a iniciação científica, a pós-graduação lato sensu, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica.

As ações de estímulo e difusão previstas para a produção acadêmica



viabilizam as publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais. Isso ocorre devido ao incentivo para a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, como também através da previsão e organização da revista acadêmico-científica.

O **IMEI** norteia-se-á pelos preceitos da educação 2030 da ONU, da cidadania e sustentabilidade global. No âmbito da Sustentabilidade e Questões Socioeconômicas (pelo que determina a Lei nº 9.795/1999), a Educação Ambiental é entendida por todos os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Pretende-se primar pela sustentabilidade e questões socioambientais visando a conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, provocando a participação de toda a comunidade da IES, no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades e dos seus indicadores.

As questões relacionadas à diversidade e meio ambiente são trabalhadas de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade, seja por meio da Semana da Sustentabilidade e questões socioambientais, prevista semestralmente em calendário acadêmico ou durante a qual são realizadas exposições, feiras, mostras científicas e oficinas de reciclagem.

### **3.11. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para Internacionalização**

Na sociedade globalizada, os mercados são mais acessíveis, mas a concorrência é também mais forte – o que aumenta a necessidade de profissionais competentes, interculturais e linguísticas, e com uma perspectiva alargada do mundo e das questões que o acompanham.

A incorporação da temática da internacionalização nos planos de aprimoramento da qualidade do ensino superior estendeu-se em escala global no decorrer das últimas duas décadas.



O **IMEI** acredita que a formação do indivíduo deve ter caráter global, e que barreiras culturais e linguísticas não existem, devendo os povos se aproximarem, evitando conflitos que poderiam vir a existir.

O **IMEI** possui como um de seus objetivos geral de sua política de internacionalização, a promoção de uma cultura na IES de internacionalizar o ensino ofertado, perante a comunidade acadêmica, sendo possível assim, o fortalecimento da imagem e inserção institucional no cenário mundial.

A política institucional para a internacionalização do **IMEI** prevê atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e coordenação por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente. Para isso, são usadas as seguintes estratégias:

- Estabelecer mecanismos de monitoramento e prospecção de áreas, instituições e oportunidades para expansão de atividades de internacionalização;
- Apoiar e expandir os programas de intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação;
- Estabelecer programas de mobilidade bilateral de alunos de graduação e pós-graduação em camada virtual através de aulas-espelho, que consistem em recursos acadêmicos que possibilitam a transmissão simultânea de aulas em diferentes idiomas;
- Apoiar e incentivar docentes a participar de visitas e estágios em instituições estrangeiras;
- Incentivar a vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para colaboração científica;
- Incentivar a elaboração conjunta de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros, bem como a busca por recursos de financiamento conjunto;
- Maximizar o uso de tecnologias de informação para outras atividades acadêmicas;
- Promover participação em eventos internacionais.



### 3.11.1. Parceria Internacional

O **IMEI** estabeleceu parceria com a RedeGeronto. A Rede Internacional de Pesquisas em Gerontologia e Sistemas de Cuidado no Envelhecimento (RedeGeronto) foi criada durante o Congresso Internacional de Tecnologia e Inovação em Gerontologia (CITIG), que aconteceu, em Brasília, entre 5 e 7 de maio de 2018.

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial e a inclusão de novas estratégias universais de desenvolvimento humano, social e econômico torna-se necessária como meio de sustentação da humanidade. Este processo prevê a integralidade da atenção observando as necessidades de saúde como boas condições de vida, acesso a todos os recursos tecnológicos, vínculo com o profissional de saúde, trabalho em equipe, respeito à autonomia do usuário e formação interprofissional.

A RedeGeronto tem como objetivo congregar esforços para divulgar iniciativas que promovam a qualidade de vida e trabalhe no enfoque interdisciplinar e transgeracional, na discussão sobre questões do envelhecimento humano, no Brasil e nos demais países para a melhoria da qualidade de vida. É, portanto, uma rede de estudos sobre envelhecimento que aporta o desenvolvimento do trabalho na saúde e políticas sociais; o reconhecimento de experiências e iniciativas locais; os estudos como aprendizagem na tensão entre os pontos de vista dos diferentes atores que compartilham um padrão ético.

As linhas de ação:

- Realização de pesquisas em Rede;
- Realização de Eventos Internacionais, presenciais e à distância;
- Troca de experiências entre profissionais, serviços e comunidade;
- Oferecimento de serviços na área da saúde e envelhecimento;
- Mobilidade docente e discente, em âmbito nacional e internacional;
- Criação de materiais/jogos para entendimento do envelhecimento;
- Capacitação de profissionais para a área do envelhecimento;
- Inclusão de sêniores no mercado de trabalho.



### **3.13. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)**

O **IMEI** incentiva o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, por entender a sua importância como ferramenta nos processos de ensino e aprendizagem. Seu uso permite promover o desenvolvimento curricular, a integração interdisciplinar, o desenvolvimento e a mediação de projetos.

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - é órgão auxiliar da Diretoria Administrativa e Financeira, que tem a função de dar suporte de às demandas de tecnologia educacional, no que concerne ao propósito de fortalecer o sistema de comunicação, viabilizar as metodologias ativas e inovadoras, pois toda a estrutura tecnológica visa dar suporte à progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, bem como o desenvolvimento de competências relacionadas à sua formação geral e específica.

Esse setor tem também a função de dar apoio ao AVA – ambiente virtual de aprendizagem, que auxilia o curso presencial nas atividades acadêmicas, o interior das disciplinas. O AVA, é um espaço informativo e instrucional, responsável tanto pela viabilização e realidade das metodologias ativas de aprendizagem quanto pela gestão e acompanhamento das atividades desenvolvidas, cronogramas e procedimentos de avaliação, detalhes acerca das competências e habilidades de cada unidade curricular, consulta de objetos e artefatos de aprendizagem, acesso aos produtos e serviços digitais da Biblioteca etc.

Os docentes serão estimulados a produzirem e utilizarem materiais de apoio ao ensino e os disponibilizarem on-line, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço; para tal, têm acesso digital e comunicacional, com materiais e recursos apropriados, o que lhes permite a interatividade com os alunos.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionadas pelas TIC, podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem que são exemplo, o trabalho colaborativo, os processos de comunicação, interação e cooperação entre docentes, estudantes, gestores.

Desta forma, espera-se que o estudante possa desenvolver habilidades de letramento científico, vivenciando experiências de aprendizagem voltadas à pesquisa



e a produção de conhecimento, usando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para estudos, acesso a periódicos, livros, artigos científicos, blogs, conteúdos e recursos educativos, nas resoluções dos problemas de natureza diversificadas. As tecnologias proporcionam também o compartilhamento e a conexão com outros profissionais de suas produções (trabalhos, artigos, atividades educativas, vídeos, entre outros), experiências e conhecimentos.

As Políticas de TI do **IMEI** definem um conjunto de regras e normas que devem ser seguidas a fim de se conduzir a aquisição, uso e administração de recursos e serviços de informática em uma empresa.

- **Utilização Aceitável de Tecnologia:** Diretrizes para o uso de computadores, telefones, equipamentos de comunicação, internet, e-mail, correio de voz e as consequências para uso indevido.
- **Segurança:** Orientações para as senhas, os níveis de acesso à rede, proteção contra vírus, confidencialidade e o uso de dados.
- **Disaster Recovery:** Diretrizes para a recuperação de dados em caso de um desastre, e os métodos de backup de restauração de dados.
- **Padrões de Tecnologia:** Diretrizes para determinar o tipo de software, hardware, aplicações e sistemas que serão adquiridos e utilizados na instituição, incluindo uma definição clara do que é proibido (aplicações de mensagens instantâneas, mídias sociais, MP3, streaming, download de software etc.).
- **Configuração e Documentação de Rede:** Orientações a respeito de como a rede está configurada, como adicionar novos funcionários à rede, os níveis de permissão para os funcionários e licenciamentos de softwares.
- **Serviços de TI:** Diretrizes para determinar como as necessidades e problemas de tecnologia serão abordados, quem na organização é responsável pelo suporte técnico por tecnologia e necessidade, manutenção, instalação e planejamento de tecnologia de longo prazo.

As políticas de tecnologia do **IMEI** aplicadas às suas práticas administrativas fundamentam-se em um modelo de governança pautado em princípios de clareza de papéis, transparência, *accountability*, responsabilidade corporativa e estabilidade. Todos os sistemas de gestão da IES têm também por base um sólido processo de



tomada de decisões instituído na dinâmica organizacional da Faculdade, e dinamizado em suas interfaces tecnológicas.

### **Diretrizes de TI do IMEI:**

- **Sistemas** - Adotar sistemas de informação que elevem a eficiência operacional e a qualidade acadêmica;
- **Automação** - Adotar tecnologias e ferramentas de TI que propiciem maior automação dos processos, gestão da informação e comunicação, em busca da excelência operacional da instituição;
- **Gestão Estratégica** - Utilizar ferramentas de TI e soluções cada vez mais analíticas para o suporte à gestão estratégica da instituição;
- **Inovação** - Incentivar o uso de tecnologias inovadoras que elevem a produtividade, qualidade e eficiência, bem como ofereça serviço educacional de alta qualidade em todas as localidades atingidas pela IES;
- **Aluno** - Disponibilizar sistemas, tecnologias e ferramentas que possibilitem um maior envolvimento e engajamento do aluno no acesso e gestão de seu processo de aprendizagem;
- **Integração** - Integrar todos os sistemas de informação, equipamentos, dispositivos pedagógicos e parceiros em um ambiente de total interoperabilidade;
- **Infraestrutura** - Possuir uma infraestrutura de TI de alta disponibilidade, visando garantir a continuidade da operação hospitalar com o mínimo de interrupção;
- **Gestão da TI** - Ampliar os processos e ferramentas para elevar a maturidade e profissionalismo da área de tecnologia da informação e comunicação da Faculdade;
- **Equipe da TI** - Investir na estruturação, capacitação e qualificação da equipe de TI, de forma a ampliar a competência de todos os profissionais desta área;
- **Compliance** - Estar em conformidade com a legislação, diretrizes e



certificações das entidades da área de TI em educação e, ainda, garantir a privacidade e confidencialidade das informações.

### **3.12. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para o Atendimento aos Discentes**

A política de atendimento aos discentes abarca programas de acolhimento e permanência do discente de graduação e pós-graduação (no que couber), programas de acessibilidade, monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e pressupõe uma instância que permita o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e planeja outras ações inovadoras. O **IMEI** estimula os acadêmicos à permanência nos cursos de mediante a adoção de algumas estratégias:

#### **3.12.1. Acolhimento**

O acolhimento do acadêmico será realizado por meio de uma palestra na primeira semana de aula para apresentação da IES, do curso e do corpo docente.

#### **3.12.2. Acessibilidade Metodológica e Instrumental**

Tanto a acessibilidade metodológica quanto a instrumental estarão presentes no curso de Medicina do **IMEI** com apoio ao docente.

A acessibilidade instrumental consiste na superação de barreiras em instrumentos, ferramentas e utensílios de estudos, um exemplo são os softwares de leitores de tela, assim como o sistema braile e a presença de intérprete de LIBRAS.

Já a acessibilidade metodológica estará presente na ministração dos conteúdos curriculares e se dará na ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional de forma a remover barreiras pedagógicas e **possibilitar que as pessoas com deficiência possam acessar o ensino**, de forma qualitativa em **igualdade de condições** com as demais pessoas.

Os cursos **IMEI** promoverão a acessibilidade metodológica de 3 formas:



1. Produzindo conteúdo em multiformatos;
2. Utilizando ferramentas de acessibilidade;
3. Treinando os professores em inclusão e diversidade.

### 3.12.3. Ações de Nivelamento

O egresso do ensino médio ou aluno que retorna ao estudo formal depois de um hiato em sua formação. Quando inicia um curso superior, necessita preencher algumas lacunas na sua formação para dar continuidade aos estudos, com qualidade. O nivelamento oportuniza aos acadêmicos uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de estudos e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

Muitos docentes constataam a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias, sobretudo na produção de textos, com erros gramaticais e ortográficos básicos, apresentando ainda outras falhas básicas no entendimento raciocínio, com lacunas de conhecimentos básicos de informática dispensáveis hoje, dentre outros.

Dessa forma, em consonância com as orientações do MEC, o nivelamento propicia aos acadêmicos as condições de dar continuidade aos estudos, entendendo que são processos encadeados que se capilarizam.

Nesse sentido, o **IMEI** desenvolverá o Projeto de Nivelamento, nas áreas de Língua Portuguesa, Informática Básica e Ambientação Virtual. O projeto objetiva auxiliar na superação e, também, atender os indicativos de avaliação das condições de ensino de curso de graduação, além de desenvolver políticas inclusivas digitais, traduzidas, neste caso, no desenvolvimento de ferramentas, que contribuirão para a formação com qualidade do estudante ingressante, ou possibilitar que o estudante se aproprie de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

De posse do Registro Acadêmico no ato da matrícula, o calouro poderá optar por fazer os cursos de nivelamento que são oferecidos totalmente via *web*, sem momentos presenciais e sem custos, apenas acessando o AVA do **IMEI**. Neste ambiente o aluno encontra o conteúdo proposto e resolve as atividades desenvolvidas, com correção imediata, possibilitando o avanço e progressão nos demais módulos do curso selecionado. Ao concluir com sucesso todas as atividades,



o aluno receberá um relatório de desempenho, que será encaminhado à Secretaria Acadêmica para registro como hora de Atividade Complementar. Esta carga horária será definida pelo Colegiado do Curso.

O Programa de Nivelamento, é um dos programas de apoio ao acadêmico e estímulo à permanência e propicia ao acadêmico da IES o acesso aos conhecimentos básicos e específico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos. Em auxílio ao discente em seu trajeto acadêmico, do **IMEI** tem como objetivo institucional a prática deste mecanismo em vista a favorecer o desempenho de forma integral e contínua.

Os cursos oferecidos na IES adotam duas modalidades de mecanismos avaliatórios de nivelamento: o de Nivelamento e o de Acompanhamento de Conteúdo.

A etapa de Nivelamento é uma atividade programada com vistas ao atendimento aos acadêmicos ingressantes e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolve atividades de apoio a demanda devido a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos acadêmicos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são acadêmicos que não conseguem organizar bem as ideias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

A etapa de Acompanhamento de Conteúdo acontece com vistas a auxiliar acadêmicos com dificuldades identificadas em conteúdos específicos do curso. São organizadas e ofertadas aulas de revisão-reforço e auxílio, em horário contralateral ao das aulas, para suprir dificuldades de fundamentos que possam estar interferindo no desempenho do curso. Essa dificuldade é demonstrada nas notas bimestrais abaixo da média e por iniciativa dos acadêmicos quando da solicitação junto ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).

O **IMEI** dispõe de algumas estratégias como:

- Disciplinas do ciclo básico que resgatam e nivelam o acadêmico frente a conhecimentos, Língua Portuguesa e informática Básica;
- Oferecimento de Ambientação Virtual;
- Avaliação realizada pelo NAP e Comissão do Processo Seletivo das provas do processo seletivo da IES, a fim de fazer um diagnóstico do perfil de ingressantes e



traçar um norte quanto à programação do conteúdo programático das disciplinas de nivelamento, tentando assim, diminuir os déficits analisados.

#### **3.12.4. Estímulo à Permanência**

Com a finalidade de auxiliar estudantes que estejam apresentando dificuldades de aprendizagem e impedir a evasão destes por desmotivação acadêmica, as seguintes ações deverão ser realizadas:

- Identificar junto ao estudante e professor/tutor os problemas que ocasionam a desistência do curso, assim como um provável descontentamento com os diversos níveis de relacionamento, a fim de manter ou superar as expectativas discentes;

- Buscar, através do desenvolvimento de mecanismos, formas que viabilizem o resgate do estudante;

- Buscar dados, através da identificação do perfil do estudante e da análise dos motivos que levam ao trancamento/cancelamento de matrícula para desenvolvimento de estratégias que motivem e orientem os estudantes em suas dúvidas e na compreensão de suas dificuldades;

- Reintegrar os estudantes à vida acadêmica normal, por meio do acompanhamento psicopedagógico;

- Auxiliar o estudante na busca de soluções de fatores subjacentes às atividades cotidianas do estudante, que contribuem frequentemente na apresentação de um desajuste emocional com reflexo negativo no rendimento acadêmico e resultando muitas vezes em desistência/evasão.

Destacam-se também ações pedagógicas em atenção ao atendimento e estímulo à permanência dos acadêmicos:

- fixação do número limite de disciplinas em reprovação para ser promovido à série seguinte;

- participação em atividades de Monitoria de Ensino;

- realização de estágios supervisionados em organizações/ entidades localizadas em outras cidades /estados mediante convênio específico e de acordo com a legislação vigente, quando houver;

- participação em projetos de extensão e pesquisa.



### 3.12.4.1. Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria é um espaço de aprendizagem proporcionado aos alunos de Graduação. Sua principal finalidade é o aperfeiçoamento do processo profissional e da melhoria da qualidade de ensino, através da mediação dos monitores nos processos pedagógicos, criando condições para o aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente. Nessa perspectiva, o Programa de Monitoria valoriza a participação do aluno-monitor em atividades teóricas e práticas desenvolvidas aos estudantes para apoio quanto ao conteúdo da(s) disciplina(s).

As funções de monitor são exercidas por alunos dos cursos de graduação regularmente matriculados e que tenham sido aprovados, anteriormente, na disciplina objeto da monitoria, por um processo seletivo, expresso em edital próprio.

O programa de monitoria tem como objetivo:

- 1 - Despertar no aluno com bom rendimento escolar o interesse pela carreira docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 2 - Promover a cooperação entre os corpos docente e discente;
- 3 - Contribuir para melhoria da qualidade do ensino de graduação, possibilitando a transversalidade dos conteúdos.

Das atribuições do Monitor:

- Auxiliar o professor em atividades didático-científicas (ensino, pesquisa e extensão);
- Auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático e experimental, bem como em atividades de classe e/ou laboratórios, sendo vedada a participação do Monitor em atividades que se relacionem com a avaliação do corpo discente;
- Participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, através de pesquisas, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;
- Desenvolver outras tarefas que sejam pertinentes a sua condição de estudante;
- Realizar outras atividades que forem necessárias para o desenvolvimento



da Monitoria.

O programa estabelece um processo de seleção de monitores que exige do aluno:

- Estar regularmente matriculado em curso do **IMEI**;
- Apresentar um bom desempenho acadêmico evidenciado pelo histórico escolar.

Os Monitores serão selecionados mediante prova versando sobre conteúdo programático do curso curricular da disciplina, levando também em consideração a nota final obtida pelo aluno na disciplina durante o curso curricular e entrevista pelo docente responsável pela Monitoria, juntamente com o Coordenador de curso, com a finalidade de avaliar as habilidades do candidato que não puderem ser medidas pela prova de seleção.

A prova de seleção constará de prova escrita e entrevista, que será elaborada e aplicada pelo professor da disciplina e pelo coordenador.

A designação do Monitor será feita por um período máximo de seis meses, obrigando o aluno que já tenha exercido essa função e pretende mantê-la, a ser reavaliado juntamente com os outros interessados na Monitoria.

Ao fim do semestre o Professor orientador (Professor da disciplina), junto com monitores envolvidos, fará um relatório final.

O Relatório deverá ser encaminhado à Coordenação de Curso para avaliação e encaminhamento o para fins de registro e expedição de documentação pertinente.

#### **3.12.4.2. Apoio Psicopedagógico - NAP**

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), é o *locus* da política institucional de acessibilidade e inclusão aos discentes e colaboradores, que possuem deficiências (deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências), transtornos globais do desenvolvimento e superdotação. Visa ofertar suporte para se eliminar as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação, a fim de cumprir os requisitos legais de acessibilidade e os princípios e procedimentos inclusivos. O referido setor atende aos alunos, como também, colabora com as



Coordenações de Curso dando suporte pedagógico aos professores.

O Núcleo Apoio Psicopedagógico - *NAP* é um órgão de apoio educacional, que presta acompanhamento psicopedagógico, pedagógico e psicológico, no sentido de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, acessibilidade, (inclusive metodológica), visando uma formação profissional na educação superior de maior qualidade, a democratização do saber e a participação cidadã. É um órgão da Diretoria Acadêmica.

O Núcleo de Apoio psicopedagógico estrutura-se nas seguintes áreas de atuação:

- Orientação pedagógico-institucional;
- Orientação didático-pedagógica;
- Orientação acadêmico-profissional;
- Acompanhamento psicológico aos discentes.

O Núcleo Apoio Psicopedagógico - *NAP* atende aos alunos, como também, colabora com a Coordenação de Curso dando suporte pedagógico aos professores.

O Núcleo Apoio Psicopedagógico - *NAP* atua com:

- Orientação acadêmico-profissional;
- Acompanhamento psicológico aos discentes (em consonância com o Conselho Nacional de Psicologia);
  - Inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais- NEE (auditiva, visual, física e múltiplas deficiências);
  - Desenvolvimento de metodologias específicas de cada uma das necessidades educacionais especiais – NEE;
  - Orientação metodológica de intervenção pedagógica para responder, com qualidade, a alunos com altas habilidades/superdotação;
  - Desenvolvimento de alternativas didáticas de apoio e estímulo ao aluno com altas habilidades/superdotação;
  - Contribuir para a construção do conhecimento de alunos com transtorno do espectro autista;
- Apoio didático-pedagógico aos professores;
- Orientação psicológica a docente e funcionários.



Essas ações do NAP associadas a um trabalho de mediação junto ao Colegiado de Curso e demais docentes inseridos na situação, priorizam o bem-estar físico e emocional dos estudantes acompanhados, bem como, a melhoria das condições indispensáveis à sua aprendizagem e formação profissional qualificada, desde o ingresso até o final de sua trajetória acadêmica.

É função do NAP a partir de uma análise e discussão, realizar o planejamento de mecanismos de acessibilidade e de acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

O trabalho realizado pelo NAP considera que o **IMEI** não é uma instituição com fim terapêutico, e que, no entanto, deve zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

Ainda, de acordo com a Lei nº 12.764, de 2012, o **IMEI** buscará contribuir para a construção do conhecimento de alunos com transtorno do espectro autista por meio de atendimento psicológico, atendimentos diferenciados na clínica de Fonoaudiologia e de propostas metodológicas apropriadas e diferenciadas e de instrumentos avaliativos sob as perspectivas das necessidades individuais.

A IES apresenta-se preparada para atender as demandas especiais como: deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades. Ações descritas na Política para Acessibilidade e Educação Inclusiva Item 3.9 desse PDI.

Para os estudantes portadores de deficiência visual, a IES poderá proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: impressora braile Juliet Pro 60 acoplada a computador; sistema de síntese de voz; gravador; acervo bibliográfico em áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal ou oferta-se instrumentos avaliativos com fontes customizadas às necessidades individuais.

Assim, faz parte de sua Missão o atendimento de qualidade ao discente. Desta forma, inclui em suas práticas de atendimento discente a promoção da saúde,



o bem-estar psicossocial, o respeito aos direitos humanos, as políticas ambientais e étnico-raciais bem como a garantia de acessibilidade, além do atendimento administrativo e financeiro.

Conta ainda com o serviço de ouvidoria, mediante o qual o acadêmico pode manifestar suas opiniões, críticas e sugestões, que são encaminhados diretamente a Ouvidoria.

### **3.12.4.3. Acompanhamento de Estágio Não-Obrigatório**

Conforme a lei 11788/2008, Estágio Não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional supervisionada, relacionada com a área de estudos do curso do aluno.

O aluno interessado em realizar Estágio Não-obrigatório deverá:

- Estar matriculado e com frequência regular no curso durante a vigência do Estágio Não-obrigatório;
- Apresentar compatibilidade de horário entre o Estágio Não-obrigatório e as atividades do curso;
- Apresentar compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no Estágio Não-obrigatório com o curso do aluno conforme estipulado no Plano Pedagógico do Curso (PPC);
- Dar ciência ao Coordenador do Curso de fazer o Estágio Não-obrigatório e preencher a ficha de identificação do local, profissional médico responsável e atividades previstas, tais atividades devem constar no Plano de atividades do Termo de Compromisso de Estágio Não-obrigatório;
- O **IMEI** providenciará convênio com o local do Estágio Não-obrigatório indicado pelo aluno;
- O aluno assinará Termo de compromisso de Estágio Não-obrigatório;
- Apresentar Relatório Final sobre as atividades do Estágio Não-obrigatório, assinado pelo profissional e pelo discente;
- Não ultrapassar a carga horária máxima de 30h semanais e 6h diárias permitida por lei no caso de o aluno ter mais de um estágio concomitante (obrigatório ou não);



- Cumprindo todos os quesitos acima listados, o aluno poderá solicitar horas de Atividades Complementares, conforme previsto no PPC.

#### **3.12.4.4. Estímulo a Atividades Acadêmicas**

O **IMEI** apoiará a participação de alunos em atividades de iniciação científica, nos programas de extensão e em eventos diversos, de natureza educacional, cultural e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem. A participação dos alunos em projetos e programas de iniciação científica e de extensão, sempre será sob a orientação docente, fazendo parte da estratégia de aprendizagem e objetivando o estreitamento da relação professor-aluno e da interface com a comunidade.

O **IMEI** estimulará e incentivará os alunos a produzirem artigos científicos para, posteriormente, serem publicados em Revista Acadêmica da IES ou de outras instituições, conforme critérios estabelecidos pelo órgão competente.

#### **3.12.4.5. Centro Acadêmico e Desenvolvimento da Consciência Política**

O corpo discente será estimulado a criar órgãos de representação, organizados pelos próprios estudantes, regidos por regimento próprio por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente. A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária, em entidades alheias ao **IMEI**.

A instituição dará apoio aos estudantes no processo de organização dos diretórios acadêmicos além de associações culturais e Atléticas, com atividades artísticas e desportivas. A convivência estudantil será estimulada, mediante a oferta de atividades artísticas, culturais e desportivas, na sede do **IMEI** em instalações cedidas, mediante convênio.

### **3.13. Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos**

O **IMEI** tem como proposta uma linha permanente de estudos e análises sobre seus egressos, objetivando, entre outros, avaliar a qualidade do ensino e adequação dos seus currículos.



Dentro do acompanhamento de egressos o **IMEI** busca levantar informações nos contextos pessoal, acadêmico e profissional dos ex-alunos para que possa ter elementos que subsidiem a elaboração de estratégias para avaliação e adequação dos currículos, aprimorando assim, as práticas pedagógicas dos cursos.

Para tanto criou um espaço no site onde os egressos são convidados a se cadastrar e emitir suas opiniões nos formulários disponibilizados.

Esse trabalho contempla mecanismos para a criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos, a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos e avaliação da adequação da formação do profissional para o mundo do trabalho. Tudo isso controlado pela CPA.

Além disso, a Instituição oferece programas de educação continuada voltados para os egressos, que têm por objetivo a constante atualização dos seus ex-alunos. Nesse sentido, são realizados seminários e outros eventos congêneres, cursos de curta duração e de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.

Para o acompanhamento dos egressos adotam-se as seguintes ações:

- Manter a organização do cadastro de ex-alunos;
- Oferecer cursos de educação continuada, tais como aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação (lato sensu);
- Oportunizar a participação dos egressos nas Jornadas Acadêmicas da Instituição;
- Estimular a permanência na IES e a oportunidade de atuação.

Cabe à congregação do curso, sob a responsabilidade do seu coordenador, a implantação de um cadastro dos alunos, mantendo-o e atualizando-o, permanentemente, bem como, encaminhando ao egresso, periodicamente, informações sobre seminários, cursos, encontros, semanas acadêmicas etc. Desta forma alimenta com as informações necessárias a CPA.

### **3.14. Política de Comunicação da IES com a Comunidade Externa e Interna**

A comunicação interna e externa tem como base o desenvolvimento institucional a partir da missão da IES, possibilitando a divulgação de informações do



curso, de programas, da extensão e da pesquisa e a publicação de documentos institucionais relevantes. Está articulada também com os processos de autoavaliação, mecanismos de transparência institucional, ouvidoria e desenvolvimento estratégico.

Pauta-se também comunicação compreendida como processo e estratégica que observa como instituição de educação superior a mediação dos processos ensino-aprendizagem de forma a otimizar os resultados qualitativos e quantitativos das relações pedagógicas e como meio de favorecer os princípios da autonomia e da autodireção do discente na condução de sua formação.

Os canais de comunicação externa também propiciam o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, e pressupõem instância específica que atue transversalmente às áreas com ações inovadoras.

Por meio de ações que estimulam a comunicação na IES e com a comunidade propõe atividades de geração, protótipo, implementação comercial e interação contínua dos processos comunicacionais. O processo inclui possibilidade de feedback, colaboração para o desenvolvimento de mecanismos e indicadores de qualidades como:

- Amplamente as iniciativas de inovação social desenvolvidas dentro e fora da instituição para inspirar, sensibilizar as pessoas e compartilhar conhecimentos;
- Melhorar a comunicação/integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Participação dos colaboradores e alunos em grupos externos de discussão sobre problemas sociais (fóruns, conselhos, associações, movimentos sociais etc.);
- Elaborar/atualizar regimentos, regras e documentos oficiais que explicitem estratégias as quais potencializem o desenvolvimento de inovações sociais;
- Criar uma base de demandas sociais e de soluções sociais já desenvolvidas;
- Criar um programa/ações de apoio a ideias inovadoras de impacto social positivo, com capacitação, fomento e assessoria para desenvolver, integrar e aplicar as ideias na comunidade;
- Criar eventos de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão com a participação ativa da comunidade, por meio de espaços de intervenção, oficinas, mostras culturais.



A Comunicação Externa será realizada a partir do setor de Marketing e da Assessoria de Imprensa, cuja responsabilidade é transformar fatos em material jornalístico (press releases), que são encaminhados aos veículos de comunicação da região. As notícias sobre a instituição também são divulgadas com a produção de matérias especiais para publicação em revistas e sites.

No site oficial da Instituição estão disponíveis informações gerais sobre o **IMEI** seu(s) curso(s) de graduação em Direito e de pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, sistema interno de estudantes e professores, hot sites para a divulgação de eventos e promoções, além de notícias publicadas diariamente.

Outra maneira de divulgar a Instituição é apoiando eventos relacionados ao curso ofertado, como congressos regionais, simpósios, fóruns, entre outros.

O **IMEI** também mantém uma frequente comunicação com a comunidade da sua região de oferta, através da mídia impressa (jornais, outdoors, banners, folders), mídia televisiva (peças publicitárias, vídeos institucionais e programas de TV), mídias sociais (internet, facebook e instagram) além da comunicação e publicidade espontânea via rádio, garantindo contato direto com o público, seja interferindo positivamente para o desenvolvimento sociocultural, seja informando sobre suas atividades institucionais.

No que concerne à comunicação prevista da IES com a comunidade interna, ela se dá por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, com a previsão de divulgação dos resultados das avaliações interna e externa e ouvidoria. Dessa maneira, pressupõe-se a manifestação da comunidade, originando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

A Instituição planeja várias estratégias e mecanismos de comunicação no sentido de viabilizar, da melhor maneira possível, a sua comunicação com a comunidade interna (docentes, discentes e corpo técnico administrativo) e com a comunidade externa. Constituída como uma Faculdade que opera atividades de Ensino Superior o **IMEI** apresentará, em seu cotidiano, uma ampla gama de ferramentas de comunicação integradas às práticas de seu corpo docente, discente e técnico administrativo, o que facilita a intensificação de sua rede de comunicação interna.

Estrategicamente, a Comunicação Interna estará subdividida em três



segmentos:

☐ **Comunicação com professores e equipe técnica** - é realizada por meio de um ambiente virtual institucional que expõe informações variadas do cotidiano acadêmico, como cursos de extensão, eventos e atualizações sobre acontecimentos internos. Este ambiente virtual institucional é o primeiro a ser exibido nos computadores administrativos.

☐ **Comunicação entre setores** - é realizada por meio de um sistema de chat que auxilia tanto na transmissão de informações quanto nas solicitações de serviços, materiais, divulgação e agendamento de auditórios e salas de aula

☐ **Comunicação com os estudantes** - todos os alunos do **IMEI** integram-se aos ambientes de comunicação online da instituição. São eles:

(i) Site Institucional, por meio do qual o estudante pode saber todas as novidades sobre a instituição: [www.imei.edu.br](http://www.imei.edu.br)

(ii) Portal do aluno, que é a porta de entrada do aluno em suas atividades acadêmicas e no qual ele recebe todas as informações relativas ao seu curso;

(iii) Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde além das informações específicas do conteúdo das disciplinas, os alunos recebem também comunicados específicos dos professores das disciplinas e da coordenação do curso.

A Ouvidoria do **IMEI** existirá para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a Direção e comunidade externa e interna, com o objetivo de facilitar o recebimento das manifestações de todos os setores, através de um processo ágil, eficaz e seguro. O serviço de ouvidoria tratará somente de casos que as instâncias normais de atendimento não conseguiram solucionar.

É o canal responsável por receber as sugestões e/ou críticas e reclamações da comunidade acadêmica, compreendendo alunos, professores, funcionários e a comunidade externa, sobre o atendimento, instalações e serviços oferecidos na instituição. A Ouvidoria trabalhará de forma personalizada, transparente, objetiva e isenta, assegurando o sigilo absoluto como forma e preservar a identidade do manifestante.

**a) Tem como atribuições:**



- Ouvir, receber e encaminhar (crítica, elogios, informações, reclamações, solicitações, sugestões e questionamento) aos diversos setores da Faculdade, acompanhando o processo até a solução final;
- Sugerir à Direção medidas que contribuam para a melhoria dos serviços;
- Informar ao autor da solicitação, fornecendo-lhes os devidos esclarecimento, alternativas e soluções.

**b) Nosso público-alvo:**

- Acadêmicos
- Comunidade Externa
- Funcionários
- Professores

**3.15. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)**

A IES estimula a organização e participação em eventos, através de apoio financeiro ou logístico, outrossim, é oferecido apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais. Para viabilizar a participação do corpo discente em atividades científicas e técnicas, a IES prevê a concessão de apoio à participação em eventos externos e visitas técnicas, considerando que a participação em eventos pelo corpo docente e discente constitui-se em importante instrumento para o seu desenvolvimento acadêmico-profissional, além de propiciar ao corpo discente uma maior proximidade com diferentes perspectivas de sua área de estudo e novas realidades de mercado.

**3.16. Política de Responsabilidade Social**

O IMEI existe em cumprimento a sua missão de “Promover uma educação de excelência que integra conhecimento, inovação e ética, capacitando indivíduos em diferentes estágios de vida para se tornarem líderes transformadores na sociedade que está em processo de mudança geracional” e observando os valores institucionais, com vistas a aprimorar o cumprimento de sua responsabilidade social e consolidar a sua contribuição no que se refere à inclusão social, ao desenvolvimento



socioeconômico, à preservação ambiental e cultural.

O **IMEI** vivencia sua missão institucional, desenvolvendo práticas socialmente responsáveis geradas por iniciativa própria e em parceria com diversos atores sociais buscando estimular políticas públicas e beneficiar outros cidadãos.

A **IES** adota uma política institucional integrada que une o desenvolvimento econômico e a responsabilidade social, transformando o conhecimento acadêmico em ações concretas que promovam tanto o crescimento econômico sustentável quanto a inclusão e a melhoria das condições de vida da comunidade. Alinhada a este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), essa política articula estratégias que envolvem parcerias com o setor produtivo, órgãos governamentais, entidades de fomento e organizações da sociedade civil, criando um ecossistema colaborativo capaz de impulsionar projetos interdisciplinares e inovadores.

No desenvolvimento de sua ação educativa preocupa-se com a qualidade da formação dos egressos, qualificando-os para a inclusão no mercado de trabalho, formando profissionais críticos, reflexivos, competentes e autônomos frente às diversas questões éticas e sociais.

As diretrizes relacionadas à Responsabilidade Social do **IMEI** definem ainda, ações curriculares comprometidas e voltadas para a promoção da cidadania e dos direitos humanos, com um olhar especial visando a superação dos preconceitos étnicos raciais e de gênero, o etarismo junto à comunidade acadêmica.

O **IMEI** ao conceber a estrutura curricular elegeu a ética como “pedra angular” na formação universitária, declarando-se contrária aos valores e às práticas sociais que desrespeitem as manifestações culturais. Elegeu alguns princípios que perpassam pela formação do egresso, quais sejam: o respeito e acolhimento à diversidade, a igualdade de direitos, os valores humanos com vistas à construção de conhecimentos e ao desenvolvimento de capacidades para a participação social efetiva. E para tal, propõe a Política de Extensão, que é também uma expressão de sua responsabilidade social, quando socializa Ciência, patrimônio da humanidade, com a sociedade.

Para além de diplomar profissionais tecnicamente preparados, o **IMEI** tem a pretensão de formar cidadãos aptos a propiciar melhorias significativas às comunidades que se integram, com o desafio de perceber e analisar as relações de modo crítico, inovador e criativo respondendo às exigências do acelerado ritmo da



sociedade contemporânea, marcadamente, nos aspectos da longevidade.

Em observância à Responsabilidade Social, o IMEI desenvolverá ações de assistência ao discente através do Programa de Bolsa Auxílio, que se preocupa em auxiliar e apoiar os discentes que passam por situações de doença, acidentes, além de outras situações que comprovem a instabilidade financeira, viabilizando a igualdade de oportunidades entre os discentes e contribuindo para melhoria do desempenho acadêmico.

Este PDI está alinhado às políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, levando-se em consideração a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, de maneira que sejam articulados os objetivos e valores da IES, para uma efetiva promoção de ações inovadoras. Nesse sentido, a Política de Extensão desempenha um papel essencial, permitindo que o conhecimento acadêmico seja compartilhado com a sociedade de maneira acessível e transformadora.

O IMEI compromete-se com o desenvolvimento econômico e social, também de incorporar práticas sustentáveis e a promoção de tecnologias verdes, visando a redução do impacto ambiental das atividades institucionais e formando profissionais conscientes da importância da sustentabilidade.

Assim, a IES reafirma seu compromisso com uma educação transformadora, que integra inovação, desenvolvimento econômico e responsabilidade social, preparando seus egressos para enfrentar os desafios de um mercado global dinâmico e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo.

### **3.17. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente**

As ações do IMEI previstas para estímulo e difusão da produção acadêmica visam proporcionar a construção do conhecimento, sendo essencial para que a educação superior cumpra seu papel na formação.

Dessa forma, a relevância da pesquisa acadêmica transcende a exigência legal e burocrática, viabilizando publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais.

E para desenvolver constantemente uma cultura de pesquisa, o IMEI incentiva



a participação dos docentes em eventos, bem como prevê a organização e publicação de revista acadêmico-científica.

O **IMEI** possui uma revista científica onde incentiva a produção docente e discente através de programas semestrais de iniciação científica conforme regulamento de publicação da revista.

### **3.18. Condições de Acesso**

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, Seção I, trata da educação dos artigos 205 a 214. No art. 205 é expressa e legitimada a educação plena a todo cidadão brasileiro, no seguinte texto: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, determina o novo formato da educação no país. Em seu artigo 3º, a referida lei especifica os princípios que orientarão o ensino brasileiro, nos quais se baseiam a composição curricular do curso de graduação, com destaque para os incisos:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Conforme preconiza o Art. 44, inciso II, da LDBEN /96, os cursos de graduação estão inseridos dentro da modalidade de ensino superior, podendo participar todos aqueles que sejam egressos do ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. A Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do Parecer CNE/CES, nº 776/97 em seu art. 9º, parágrafo 2º, letra “C”, dispõe sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação e dessa forma estabelece os parâmetros para a composição dos cursos.

O **IMEI** disponibiliza as seguintes formas de acesso:



- Processo seletivo realizado através de uma avaliação de conhecimentos e competências gerais dos candidatos, referentes ao Ensino Fundamental e Médio, produção textual e entrevista. A classificação dos candidatos é feita a partir da ordenação da maior nota para a menor, conforme o número de vagas disponíveis no **IMEI**;

- **Processo Seletivo ENEM.** A inscrição do candidato é realizada mediante a apresentação dos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (prova objetiva e redação). Os candidatos são classificados de acordo com as vagas disponíveis. Esta é a principal modalidade de preenchimento de vagas.

- **Portadores de Diploma de Curso Superior (PCS).** Os portadores de diploma de nível superior podem requerer a matrícula nos cursos de graduação da Faculdade, mediante a apresentação de documentação (diploma, histórico escolar completo, descrição do regime de aprovação da instituição de origem e programa das disciplinas cursadas com aprovação). As solicitações serão analisadas e o requerente que tiver a solicitação de matrícula deferida, aproveitará apenas as disciplinas cujo conteúdo programático e carga horária, na instituição de origem, correspondam a 75% (setenta e cinco por cento) do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas ministradas no **IMEI**.

- **Transferência Externa.** Para entrar com requerimento de transferência externa, os candidatos devem apresentar documentação fornecida pela instituição de ensino superior da qual pretendem transferir-se. Somente são aceitas solicitações de transferência para o mesmo curso ou para curso de área afim ao de origem e de mesmo nível. Não são aceitas solicitações de transferência de estudantes em situação de abandono na instituição de origem ou de estudantes desligados da instituição de origem. Se o pedido for deferido, o **IMEI** emite uma declaração de vaga, que permite que o estudante solicite à instituição de origem: a guia de transferência (documento que oficializa a transferência do vínculo de um estudante para outro estabelecimento de ensino), e o documento comprobatório de que o estudante está apto para a transferência (conforme determinação da lei nº 3.680, de 26/10/2001), para fins de apresentação por ocasião da matrícula na Faculdade.

- **Seleção de candidatos do PROUNI.** Em todos os casos haverá adesão da IES ao Programa Universidade para Todos (PROUNI). O candidato poderá se inscrever no site do MEC, escolhendo o curso e concorrer a uma vaga. O candidato



aprovado em processo seletivo e encaminhado pelo governo apresenta a documentação na IES.

Os estudantes que ingressarem no **IMEI** deverão efetuar a matrícula online, que lhes dará um número de matrícula único, a ser usado como identificação em todos os processos durante o curso. Somente poderão se matricular os candidatos classificados que, no prazo fixado, apresentarem a documentação de acordo com as normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo da IES.

Para candidatos de nacionalidade estrangeira: Registro Nacional de Estrangeiros e passaporte com visto permanente, ou com visto temporário na condição de estudante e com situação regular com relação ao prazo de validade. Semestralmente, os estudantes renovam suas matrículas nas datas estabelecidas no Calendário Acadêmico. A não renovação da matrícula implica na desvinculação do estudante do **IMEI**, com exceção para o caso de Trancamento de Matrícula.

O cancelamento de matrícula poderá ocorrer a pedido do estudante, desde que requerido e, durante o semestre letivo, por sanção disciplinar. Quando o estudante solicita o cancelamento de matrícula, perde o vínculo com a Instituição e seu retorno só será possível mediante novo Processo Seletivo e adaptação ao currículo do curso que estiver vigorando.

Nos termos do disposto no Regimento Geral, o trancamento de matrícula é o ato pelo qual o **IMEI** aprova pedido de suspensão temporária de estudos, mantendo o direito do estudante à renovação de matrícula.

Em relação à transferência, a IES concederá matrícula ao estudante transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira reconhecida nacionalmente, na estrita conformidade das vagas existentes, mediante processo seletivo e requerido nos prazos para tanto fixados, para prosseguimento dos estudos do mesmo curso ou curso afim.

O requerimento de matrícula por transferência será instruído com a documentação constante do Regimento. Além do histórico escolar do curso de origem, necessita-se de programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação, bem como a situação de regularidade junto ao ENADE.

O estudante transferido estará sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, sendo aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, se equivalentes, nos termos das normas internas e da legislação.



Já o discente originário do **IMEI** poderá solicitar três tipos de transferência: transferência de unidade para aquele estudante interessado em mudar de unidade; transferência interna para o interessado que pretenda mudar de curso ou habilitação e caso haja vagas disponíveis; e a transferência externa, para outra instituição, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

### **3.19. Gestão do Curso**

#### **3.19.1. Do Colegiado e sua Atuação no Curso**

Os espaços em que se materializam as discussões para articulação do PDI, PPC e da CPA são os órgãos colegiados CONSUP, Colegiado do Curso e NDE. Estes órgãos definem e redefinem ações mediante deliberações, programas e políticas institucionais como resposta aos processos avaliativos.

O planejamento de atuação do colegiado prevê sua institucionalização, com representatividade dos segmentos, reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões, existência de fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

O Colegiado de Curso conforme previsto no Regimento do **IMEI**, é estruturado como órgão deliberativo e com a responsabilidade de orientação didático-pedagógica, dentro das suas competências, atendendo de maneira excelente a representatividade dos segmentos, a periodicidade das reuniões e o encaminhamento das decisões.

Integram o **Colegiado de Curso** em instância superior de colegiado:

- I. O coordenador de curso na qualidade de presidente nato;
- II. Dois representantes docentes de cada período letivo, eleito por seus pares, sendo um titular e um suplente;
- III. Dois representantes do corpo discente eleitos por seus pares sendo um titular e um suplente;
- IV. Um representante do corpo administrativo escolhido pela Diretoria.



O Colegiado de Curso reúne-se em caráter ordinário duas vezes por semestre letivo, e suas competências estão previstas no Regimento do **IMEI**:

- I. Aprovar matriz curricular, matriz de competência e revisão ementas das disciplinas que integram o curso, submetendo-as à apreciação da Diretoria de Ensino;
- II. Elaborar os projetos de ensino, pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho Superior e homologados pela Diretoria Geral;
- III. Decidir, quando solicitado, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos e diplomados;
- IV. Homologar a admissão e a dispensa de alunos-monitores;
- V. Analisar, selecionar e propor os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, bem como os projetos de pesquisa na área do curso, e submetê-los à deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e homologação do Conselho Superior;
- VI. Emitir pareceres em assuntos de sua competência; e
- VII. Exercer as demais atribuições que lhe sejam designadas pela Diretoria, pelo Coordenador do Curso ou pelos órgãos colegiados, previstas em lei e no Regimento.

Todas as reuniões do Colegiado de Curso são lavradas em Atas e assinadas por todos os membros que o compõem. A atuação do colegiado do Curso prevê sua institucionalização com: representatividade dos segmentos; reuniões com periodicidade determinada; registro de suas decisões; existência de fluxo determinado para o encaminhamento das decisões; sistema de suporte ao registro; acompanhamento e execução de seus processos; decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho; implementação ou ajuste de práticas de gestão.

### **3.19.2. Processos de Avaliação Interna e Externa do Curso**

As ações para avaliação de todos os cursos estão previstas no PDI do IMEI,



sendo que a gestão do curso é planejada considerando a autoavaliação institucional (Item 1 do PDI) e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso.

Um dos mecanismos de autoavaliação dos cursos são os fóruns que constituem importante oportunidade de reflexão sobre o processo de formação universitária, avaliando: o ambiente em que essa formação ocorre, as pessoas que contribuem para ela, as oportunidades de mercado e a responsabilidade social atribuída ao futuro profissional jurídico.

Os fóruns permitem que o acadêmico observe o ambiente interno, representado pela infraestrutura de apoio aos seus estudos, tanto aquele que se dá na sala de aula quanto o que ocorre durante atividades de extensão, de estágio supervisionado ou de pesquisa científica.

Os relatórios gerados do processo de discussão dos fóruns revelam importante estratégia de avaliação institucional e, por isso, os fóruns vêm sendo utilizados como fontes privilegiadas de delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso do **IMEI**.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA desenvolve relatórios de avaliação interna com indicadores institucionais. Esses relatórios são analisados pela CPA e apresentados no que se refere aos resultados das avaliações para a comunidade acadêmica. Após esse processo, ocorrem pelas CPA ações de capacitações que incentivam a adoção de práticas institucionais de autoavaliação institucional. Em seguida ocorrem campanhas sistemáticas de conscientização e estímulo à participação de docentes e discentes na avaliação direcionada aos gestores, docentes, discentes e funcionários. A divulgação ampliada dos resultados do processo de avaliação é realizada continuamente.

No que diz respeito a avaliações externas, tanto pelo INEP como o acompanhamento dos Resultados do ENADE é sistemático.

Com o objetivo de garantir à sociedade brasileira profissionais com os conhecimentos básicos imprescindíveis ao exercício de suas prerrogativas profissionais no mercado de trabalho, como uma das razões sobrepujantes para a instituição do Exame de Ordem Unificado - OAB. Por estas razões, o Projeto Pedagógico do Curso do **IMEI**, realiza semestralmente, a cada edição do Exame da OAB, análise das provas aplicadas, objetivando verificar as competências exigidas



por disciplina e conteúdo, verificando assim a necessidade de ajustes e atualizações do PPC e da Matriz de competência, assegurando o nível de competência mínimo essencial, ao mesmo tempo em que adequa os conteúdos curriculares de forma a atender à exigência de capacitação dos profissionais jurídicos em conformidade com as diretrizes traçadas por um mercado de trabalho globalizado.

O Exame Nacional de Desempenho de estudantes – ENADE, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que junto com a Avaliação de Cursos de Graduação e da Avaliação Institucional, formam o tripé avaliativo, permitindo conhecer e monitorar a qualidade dos cursos e das instituições superiores.

O aprimoramento contínuo do Projeto Pedagógico, por meio de análise de conteúdos e competências exigidas nas edições do ENADE, pelas revisões da Matriz de competência, do **IMEI**, acompanha continuamente tais exigências de conteúdos programáticos, com o objetivo de melhorar o desempenho dos acadêmicos, o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias na formação geral e profissional do egresso, que o tornem aptos para o exercício da profissão.

Concluindo, o **IMEI** propõe uma autoavaliação como instrumento de evolução constante e de concretas mudanças qualitativas, no âmbito do curso, para o bem da Instituição, da sua comunidade acadêmica e da sociedade que vive em sua área de influência, mediante a prática de ações inovadoras e a revisão dos resultados pela comunidade acadêmica.

#### **4.POLÍTICAS DE GESTÃO (EIXO 4)**

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI representa o instrumento de planejamento no nível estratégico que consolida a visão de longo prazo do planejamento da Instituição, definindo seu posicionamento estratégico, em consonância com a missão, onde se declaram os compromissos com a sociedade. O PDI completa-se promovendo a integração dos princípios, das políticas, das diretrizes e dos objetivos estratégicos que são considerados norteadores para o ensino, para a pesquisa, para a extensão, para a gestão administrativa e para a avaliação.

A regulação de cada setor de gestão do **IMEI** está regulada no Regimento Interno da instituição.



De conformidade com o Regimento em vigor, a administração da IES compreende órgãos deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos suplementares e complementares, como sintetizam o organograma da instituição e os artigos do Regimento.

#### **4.1. Políticas de pessoal**

Através de suas políticas de Gestão de Pessoal, o **IMEI** busca a valorização profissional do seu corpo docente e do seu pessoal técnico-administrativo, estando suas ações orientadas pelo Plano de Carreira Docente, pelo Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-administrativo. Pelo Plano de Capacitação Docente e do Pessoal Técnico-administrativo.

#### **4.2. Corpo Docente**

O pessoal docente compreende os professores integrantes da carreira de magistério, admitidos nos termos da legislação de trabalho, de reconhecida capacidade moral e intelectual e que preencham os requisitos legais, regimentais estabelecido no Regimento Geral e no Plano de Carreira do Magistério Superior do **IMEI** aprovado pela Mantenedora. Os professores serão contratados pela Mantenedora, segundo o regime das Leis Trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento.

##### **4.2.1. Regime de trabalho Docente**

A carreira acadêmica do **IMEI** tem como estrutura de classificação, promoção e remuneração de professores, compreende a docência e atividades correlatas, a pesquisa, a extensão e a administração acadêmica. Compõem o quadro pessoal da IES: professores efetivos, colaboradores, professores visitantes e horista.

Considera-se professor efetivo aquele que, contratado por tempo indeterminado, ministra aulas e/ou realiza atividades de pesquisa, extensão, prestação de serviços e administração acadêmica, podendo o contrato ser integral ou parcial. Considera-se professor colaborador aquele que, contratado de forma



especial, ministra palestras e conferências, para atender às exigências da especialidade e especificidade do curso. Considera-se professor visitante aquele que, convidado pelo **IMEI**, devido ao seu notório saber técnico e científico, ou recebido por força de convênio ou acordo estabelecido com outras instituições, congêneres ou não, colabora nas atividades de docência, pesquisa ou extensão. Considera-se professor horista aquele que, contratado por tempo determinado, atende às necessidades transitórias na docência, pesquisa e extensão, nos mesmos níveis da carreira acadêmica, embora sem possibilidades de promoção.

O regime de trabalho do corpo docente do Curso do **IMEI** será por meio de **regime Integral, Parcial e Horista**, visando possibilitar o atendimento integral da demanda.

O docente fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho, incluídas as horas-aula que ministra, atividades acadêmicas, coordenação de cursos, instruções, supervisão e orientação de alunos, práticas de pesquisa ou extensão, supervisão ou coordenação de órgãos ou setores:

**TEMPO INTEGRAL** – O regime de tempo integral compreende a prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 (vinte) horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação e/ou atividades de gestão.

**TEMPO PARCIAL** – Docentes contratados com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

**HORISTA** – Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada.

O docente para fazer jus à carga suplementar de 25% inerentes aos regimes parcial ou integral, deve realizar algumas das atividades a seguir:

- Orientação didática de alunos;
- Orientação de alunos em trabalho de conclusão de curso;
- Orientação de alunos de iniciação científica;
- Orientação de monitoria;
- Orientação de alunos em atividade de extensão;
- Coordenação de cursos de graduação, estágios e extensão;



- Participação em Projetos de Pesquisa, em colegiados de curso e CPA.

Aos docentes designados para funções administrativas receberão, durante o tempo em que se mantiverem em exercício delas, a remuneração prevista para sua categoria, acrescida da gratificação pela função, quando houver, respeitada a classe em que se enquadra.

Os docentes designados por meio de portarias para funções de diretores, e coordenador, receberão enquanto em exercício das mesmas, remuneração de professor com nível equivalente à sua titulação no regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescidas respectivamente da função gratificada.

### **O Plano de Carreira Docente do IMEI:**

■ disciplina o ingresso, a ascensão, a política do **IMEI** de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações do pessoal docente, na forma das exigências legais. d

■ regulamenta as condições de admissão, de demissão, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades dos membros do corpo docente, além das formas de ingresso no quadro de carreira, as condições que permitam a ascensão e remuneração de cada docente considerando-se as respectivas titulações. r

No plano de carreira há todo um processo de formação continuada. No programa de formação continuada, destacam-se a modalidade de seminários e jornadas temáticas para continuar cumprindo o seu papel de criar condições aos docentes para a discussão sobre quais são os saberes profissionais dos professores, isto é, sua postura ética, seus conhecimentos, competências, habilidades, que utilizam em seu trabalho diário para desempenhar suas tarefas e atingir seus objetivos.

A carreira docente do **IMEI** é constituída por classes e níveis, cujos requisitos de titulação e experiência profissional são descritos a seguir:

### **Tabela 09. Classes e Níveis da Carreira Docente**



CLASSE	DOCENTE	NÍVEIS
Classe "E"	Especialista	E-I; E-II; E-III; E-IV; E-V
Classe "M"	Mestre	M-I; M-II; M-III; M-IV; M-V
Classe "D"	Doutor	D-I; D-II; D-III; D-IV; D-V

Quando o docente alcançar o próximo nível horizontal dentro da avaliação de desempenho, terá um adicional salarial como incentivo e reconhecimento pelo trabalho e comprometimento com a IES, nas classificações I, II, III, IV e V posteriores a cada nível, o acréscimo salarial dos percentuais 2%; 3%; 4%; 5% e 6%, respectivamente.

#### 4.2.2. Critérios de Seleção e Contratação

Como pré-requisito para contratação, o **IMEI** analisará o perfil profissional e acadêmico do docente, incluindo a adequação de sua experiência aos conteúdos que irá ministrar.

O **IMEI** terá uma política de contratação que privilegia a escolha de docentes que tenham total adequação, quer por formação acadêmica, quer por formação profissional, às disciplinas ministradas.

Fazem parte da política de contratação dos docentes:

- Comunicação da abertura de vagas e perfil docente pela Coordenação do Curso para a Diretoria Acadêmica;
- Divulgação de Edital de Vagas para a seleção docente pela Coordenação Administrativa e Financeira; seleção inicial de currículos pela Coordenação e envio à Coordenação do Curso;
- Análise e seleção de currículos pela Coordenação do Curso;
- Convocação de docentes, cujos currículos foram aceitos pela Coordenação do Curso para a realização de entrevista;



- Entrevista do docente com a Coordenação do Curso para o preenchimento de ficha analítica;
- Realização da avaliação prática, composta de uma miniaula de até 10 minutos sobre assunto relacionado com uma das unidades do Programa da Disciplina para a qual o docente se candidata. O candidato deve entregar à Banca de Avaliação um plano de aula;
- A Banca de Avaliação deverá avaliar a capacidade de articulação oral, didática desenvolvida durante a preleção, sequência dos tópicos abordados, desenvoltura, material didático utilizado na preleção, reação a perguntas, atribuindo graus para cada item avaliado;
- Entrevista Individual no setor de Recursos Humanos da Direção Administrativa e Financeira dos candidatos aprovados na Avaliação Prática para cumprimento das exigências trabalhistas e comprovação documental de atendimento às necessidades e à formação adequada, titulação e experiência docente, conforme o perfil indicado pela Coordenação do Curso;
- Uma vez cumprida todas as exigências trabalhistas e documentais, o docente é admitido e convidado a participar da Oficina Pedagógica para Novos Docentes.

Além do corpo docente permanente, o Conselho Superior pode convidar professores de outras instituições, brasileiras ou do exterior, para ministrarem disciplinas, coordenarem atividades práticas, participarem e/ou orientarem trabalhos, projetos ou monografias e apresentarem seminários ou eventos similares.

Para a contratação de novos docentes do **IMEI** se pautará no que diz respeito à titulação, pelos seguintes critérios:

- Aceitar como mestres (mestrado acadêmico ou profissional) ou doutores somente os docentes cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela Capes e devidamente comprovados. Os títulos obtidos fora do País deverão estar revalidados no Brasil;
- Considerar especialistas os docentes cujos títulos, devidamente comprovados por certificado, tenham sido obtidos em curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) na forma da legislação educacional em vigor na data da obtenção do certificado;
- Considerar graduados os docentes cujos títulos, comprovados por



diplomas e devidamente registrados, tenham sido obtidos em cursos superiores reconhecidos ou, quando obtidos fora do País, revalidados no Brasil.

A análise dos currículos dos candidatos a ocuparem funções docentes se pautará pelas seguintes definições:

- **Doutorado:** Segundo nível de formação pós-graduada tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa, com duração mínima de dois anos, exigência de defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema, conferindo o diploma de doutor.

- **Mestrado acadêmico:** Primeiro nível de formação pós-graduada, etapa preliminar na obtenção do grau de doutor – embora não constitua condição indispensável à inscrição no curso de doutorado – ou grau terminal, com duração mínima de um ano, exigência de dissertação em determinada área de concentração em que o mestrando revele domínio do tema, conferindo o diploma de mestre.

- **Mestrado profissional:** Mestrado dirigido à formação profissional, com estrutura curricular clara e consistentemente vinculada à sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, admitido o regime de dedicação parcial, exigindo a apresentação de trabalho final sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso.

- **Especialização:** Curso de pós-graduação (*lato sensu*) em área específica do conhecimento que, segundo a legislação atual, deve ter duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico.

O **IMEI** entende que o processo de formação de seus docentes é contínuo e que à formação acadêmica soma-se a experiência profissional, ratificada no cotidiano prático e reflexivo dos docentes. A permanente ligação do curso com o meio produtivo e com as demandas da sociedade criam boas perspectivas de contínua atualização, renovação e auto reestruturação. No processo de avaliação da qualidade do corpo docente e dos componentes curriculares de sua formação profissional, a competência



e a experiência não acadêmicas na área têm equivalência com o quesito formação acadêmica.

#### **4.2.3. Titulação**

A titulação do docente influi diretamente no seu desempenho em sala de aula, podendo caracterizar sua capacidade para analisar os conteúdos dos componentes curriculares e fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada. Sendo assim, o **IMEI** contará com docentes com quadro composto por Doutores (20%) e Mestre (80%). A titulação desses docentes, irá auxiliar e proporcionar o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, através da correlação entre os objetivos das disciplinas e o perfil do egresso, visando incentivar a produção do conhecimento inovador por meio de grupos de estudo, pesquisa e publicação.

#### **4.2.4. Experiência Profissional do Docente**

A experiência profissional é levada em conta na seleção de professores para o magistério superior e será realizada pela coordenação do curso, auxiliado pela Diretoria pedagógica, o NAP e o Setor de Gestão de Pessoas.

A experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento local e nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho são muito importantes, tendo em vista que a política institucional da IES visa capacitar os professores e buscar profissionais com experiência em docência e profissional não acadêmica.

Considerando o perfil do egresso constante no PPC, estas experiências no mercado de trabalho são fatores de fundamental importância para uma atuação responsável, pois definem o desempenho do docente em sala de aula. Desse modo, pode ser caracterizada a sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, aplicando a teoria ministrada em diferentes unidades curriculares. A experiência anterior do docente, também influencia no modo de interação do conteúdo com a prática, o que resulta na compreensão e aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral, considerando o conteúdo que deve ser abordado para os profissionais da área de gestão.



#### **4.2.5. Experiência no Exercício da Docência Superior**

Em relação à experiência no exercício da docência superior, o **IMEI** conta com um corpo docente, em grande parte constituído de professores com experiência docente no Ensino Superior. Isso garante o conhecimento necessário e compatível para o bom desenvolvimento da organização curricular, que é fundamentada nas diretrizes curriculares nacionais na educação superior e nas exigências das disposições legais, medidas pelo Ministério da Educação, assim como em condições impostas pelo mundo contemporâneo.

Considerando o perfil do egresso constante no PPC, estas experiências no exercício da docência superior são fatores de fundamental importância para uma atuação responsável, pois definem o desempenho do docente em sala de aula. Desse modo, pode ser caracterizada a sua capacidade para promover ações que permitam identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem inovadora às características da turma e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares. A constante atualização do docente, também influencia no modo de: elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades; em avaliações diagnósticas, formativas e somativas; utilização dos resultados para redefinição de sua prática docente no período; exercício de liderança; e reconhecimento através da sua produção acadêmica.

#### **4.2.6. Políticas de Formação Continuada e Capacitação Docente**

Para atingir seus fins e objetivos, o **IMEI** tem empreendido ações e alocado recursos para possibilitar ao seu corpo docente a oportunidade de aperfeiçoamento e especialização, incluindo todos os regimes de trabalho.

Tem a IES como meta, buscar parcerias para o oferecimento de possibilidades de aperfeiçoamento de seu corpo docente, com cursos oferecidos na instituição ou proporcionando a participação em cursos, seminários e congressos realizados em outros locais.

A política a ser adotada para os próximos cinco anos, será a de alcançar um patamar de qualificação docente, sempre em função das prioridades estabelecidas em razão dos cursos ofertados, por área de conhecimento, com o objetivo básico de



qualificar o corpo docente para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como, a verticalização do ensino, com a oferta de cursos de pós-graduação em áreas prioritárias estabelecidas e necessárias para o desenvolvimento regional.

A política prevista de capacitação docente e formação continuada possibilita a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas regulamentadas. A IES, em sua política de qualificação docente, prioriza e privilegia cursos e docentes para mestrados e doutorados em áreas e subáreas do conhecimento das ciências sociais aplicadas, assim como para a participação em eventos científicos, observando que a qualificação dos docentes deve atender às necessidades do curso de graduação ofertado e outras atividades da instituição e, somente após, para áreas de interesse dos professores individualmente.

Com o objetivo de orientar docentes na condução de disciplinas, sugerindo metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de orientar a relação docente-aluno, o **IMEI** oferecerá o serviço de orientação pedagógica aos docentes. Este serviço é realizado pelo NAP, que com o objetivo de oferecer apoio didático-pedagógico aos docentes, assessorar o corpo docente nas fases de planejamento, execução e avaliação, buscando a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

#### **4.2.7. Procedimentos para substituição eventual dos Docentes do Quadro**

Em relação ao afastamento ou substituição de docentes, além dos casos previstos na legislação trabalhista, pode ocorrer o afastamento do ocupante de cargo docente para aperfeiçoar-se em programas de doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento ou atualização, em nível de pós-graduação ou comparecer a congressos e reuniões, relacionados à sua atividade técnica ou docente no **IMEI** e para exercer cargos na estrutura didático-administrativa da instituição.

O pedido de afastamento deve ser encaminhado por meio do Coordenador de Curso competente, em requerimento dirigido ao Diretor Geral, com a exposição de motivos e a programação a que se destina. O afastamento do ocupante de cargo no quadro docente dá-se mediante proposta do Coordenador de Curso respectivo, após pronunciamento do Conselho Superior, com posterior homologação do Diretor Geral, a quem compete expedir o ato.



Os docentes licenciados devem firmar, antecipadamente, o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos a instituição, no mínimo, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Mantenedora, acrescidas de juros e correção de lei.

Durante o período de afastamento e ao final dele, fica o professor obrigado a remeter ao Curso no qual está lotado, relatório semestral das atividades, bem como a comprovação de frequência mensal.

#### **4.2.8. Relação Disciplinas/Docente**

Ainda, visando a qualidade do ensino que oferece, a o **IMEI** preocupou-se em repensar a forma como as disciplinas estão sendo ministradas pelos seus docentes e propõe os seguintes padrões:

I.promover uma relação explícita entre a teoria que se está ensinando e sua aplicação prática na solução de problemas na vida real, particularmente quando se tratar de interesse local ou regional;

II.proporcionar renovações na prática educacional, com inovações que possam torná-las menos sempre mais dinâmicas e interativas e que contribuam para aumentar o rendimento dos estudantes, particularmente, através de iniciativas que estimulem o questionamento e a reflexão;

III.adotar novas e ativas metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de trabalhos de extensão junto a empresas ou comunidades, particularmente com criação ou execução de convênios;

IV.incluir a produção e/ou adaptação de material e/ou programas, dirigidos para auxiliar a autoaprendizagem dos estudantes;

V.apontar para a revisão de programas de disciplinas com vistas à atualização e eliminação de repetições excessivas;

VI.introduzir disciplinas inovadoras e/ou atividades que visem uma formação mais ampla e atual, como, por exemplo, a formação do acadêmico empreendedor, a formação do profissional cidadão etc., particularmente quando isto for realizado com caráter multidisciplinar, estimulando a interdisciplinaridade, e em colaboração com a sociedade/meio empresarial.

Para atingir esta proposta o **IMEI** pretende operacionalizar a distribuição de



disciplinas aos docentes, de forma que a média na relação disciplinas/docente seja igual ou menor que três. Neste sentido cuidar-se-á para que o docente leccione apenas disciplinas que tenham proximidade temática, ou seja, que integrem a mesma matéria ou sejam da mesma área.

#### **4.2.9. Núcleo Docente Estruturante – NDE**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, revisor e deliberativo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, a implantação, aplicação e desenvolvimento deles. O NDE do Curso do **IMEI** é composto pelo coordenador do curso e mais 4 docentes, todos eles possuem titulação *Stricto Sensu*.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- elaborar e revisar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Conselho de Curso, sempre que necessário;
- supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Ainda, sua função também será atuar no acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica e verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, a partir da análise e adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

Outrossim, O NDE é o responsável por:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;



- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar continuamente o PPC e propor adequações às exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

Por fim, o **IMEI** por meio de ações de capacitação didático-pedagógica e em relação ao plano de carreira, planeja procedimentos para permanência de parte dos membros do NDE até o ato regulatório seguinte, uma vez que a Instituição pretende fidelização de seu corpo docente, a fim de uma construção efetiva de sua identidade dentro de seus projetos e programas.

#### **4.2.10. Colegiado de Curso**

O colegiado de curso do **IMEI** é planejado para ter atuação com representatividade dos segmentos, através de reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões, e com o posterior encaminhamento das decisões. A partir dessa sistemática, haverá o suporte, acompanhamento e execução de processos e decisões, acerca da avaliação periódica sobre desempenho, visando o ajuste de práticas de gestão inovadoras.

O Colegiado congrega representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativo. O Colegiado de Curso será presidido por seu Coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos por um suplente, ambos escolhidos pelo Diretor para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução:

I. Os representantes docentes em número de 3 (três) serão nomeados pelo Diretor, a partir de lista quádrupla composta por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

II. Os representantes discentes em número de 2 (dois) serão nomeados pelo



Diretor, a partir de lista quádrupla indicada pelos órgãos de representação, para mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução.

III. Os representantes do corpo técnico administrativo, em número de 2 (dois) serão nomeados pelo Diretor, a partir de lista quádrupla composta por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

#### **4.2.10.1. Atuação/ Funcionamento do Colegiado de Curso**

O planejamento de atuação do colegiado prevê sua institucionalização, com representatividade dos segmentos, reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões, existência de fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria, por solicitação do Diretor ou a requerimento de dois terços (2/3) de seus membros.

#### **Compete a cada Colegiado de Curso:**

Distribuir encargos de ensino e extensão entre seus Professores, respeitadas as especialidades, e coordenar-lhes as atividades;

- I. Aprovar os programas e planos de ensino das suas disciplinas;
- II. Elaborar os projetos de ensino e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho Superior;
- III. Opinar sobre verificação do aproveitamento de estudos;
- IV. Deliberar sobre os projetos de ensino e extensão que lhes forem apresentados, para posterior decisão do Conselho Superior;
- V. Exercer as demais competências que lhes sejam previstas em lei e por este regimento.

#### **4.3. Corpo Técnico-administrativo**



O corpo técnico administrativo é formado por profissionais que exercem atividades de apoio aos serviços relacionados ao ensino, à iniciação científica e à extensão, contratados pela Mantenedora. O critério adotado pelo **IMEI**, visa adequar o corpo técnico administrativo à demanda de mercado assegurando a qualidade de serviços no atendimento das necessidades no cumprimento das diretrizes da instituição. O preenchimento das vagas depende da aprovação da mantenedora, após validação o processo inicia – com o recrutamento e seleção interno e externo.

No preenchimento de vagas dos auxiliares de administração, a ordem de prioridade será seleção interna e posteriormente seleção externa, caso a vaga não tenha sido preenchida.

A seleção interna para vagas em aberto enfoca funcionários com capacidade técnica para a função, compromisso com a instituição e aprovação na prova de seleção interna. O processo seletivo compreende na divulgação da descrição sucinta das habilidades/competências necessárias para o atendimento do perfil desejado para o preenchimento da vaga. Caso o candidato detenha das habilidades exigidas para o cargo, passará pelas seguintes fases: entrevista, dinâmicas, aplicação de provas práticas/conhecimento específico e ao final entrevista com o gestor da área.

A admissão é feita mediante seleção, por meio de entrevista e análise curricular. Para aceitação de candidatos, são exigidos critérios básicos de idoneidade moral e formação adequada à função a ser exercida. Segundo o Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico Administrativo, o funcionário admitido é classificado na referência inicial do cargo ou padrão indicado pela avaliação e somatório dos pontos do currículo. A admissão é feita mediante contrato de experiência por noventa dias, sendo que, findo esse prazo, a chefia imediata encaminha a avaliação de desempenho, propondo ou não a contratação, com vínculo por prazo indeterminado.

#### **4.3.1. Plano de Cargos e Salários**

O Plano de Cargos e Salários dos auxiliares de administração do **IMEI**, tem como objetivo instituir uma política de gerência de cargos, salários e carreira destes funcionários, integrantes das Instituições de Ensino Superior mantidas pela mantenedora, visando a valorização destes funcionários e permitindo a estabilidade



necessária para o bom desenvolvimento das atividades de suporte ao ensino.

O regime jurídico dos empregados funcionários auxiliares de administração escolar é o da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aplicando-se ainda a eles, as normas deste Plano de Cargos e Salários, e as Convenções Coletivas de Trabalho.

No preenchimento de vagas dos auxiliares de administração, a ordem de prioridade será seleção interna e posteriormente seleção externa, caso a vaga não tenha sido preenchida. O desenvolvimento funcional dos auxiliares de administração ocorrerá mediante Promoção Vertical e Promoção Horizontal.

O desenvolvimento funcional dos auxiliares de administração ocorrerá mediante Promoção Vertical e Promoção Horizontal.

A Promoção Vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários que foram promovidos ou poderá ocorrer em função da necessidade de preenchimento de uma vaga em aberto. Os aumentos salariais por Promoção Vertical são concedidos aos funcionários que passam de um cargo para outro dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo e somente ocorrerá por mérito e atendendo a escolaridade exigida, além da classificação junto a avaliação do RH da IES.

A Promoção Horizontal e seu respectivo aumento salarial são concedidos aos funcionários dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo, por antiguidade, sendo que a cada cinco anos de efetivo serviço para **IMEI** independentemente da promoção vertical, o funcionário receberá promoção por antiguidade, à qual corresponderá acréscimo de salário correspondente aos percentuais:

- 5% (cinco por cento) da parte fixa do salário mensal quando completar 5 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício no estabelecimento;

- respectivamente substituição do percentual previsto no inciso I por 10(dez), 15(quinze), 20(vinte), 25 (vinte e cinco) e 30 (trinta) por cento quando completar de efetivo e ininterrupto exercício, 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), ou mais anos.



#### **4.3.2. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo**

A formação e qualificação permanente do corpo técnico e administrativo contratados pela tem como premissa básica a importância do ser humano dentro de uma organização. A IES tem como meta o desenvolvimento contínuo do quadro de pessoal, através da descrição dos cargos e suas atribuições, que são analisados desde o processo de recrutamento e seleção e se estendem ao treinamento de integração e demais capacitações que reduzem o índice de rotatividade, buscando colaboradores com perfil mais dinâmico, mais comprometidos com as propostas da Instituição ao compreender melhor a Missão e a Visão da IES.

Dentro das diretrizes propostas para os treinamentos internos, bem como treinamentos externos ocorrerão de forma efetiva visando ao desenvolvimento permanente dos colaboradores que, em contrapartida, otimizarão seu tempo, agregando valor ao trabalho desenvolvido e conseqüentemente tendo uma avaliação positiva, conseguindo galgar de graus dentro da progressão horizontal e vertical do plano de carreira técnico administrativo proposto, para ser implantado.

O corpo técnico administrativo é contratado no regime CLT, segue a legislação vigente e também as diretrizes do Sindicato dos Auxiliares Administrativos das regiões a que pertencem. A instituição ofertará bolsas de estudo com 60% de desconto para funcionários e familiares nos programas de graduação e pós-graduação ofertados pela IES. A política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo técnico administrativo permite a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, assim como em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional. Isso impulsiona a qualificação acadêmica através de práticas regulamentadas.

#### **4.3.3. Procedimentos para substituição**

O processo seletivo para substituição segue os mesmos procedimentos para ingresso habitual. O funcionário deve passar por um processo seletivo, mesmo que o contrato seja por prazo determinado. Todos os critérios seguem as regras de seleção e contratação estabelecidas pelo Departamento de RH, seguindo a legislação



trabalhista vigente.

#### **4.3.4. Regime de trabalho**

O Plano de Cargos e Salários dos auxiliares de administração escolar tem como objetivo instituir uma política de gerência de cargos, salários e carreira destes funcionários, integrantes da Instituição de Ensino Superior mantidas pela mantenedora visando a valorização destes funcionários e permitindo a estabilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades de suporte ao ensino.

O regime jurídico dos empregados funcionários auxiliares de administração escolar é o da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aplicando-se ainda a eles, as normas deste Plano de Cargos e Salários, e as Convenções Coletivas de Trabalho.

No preenchimento de vagas dos auxiliares de administração escolar, a ordem de prioridade será seleção interna e posteriormente seleção externa, caso a vaga não tenha sido preenchida.

O desenvolvimento funcional dos auxiliares de administração escolar ocorrerá mediante Promoção Vertical e Promoção Horizontal.

A Promoção Vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários que foram promovidos ou poderá ocorrer em função da necessidade de preenchimento de uma vaga em aberto. Os aumentos salariais por Promoção Vertical são concedidos aos funcionários que passam de um cargo para outro dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo e somente ocorrerá por mérito e atendendo a escolaridade exigida, além da classificação junto a avaliação do RH da IES.

A Promoção Horizontal e seu respectivo aumento salarial são concedidos aos funcionários dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo, por antiguidade, sendo que a cada cinco anos de efetivo serviço, independentemente da promoção vertical, o funcionário receberá promoção por antiguidade, à qual corresponderá acréscimo de salário correspondente aos percentuais:

- 5% (cinco por cento) da parte fixa do salário mensal quando completar 5 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício no estabelecimento;
- respectivamente substituição do percentual previsto no inciso I por 10(dez), 15(quinze), 20(vinte), 25 (vinte e cinco) e 30 (trinta) por cento quando completar de



efetivo e ininterrupto exercício, 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), ou mais anos.

#### **4.3.5. Cronograma de expansão do corpo técnico administrativo**

A expansão do corpo técnico e administrativo se dá de acordo com a implantação do curso e a expansão do número de alunos.

### **5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Os processos de gestão institucional previstos para o **IMEI** consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada.

Tal processo é necessário, pois existe a necessidade de regras claras e dos processos da gestão institucional e dos colegiados, com a função de favorecer um melhor desempenho das atividades inerentes a instituição. Dessa forma, regulamenta-se o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e são previstas a sistematização e divulgação das decisões colegiadas, assim como a assimilação pela comunidade interna.

A Gestão será exercida pela Diretoria Geral, Administrativa e Acadêmica sendo órgãos executivos superiores de gestão de todas as atividades o **IMEI**.

#### **5.1. Políticas e Diretrizes**

O **IMEI** fundamenta-se em pressupostos que norteiam o crescimento, a renovação e a qualidade das atividades acadêmicas, tendo como políticas e diretrizes para a organização administrativa:

- I. A integração entre diretores, coordenador de curso e programas no desempenho das suas funções como gestores;
- II. Adoção de orçamentos previamente aprovados no processo de gestão institucional;
- III. Avaliação permanente com vistas ao aperfeiçoamento contínuo do curso, procedimentos e processos;



IV. Comprometimento com a responsabilidade social e posturas pautadas na educação, na ética e na liberdade de expressão;

V. Gerenciamento do curso e programas com a perspectiva de auto sustentabilidade;

VI. Gestão participativa colegiada;

VII. Incentivo ao autodesenvolvimento funcional dos recursos humanos;

VIII. Manutenção de infraestrutura em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades para o desenvolvimento das atividades acadêmicas – ensino, extensão e pesquisa – propostos nos Projetos Pedagógico do Curso e nos Programas Institucionais;

IX. Uso racional da infraestrutura.

#### **5.1.1. Metas e Ações da Organização Administrativa**

As metas e ações gerais de organização administrativa a serem alcançadas no período deste PDI são:

- Adotar estratégias de melhoria dos níveis de comunicação externa e internada Instituição;
- Adotar procedimentos de acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento e de gestão;
- Desenvolver mecanismos de envolvimento do corpo docente e do pessoal técnico administrativo no processo de planejamento;
- Elaborar e aprovar anualmente na Mantenedora os orçamentos anuais, tomando por base o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Elaborar e desenvolver um plano de capacitação online permanente para a equipe;
- Estabelecer para 2021 e anos seguintes as rotinas de acompanhamento do cumprimento dos orçamentos anuais e das metas nele estabelecidas;
- Implantar sistema de controle e manutenção patrimonial para funcionamento a partir do ano de 2021;
- Manter a divulgação permanente dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão, por meio de programa específico de *marketing*;
- Realizar seminários online com dirigentes e representantes dos docentes

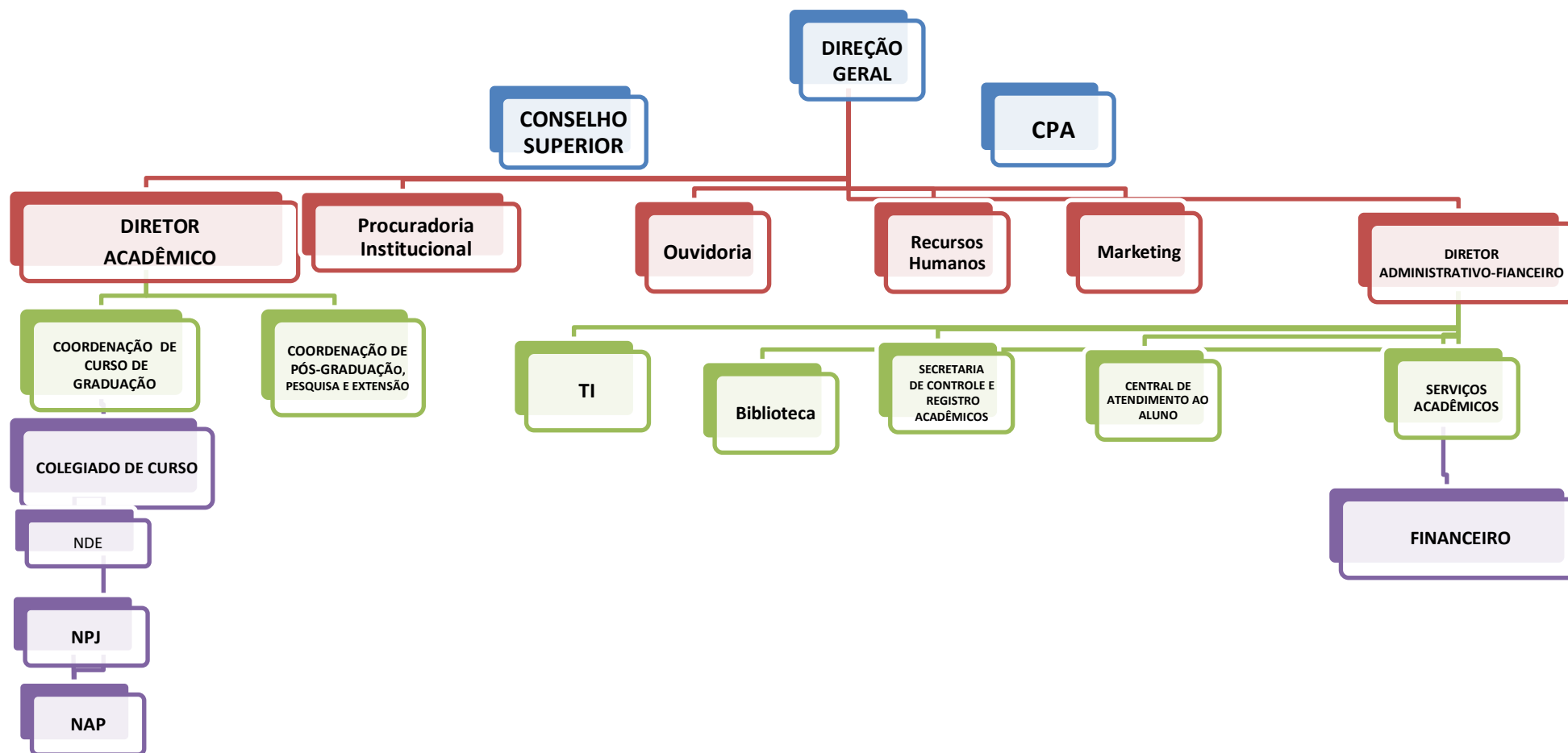


e discentes para debater o desempenho institucional.



## 5.2. Organograma o IMEI

Figura 06. Organograma do IMEI





### 5.2.1. Estrutura organizacional da IES

A estrutura organizacional do **IMEI** possui a seguinte configuração, distribuída entre órgãos da Administração Superior, órgãos de assessoramento da Administração Superior, órgãos da Administração Básica, órgãos Suplementares e de Apoio, e Órgão Autônomo, descritos abaixo.

#### I.Órgãos Da Administração Superior:

- a) Órgão Colegiado: Conselho Superior (CONSUP);
- b) Órgão Executivo: Diretoria Geral.

#### II. Órgãos De Assessoramento Da Administração Superior:

- a) Diretoria Acadêmica;
- b) Diretoria Administrativa.

#### III.Órgãos Da Administração Básica:

- a) Órgão Executivo: Coordenador de Curso, Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Coordenação de Projetos e Inovação
- b) Órgãos Colegiados: Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante – NDE.

#### IV.Órgãos Suplementares e de Apoio:

- a) Central de Atendimento ao Aluno;
- b) Secretaria de Registro Acadêmico;
- c) Biblioteca;
- d) NPJ;
- e) NAP;
- f) Serviços Acadêmicos;
- g) Financeiro;
- h) Recursos Humanos;
- i) Marketing

#### V.Órgão Autônomo

- a) Comissão Própria de Avaliação (CPA).

#### VI.Procuradoria Institucional

#### VII.Ouvidoria



### 5.2.1.1. Órgãos Colegiados Superiores

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo da Instituição, de natureza normativa, deliberativa e consultiva em todos os assuntos institucionais, com a responsabilidade de formar políticas e diretrizes gerais de ensino, iniciação científica e extensão, de planejamento e administração e de avaliação institucional. Sua composição e competências constam no Regimento Geral do **IMEI**.

### 5.2.1.2. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

O **IMEI** possui ainda Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Núcleo de Prática Jurídica; e Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).

- Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - é órgão auxiliar da Diretoria Acadêmica, que tem a função de gerenciar, supervisionar e implementar a política de pós-graduação, pesquisa e extensão, em consonância com a missão e as Políticas Acadêmicas (Projeto Pedagógico Institucional - PPI), constante nesse Plano de Desenvolvimento Institucional;
- O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) desenvolverá a prática exigida tanto nas atividades de simulação em laboratório de práticas jurídicas, como nas atividades práticas de atendimento de Assistência Judiciária aos cidadãos que se declaram hipossuficientes na forma da lei;
- Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) - é órgão auxiliar da Diretoria Acadêmica, descrito no item 3.13.4.2 desse PDI.

## 5.3. Autonomia da IES em relação à Mantenedora

A mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pelo **IMEI** incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei, do Regimento do **IMEI** da liberdade acadêmica dos corpos docente e discente, da autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e garantindo a



autonomia acadêmica da Instituição.

À Mantenedora compete prover todas as necessidades do **IMEI** para o seu regular funcionamento, sendo privativo daquela: admitir e dispensar o pessoal docente e técnico-administrativo, mediante indicação do Diretor Geral, cumpridas as normas de recrutamento, seleção e admissão de pessoal; aprovar contratos, convênios, protocolos e acordos; aprovar o orçamento anual, assim como as alterações dele; designar o Diretor Geral; homologar as alterações do Regimento Geral.

O custeio, as despesas, os investimentos e a contratação do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo são realizados com prévia autorização da Mantenedora. O **IMEI** se relaciona com a Mantenedora por intermédio da Diretoria Geral. O cargo de Diretor Geral é de confiança da Mantenedora, não integrando o Plano de Carreira Docente, e o respectivo salário é fixado pela mesma segundo a natureza e complexidade da função.

#### **5.4. Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas**

No exercício da sua responsabilidade social, o **IMEI** em parceria com diversos órgãos públicos, privados, escolas e empresas, desenvolve serviços de relevância socioeconômica para a comunidade. Os convênios que formalizam tais parcerias estão relacionados em documento próprio e visam proporcionar à comunidade acadêmica: campos de realização de atividades práticas e estágios; divulgação dos cursos de extensão realizados, atingindo um público diversificado de todas as faixas etárias; espaços para o desenvolvimento de ações comunitárias e de responsabilidade social; implementação de política de recursos humanos, favorecendo a formação superior de colaboradores de empresas.

Através das práticas acadêmicas são desenvolvidas ações voltadas para a comunidade, nas quais o **IMEI** vai à comunidade assim como a população é recebida no ambiente acadêmico.

## **6. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

A Sustentabilidade Financeira o **IMEI** demonstra a capacidade de gestão do



orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com objetivo de eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas. O **IMEI** buscará o equilíbrio entre receitas e despesas.

### **6.1. Relação com o desenvolvimento institucional**

A proposta orçamentária é elaborada de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, prevendo ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos. Para isso, no **IMEI** serão propostos estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, através de metas objetivas e mensuráveis.

### **6.2. Participação da comunidade interna**

Com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões internas, a sustentabilidade financeira do **IMEI** decorre da proposta orçamentária. Essa proposta considera as futuras análises do relatório de avaliação interna e prevê ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, para uma melhor destinação de recursos.

### **6.3. Aspectos Financeiros e Orçamentários**

Os percentuais das despesas de custeio e dos investimentos, sobre a receita total, sinalizaram um desempenho orçamentário equilibrado e resultados financeiros positivos, que irão possibilitar as aplicações na expansão das edificações, instalações, laboratórios, acervo bibliográfico e informática (equipamentos e *softwares*).

Os investimentos são planejados com base nos cronogramas de necessidades de instalações físicas, aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos, ampliação e atualização do acervo bibliográfico e outros materiais permanentes, atendendo prioritariamente às demandas acadêmicas.



#### **6.4. Políticas de Sustentabilidade Financeira**

A sustentabilidade financeira do **IMEI** será condição necessária para o desempenho das melhores atividades no cumprimento da missão. O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, sendo prevista a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos.

Com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas, o **IMEI** apresenta proposição de estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis. A mantenedora tem como política estabelecer e tornar viável o planejamento financeiro para que os recursos econômicos sejam os mínimos necessários, mas suficientes, para a realização dos objetivos propostos.

A Mantenedora adota como estratégias de gestão econômico-financeira a promoção de adequadas condições de funcionamento das atividades da Mantida, prioritariamente aquelas que dizem respeito ao ensino colocando à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio. Dessa maneira, a Mantenedora realiza as gestões orçamentária, patrimonial e financeira do **IMEI** delegando-as, no todo ou em parte, aos membros da Diretoria.

#### **6.5. Mecanismos de definição do Orçamento da Instituição**

A proposta orçamentária do **IMEI** é anualmente elaborada para o ano seguinte, sob a responsabilidade da Diretoria da IES e com a participação dos diversos setores da Instituição. Este PDI é a referência para a definição orçamentária anual, o que garante a sintonia desse documento com as metas e ações efetivamente executadas durante o ano pelos diversos setores da instituição.

Aprovada previamente, a proposta orçamentária garante ainda, o exercício das atividades da Instituição com autonomia, uma vez que as discussões e aprovações prévias do custeio, das despesas e dos investimentos se dão ao final de cada ano pela Mantenedora, para o ano letivo subsequente, possibilitando a correta



administração dos recursos. Assim, após consolidados e aprovados, os orçamentos são disponibilizados e passam a fazer parte das rotinas institucionais.

## **6.6. Políticas de Alocação de Recursos**

Os recursos para o custeio são alocados prioritariamente para os recursos humanos, capacitação de pessoal, pesquisa e extensão, iniciação científica, materiais para laboratórios e demais atividades educacionais da Instituição.

O custeio do pessoal docente é planejado a partir da oferta do curso para o ano letivo seguinte, considerando a matriz curricular e a respectiva carga horária para oferta das disciplinas, a partir das pesquisas e dos projetos de extensão e de iniciação científica aprovados, da pós-graduação e seus cursos e disciplinas em ofertas especiais e das demais demandas acadêmicas, permitindo uma adequada alocação de recursos.

Os recursos para fazer face às despesas com o pessoal técnico administrativo são planejados e alocados a partir das demandas de apoio às atividades acadêmicas e das demandas decorrentes das necessidades administrativas, de controles e de segurança da Instituição. Da mesma forma, a alocação de recursos para as demais despesas e custeio (material de expediente, material para laboratórios, material de limpeza, manutenção e conservação etc.) é efetuada com base no planejamento que considera as demandas apresentadas pelos respectivos setores.

Quanto aos investimentos, os recursos são prioritariamente dirigidos para aqueles destinados à expansão do acervo bibliográfico, dos laboratórios, das edificações e instalações, dos equipamentos para as atividades fim e de apoio e suporte estrutural ao desempenho acadêmico.

A alocação dos recursos, depois de conciliados os orçamentos, passa pela avaliação e aprovação da Diretoria, onde é verificada a coerência, a aplicabilidade e, especialmente, o equilíbrio entre as racionalidades acadêmica, administrativa e financeira, sendo em seguida submetidos à aprovação da Mantenedora.

### **6.6.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão**

A alocação dos recursos para o ensino, como já informado anteriormente,



toma como base a projeção do custeio com as atividades de ensino, para oferta do curso, programas e projetos, planejados para o ano seguinte pelo setor acadêmico.

Os recursos para pesquisa constam do planejamento institucional e os projetos de pesquisas decorrem de proposições apresentadas pelo corpo docente do **IMEI**, em consonância com as linhas de pesquisas institucionais.

Os projetos são submetidos à apreciação da Diretoria Geral e, depois de aprovados, são incluídos no orçamento para o recebimento dos recursos específicos para cada um deles.

Os projetos que têm sua sustentabilidade assegurada por convênios/contratos com entidades externas são considerados extraorçamentários e não integram o orçamento anual. Nas ações de extensão a prática é semelhante.

### **6.6.2. Capacitação de Pessoal**

A Coordenadoria do Curso define suas necessidades e prioridades para capacitação do pessoal docente, a cada ano letivo. Trata-se dos professores que vão cursar pós-graduação em outras instituições ou nos cursos oferecidos na própria IES.

Incluem-se ainda na previsão os recursos destinados a cursos de menor duração, participação em eventos e outras atividades que também caracterizam a capacitação docente.

Na peça orçamentária há um programa próprio para Capacitação Docente, no qual tais previsões de recursos são alocadas, seguindo o trâmite normal até sua aprovação.

Para a capacitação de pessoal técnico-administrativo, são alocados recursos no Departamento de Gestão de Pessoas, para demandas por ela constatadas ou encaminhadas.

### **6.6.3. Manutenção de Instalações e Equipamentos**

Como em outras despesas, a definição e alocação de recursos destinados à manutenção de instalações e equipamentos decorrem do planejamento de cada setor, com base nos dados obtidos no setor administrativo-financeiro, nas atividades desenvolvidas pelo **IMEI** especialmente, nos seus setores operacionais de



manutenção e conservação.

A alocação de recursos é realizada tomando-se os dados acima mencionados, ajustando-os proporcionalmente ao crescimento da estrutura física e especificidade das instalações e equipamentos.

Obras especiais, excetuadas as manutenções rotineiras, têm suas necessidades definidas e apropriadas separadamente ouvido o setor acadêmico, em conjunto com setor administrativo e financeiro, sendo devidamente contempladas no planejamento do respectivo ano.

### **6.7. Metas e Ações financeiras**

As Metas financeiras para o período deste PDI são: buscar fontes de fomento, além das oriundas da Mantenedora, para atividades de ensino, pesquisa e extensão; criar condições de viabilidade financeira e adequação às políticas e diretrizes institucionais de planos, programas e projetos educacionais do curso; aperfeiçoar constantemente o processo na elaboração do orçamento participativo; garantir a alocação de recursos financeiros para capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

As Ações financeira para o período deste PDI são: controlar a aquisição de bens patrimoniais, otimizando e racionalizando a utilização dos bens existentes, evitando duplicações; criar mecanismos para garantir a participação regular dos docentes, discente e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico profissional relevante; desenvolver parcerias entre o **IMEI** e a comunidade empresarial com vista à angariação de meios financeiros adicionais; realizar inventários e regulamentar a depreciação de equipamentos.

### **6.8. Estratégias de Gestão Econômico-Financeiras**

O orçamento plurianual do **IMEI** é elaborado sob a responsabilidade da Diretoria em conjunto com os setores acadêmico, administrativo e financeiro, após levantamento das receitas e demandas de custeio, despesas e investimentos, com base nos planos e programas, diretrizes, metas e ações que integram este PDI, coma participação de representante da Entidade Mantenedora.



O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita, do custeio e das despesas são monitorados pela Diretoria e pela Mantenedora, por meio dos relatórios de acompanhamento efetuados pelos setores financeiros, contábil e administrativo da Instituição.

Os ajustes e as adequações nas despesas e nos investimentos são promovidos sempre que necessários, em decorrência do dinamismo e flexibilidade exigidos à gestão dos recursos. A estreita colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilita a promoção das atividades e o atendimento das demandas no que refere aos aspectos financeiros e orçamentários. Para este PDI, foram levantados os compromissos assumidos pela melhoria contínua do ensino e pela expansão das vagas, na implantação e no desenvolvimento das funções de pesquisa e extensão e no curso de Administração e programas de pós-graduação (*lato sensu*), além da atualização tecnológica dos equipamentos e *softwares* de informática e de tecnologia educacional e na ampliação e atualização do acervo da biblioteca.

A gestão dos recursos é de responsabilidade da Diretoria Geral, que a cada final de exercício (ano letivo) apresenta contas à Mantenedora por meio dos relatórios anuais.

### **6.9. Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução**

O planejamento econômico-financeiro foi elaborado com base nos critérios apresentados, resultando nas previsões orçamentárias e os cronogramas de execução a seguir apresentados.

- **Receitas**

A receita tem por fonte principal as mensalidades do curso do **IMEI**. Além das receitas com mensalidades do curso de graduação e de pós-graduação, a Instituição conta ainda com a receita proveniente das Taxas de Matrículas, Inscrições, Convênios e Outras Receitas, que são apresentadas na tabela abaixo, onde também são demonstradas as Bolsas de Estudos e a Inadimplência, sendo que a evasão já considerada (deduzidas) diretamente nas matrículas totais de cada ano.

- **Custeio e Despesas**



Os valores são planejados com base na remuneração do pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo, aprovados pela Mantenedora. À remuneração são acrescidos os encargos sociais e trabalhistas. A previsão dos valores para o quinquênio em planejamento é apresentada a seguir na tabela.

As atividades institucionais demandam de recursos para o custeio e para as despesas operacionais e de manutenção da infraestrutura.

- **Plano de Investimentos**

Os resultados positivos, entre a receita total e as despesas e custeio, são aplicados em investimentos, na forma especificada neste plano.

Os investimentos em biblioteca, laboratórios (máquinas e equipamentos) e informática (atualização tecnológica e ampliação de *hardware* e *software* para os laboratórios de informática e demais setores e equipamentos em constante evolução tecnológica), são prioritários para a Instituição.

Todos os investimentos são realizados com recursos alocados a partir dos resultados financeiros apurados ano a ano, como se infere nos demonstrativos apresentados. A Mantenedora, na eventualidade de resultados anuais desfavoráveis, garantirá os investimentos necessários ao desenvolvimento e crescimento institucional, através das suas reservas.

Em síntese, o **IMEI** reúne condições financeiras adequadas para o curso, programas e projetos que se propõe, restando ainda, ao final de cada exercício um saldo positivo que é destinado à formação de um prudente fundo de reserva, administrado pela Mantenedora, para garantia institucional.

## **7. INFRAESTRUTURA FÍSICA**

### **Políticas para Infraestrutura**

O Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI tem por política oferecer modernidade e funcionalidade em relação à infraestrutura, proporcionando à comunidade acadêmica maior conforto e eficiência na execução da proposta pedagógica dos cursos.



Os equipamentos são atualizados em função das necessidades dos cursos e do avanço tecnológico. A manutenção dos equipamentos é realizada por técnicos contratados pela instituição ou por empresas especializadas, quando for o caso. A construção dos prédios e instalações é realizada por empresas de comprovada competência. A manutenção e conservação das instalações físicas é realizada pela IES.

O Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI tem como política balizadora da gestão da infraestrutura os padrões de qualidade definidos para as diversas áreas de atuação da Instituição; incluindo processos e procedimentos de gestão que proporcionem o uso adequado e racional da infraestrutura; pronta disponibilidade da infraestrutura necessária, assegurando as condições de trabalho e as demandas da expansão; manutenção regular e constante.

A Instituição dispõe das salas de aula e laboratórios, adequados de forma excelente ao número de alunos atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta, com uso de recursos tecnológicos instrucionais sempre que necessários e solicitados, possuindo iluminação condizente, climatização, sendo mobiliadas com carteiras tipos escolares, mesa e cadeira para o professor, equipamentos audiovisual: projetor multimídia e computadores nas salas, telas para projeção, lousa, caixa de som, microfone, depósitos de lixo em lugares estratégicos, limpeza e arrumação efetuada após término de cada turno. As salas de aula são compatíveis com as condições de acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

## **7.1. Descrição de Infraestrutura da Sede**

### **7.1.1. Instalações administrativas**

A infraestrutura administrativa e acadêmica do Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) é dimensionada em total consonância assegurando a excelência no atendimento às demandas técnico-administrativas do corpo docente e discente. A configuração desses espaços é orientada pela otimização dos processos de gestão e



pela garantia da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sob essa ótica, os espaços de administrativos são projetados para assegurar a funcionalidade e o sigilo necessários ao atendimento acadêmico, apresentando layouts ergonômicos que garantem a privacidade, a organização eficiente do acervo digital — e padrões de conforto ambiental que superam as normas técnicas de iluminância, ventilação e isolamento acústico. O setor administrativo é sustentado por um suporte tecnológico de performance, que inclui hardware atualizado, redes Wi-Fi e densidade e sistemas integrados que conferem agilidade aos processos.

A infraestrutura do IMEI garante por meio de uma política rigorosa de manutenção preventiva e corretiva, assegurando a disponibilidade ininterrupta de todos os recursos. O espaço garante privacidade e acolhimento através de estações de trabalho individualizadas e com tratamento acústico, assegurando o sigilo necessário para demandas acadêmicas, financeiras e de apoio psicopedagógico.

Comprometido com a acessibilidade, a sala adere integralmente ao Desenho Universal (ABNT NBR 9050), possui ampla circulação para cadeirantes, mobiliário adaptado e sinalização tátil e visual, o ambiente é climatizado e ergonômico.

### **7.1.2. Espaço de trabalho para Docentes em Tempo Integral**

O Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) disponibiliza para os docentes um ambiente de trabalho de alta performance, concebido como o centro de inteligência estratégica da graduação. O espaço é destinado exclusivamente aos docentes em regime de Tempo Integral (TI) e aos membros do Núcleo de Docente Estruturante (NDE), garantindo condições superiores para a gestão acadêmica e pedagógica.

A estrutura física é composta por gabinetes de trabalho individuais ou em duplas, projetados para assegurar a concentração e o sigilo necessários às atividades de alta complexidade. O ambiente permite:

- Privacidade Total: Atendimento individualizado a discentes e orientandos, garantindo o acolhimento e a confidencialidade das informações.



- Funcionalidade: Espaço planejado para a curadoria de conteúdo de aulas, produção científica e planejamento didático.
- Segurança Institucional: Guarda segura de documentos acadêmicos, avaliações e materiais de pesquisa em arquivos de acesso restrito.

Em estrita observância à NBR 9050 e à legislação vigente de acessibilidade, o espaço foi planejado para ser universal:

- Sinalização Tátil e Visual: Portas e ambientes identificados em Braille e com sinalização visual de alto contraste, facilitando a autonomia de docentes e discentes com deficiência visual ou baixa visão.
- Comunicação Inclusiva (Libras): O ambiente é preparado para o suporte à Língua Brasileira de Sinais, contando com recursos audiovisuais que permitem a interpretação e tradução em tempo real, atendendo à Lei nº 10.436/2002.
- Ergonomia Interativa: Mobiliário ergonômico regulável e rotas acessíveis que garantem a livre circulação de pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes.

Cada posto de trabalho está equipado com:

- Estações de Trabalho: Computadores de alto desempenho para gestão simultânea de sistemas acadêmicos e plataformas de análise de dados e acesso a biblioteca virtual.
- Conectividade de Ponta: Link dedicado via fibra óptica com redundância de rede, assegurando estabilidade absoluta para transmissões ao vivo e videoconferências.

Este espaço não apenas cumpre as exigências regulatórias, mas estabelece um padrão de excelência que integra o bem-estar docente à eficiência da gestão acadêmica do IMEI.

### **7.1. 3.Espaço de Trabalho para o Coordenador**

O Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) estabelece as Coordenações



de Curso como o núcleo de governança estratégica e articulação pedagógica. Para assegurar a eficácia da gestão acadêmica dos cursos, o IMEI provê uma infraestrutura de excelência, integrando funcionalidade operacional e suporte tecnológico.

As salas da Coordenação de Curso são de uso exclusivo e privativo, configurada para salvaguardar o sigilo institucional e assegurar a privacidade no atendimento aos diversos segmentos da comunidade acadêmica e possui uma auxiliar administrativa de apoio às coordenações.

- Padrões Ergonômicos: O mobiliário atende integralmente à NR-17, garantindo condições de trabalho que privilegiam a saúde ocupacional. O ambiente dispõe de climatização controlada e projeto luminotécnico dimensionado para atividades de gestão intensiva.
- Confidencialidade e Acústica: O gabinete possui isolamento acústico para o tratamento de questões administrativas e pedagógicas sensíveis, garantindo o acolhimento discente e o alinhamento com o corpo docente em ambiente seguro e profissional.

O espaço da coordenação é estruturado sob o conceito de Desenho Universal, atendendo à Lei nº 10.436/2002, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas da NBR 9050:

- Comunicação Mediada: Infraestrutura preparada para o atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com suporte tecnológico para serviços de interpretação e sinalização visual indicativa.
- Acessibilidade Sensorial: Implementação de sinalização tátil (Braille) em portas, mapas táteis e recursos de alto contraste visual para orientação de pessoas com deficiência visual ou baixa visão.
- Eliminação de Barreiras: Planejamento arquitetônico com portas de largura regulamentar, rotas acessíveis e áreas de manobra para cadeirantes, assegurando o acesso irrestrito ao coordenador.

Para subsidiar a tomada de decisão baseada em dados e a supervisão, a sala é equipada com uma Infraestrutura de rede com conectividade via link dedicado de fibra óptica com redundância, assegurando alta disponibilidade para a gestão de processos acadêmicos e administrativos.



- Estação de Trabalho: Computador de alto desempenho com interface para análise de indicadores, monitoramento de sistemas de gestão e acesso a biblioteca virtual.
- Comunicação Multimídia: Sistema de videoconferência de alta definição (Full HD) e periféricos integrados via rede segura para a produção e digitalização de documentos oficiais.
- Sala de Reuniões: Ambiente anexo destinado às reuniões para grupos discentes, docentes, membros do núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado dos Cursos, dotado de recursos para transmissões híbridas e apresentações multimídia.

#### **7.1.4. Sala Coletiva de Professores**

O IMEI reconhece que a excelência dos cursos é construída pelo seu corpo docente. Por isso, oferece uma infraestrutura de trabalho, concebida para ser um epicentro de produção pedagógica, colaboração e inovação.

A estrutura é organizada da seguinte forma:

Espaço Docente Coletivo (Sala dos Professores): Além dos gabinetes, uma ampla e moderna sala de professores serve como espaço de convivência e trabalho colaborativo para todos os docentes. Este ambiente é equipado com:

- Estações de trabalho multimídia de uso rotativo, equipadas com computadores de última geração e softwares de autoria (edição de vídeo, criação de e-books, etc.).
- Mesa central de reuniões equipada com sistema de projeção para planejamento coletivo.
- Acesso a uma central de impressão e digitalização de alta capacidade.
- Mini Copa equipada.

Condições e Recursos Transversais: Todos os espaços docentes, sejam individuais ou coletivos, possuem um padrão de excelência em:

- Infraestrutura: Dimensão, limpeza, iluminação, conforto acústico e ventilação projetados para o bem-estar e a produtividade.



- **Acessibilidade:** O design do mobiliário e a disposição dos equipamentos seguem os princípios do Desenho Universal, em total conformidade com a NBR 9050.
- **Conectividade:** Acesso à internet de alta velocidade em todos os pontos, via Wi-Fi e cabo.

Esta infraestrutura vai além do convencional, fornecendo as ferramentas e o ambiente necessários para que os docentes do curso de Psicologia não apenas ensinem, mas criem, inovem e ofereçam uma experiência de aprendizagem verdadeiramente transformadora.

#### **7.1.5. Salas de Aula**

As salas de aula do Instituto Mariano de Estudos e Inovação – IMEI são espaços de aprendizagem estratégicos, projetados para enriquecer a jornada do estudante durante os encontros presenciais obrigatórios, como avaliações, seminários e atividades práticas. A infraestrutura disponível excede as necessidades do curso, oferecendo um ambiente moderno, versátil e totalmente acessível.

**Padrão de Excelência e Acessibilidade:** Todas as salas de aula, independentemente de sua tipologia, seguem um padrão superior de qualidade e cumprem rigorosamente as normas de acessibilidade (LBI e ABNT NBR 9050). As características comuns incluem:

- **Conforto Ambiental:** Ambientes totalmente climatizados, com projetos de iluminação e tratamento acústico que garantem condições ideais para a concentração e a aprendizagem.
- **Mobiliário de Qualidade:** Carteiras estofadas e anatômicas para todos os estudantes, com assentos devidamente identificados e reservados para pessoas com deficiência.



- Tecnologia Integrada: Todas as salas são equipadas com TVs/projetores, lousas e acesso à internet de alta velocidade (Wi-Fi), com recursos adicionais (notebooks, microfones) disponíveis mediante solicitação.
- Manutenção Contínua: Um rigoroso plano de conservação, manutenção e limpeza é seguido, garantindo que os espaços estejam sempre em perfeitas condições de uso.

A diversidade de salas permite a aplicação de múltiplas metodologias de ensino, alinhadas ao projeto pedagógico inovador do curso. O IMEI dispõe de:

- Salas de Aula Convencionais: Espaços amplos, com capacidade para acomodar confortavelmente os alunos durante avaliações e atividades em grandes grupos. O mobiliário flexível permite diferentes arranjos espaciais, adaptando-se a aulas expositivas ou trabalhos colaborativos.
- Sala para Pequenos Grupos: Projetadas para fomentar a interatividade, são utilizadas para sessões de tutoria presencial, orientação de projetos, grupos de estudo e dinâmicas que demandam maior proximidade entre alunos e tutores.
- Sala de Inovação Metodológica: Consideradas o grande diferencial do curso, são verdadeiros laboratórios de aprendizagem ativa. Equipadas com mesas de trabalho colaborativas, múltiplos pontos de acesso à energia para dispositivos eletrônicos e recursos didáticos específicos para o curso. Nestes ambientes, os alunos aplicam na prática as teorias estudadas, desenvolvendo projetos, solucionando problemas em equipe e vivenciando metodologias ativas que irão aplicar em sua futura profissão.

A infraestrutura de salas de aula da MEI garante que os momentos de aula sejam de máximo aproveitamento, articulando perfeitamente a teoria desenvolvida no ambiente virtual com a prática inovadora, colaborativa e significativa.

#### **7.1.6. Auditório**

O IMEI dispõe de um auditório plenamente equipado com recursos tecnologias da informação, comunicação e videoconferência. Projetado para atuar como um espaço versátil de aprendizagem, o ambiente oferece condições de



excelência tanto para a ministração de aulas teóricas quanto para o desenvolvimento de atividades em grupo. O recinto destaca-se pelo conforto e funcionalidade, apresentando mobiliário com carteiras estofadas, quadro branco, sistema de som integrado e projetores multimídia, além de contar com uma infraestrutura física climatizada e rigorosamente mantida sob padrões ideais de iluminação, acústica e higiene. Em total alinhamento com a política de inclusão da instituição, o auditório é provido de acessibilidade plena e tecnologias de transmissão de vídeo, garantindo que o espaço comporte o número total de acadêmicos com segurança e eficiência tecnológica.

#### **7.1.7. Espaços para Atendimento aos Discentes**

O Atendimento ao Discente é um serviço de apoio estratégico, alinhado à política de acolhimento do PPI, e desenhado para ser vital na trajetória de sucesso acadêmico, profissional e pessoal do estudante.

A excelência deste serviço é materializada em uma infraestrutura avaliada, que integra humanização, funcionalidade e acessibilidade universal. O espaço garante privacidade e acolhimento através de estações de trabalho individualizadas e com tratamento acústico, assegurando o sigilo necessário para demandas acadêmicas, financeiras e de apoio psicopedagógico.

Comprometido com a acessibilidade, a sala adere integralmente ao Desenho Universal (ABNT NBR 9050), possui ampla circulação para cadeirantes, mobiliário adaptado e sinalização tátil e visual, o ambiente é climatizado, 100% ergonômico.

#### **7.1.8. Espaços de Convivência e de Alimentação**

A estrutura física do IMEI é projetada para promover a integração social e o bem-estar, oferecendo amplos espaços de convivência que fomentam o desenvolvimento de atividades recreativas e culturais, tanto em suas áreas internas quanto externas. Esses ambientes são criteriosamente mobiliados com poltronas, sofás e cadeiras, compondo um cenário de conforto que se estende até a galeria de arte institucional, estimulando o repertório cultural dos acadêmicos. Complementando essa infraestrutura, o



entorno imediato da instituição — em um raio de 280 metros — oferece uma rede diversificada de serviços, incluindo cafeterias, restaurantes e sorveterias, que atendem plenamente às demandas de alimentação e conveniência do corpo discente em sua vivência externa.

Portanto, os espaços de convivência e alimentação do IMEI está em total consonância com as necessidades institucionais, destacando-se pela adequação às atividades propostas e pelo compromisso com a acessibilidade. A dimensão dos espaços é planejada para garantir a integração efetiva entre os membros da comunidade acadêmica, sendo sustentada por um plano de avaliação periódica que assegura a manutenção da qualidade, do conforto e da variedade dos serviços oferecidos, consolidando um ambiente universitário completo e acolhedor.

#### **7.1.9. Instalações Sanitárias**

O IMEI dispõe de instalações sanitárias rigorosamente planejadas para suprir as necessidades institucionais, pautando-se pela adequação funcional, segurança e elevados padrões de higienização. A infraestrutura contempla blocos sanitários masculinos e femininos, além de unidades especificamente projetadas para Pessoas com Deficiência (PcD) ou mobilidade reduzida. Todas as instalações de acessibilidade seguem as diretrizes técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificamente a NBR 9050, que disciplina critérios fundamentais como a instalação de barras de apoio, dimensões de manobra e alturas regulamentares para bacias sanitárias e lavatórios, garantindo plena autonomia aos usuários.

Além da conformidade normativa, a gestão dos espaços sanitários é integrada ao Plano de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial do IMEI, que prevê auditorias e avaliações periódicas para assegurar a conservação e a funcionalidade contínua dos ambientes. O dimensionamento e o acesso a essas instalações respeitam rigorosamente o Decreto nº 5.296/2004, reafirmando o compromisso da instituição com a inclusão e a dignidade de



toda a comunidade acadêmica. Essa estrutura de suporte, aliada a um cronograma sistemático de limpeza e zeladoria, consolida um ambiente salubre e inclusivo, em total harmonia com as atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

### **7.10. Biblioteca**

A biblioteca do Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) é estruturada para oferecer suporte de excelência à comunidade acadêmica. Seu projeto arquitetônico multifuncional privilegia a ergonomia, a funcionalidade e o suporte tecnológico, assegurando um ambiente propício tanto à concentração individual quanto à produção intelectual colaborativa.

A infraestrutura física foi planejada para comportar diferentes modalidades de estudo, com espaços distintos e adequadamente dimensionados:

- Salas de Estudo Coletivo: Ambientes amplos e silenciosos, destinados à leitura e à consulta do acervo, com layout que favorece a organização e a disciplina acadêmica.
- Áreas de Estudo em Grupo: Espaços dotados de mobiliário modular e recursos que fomentam o desenvolvimento de trabalhos colaborativos, projetos integradores e discussões pedagógicas.
- Cabines de Estudo Individual: Espaço projetado para garantir a privacidade e o isolamento acústico necessários para atividades que demandam alto nível de concentração e foco.

Pensando num ambiente acolhedor e atendendo aos requisitos de acessibilidade à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e às normas da ABNT NBR 9050, a biblioteca do IMEI adota um modelo de acessibilidade e desenho universal. Os Corredores amplos para livre circulação, mobiliário adaptado, terminais de consulta com altura regulamentar para cadeirantes e sinalização tátil/Braille para usuários com



deficiência sensorial.

- Interoperabilidade e Navegação: Plena compatibilidade com softwares leitores de tela e sistemas de navegação por comando de voz, garantindo autonomia no ambiente digital.
- Sistemas de Tradução em Libras: Integração de softwares como VLibras ou Hand Talk, que utilizam avatares tridimensionais para a tradução automática de conteúdos para a Língua Brasileira de Sinais.
- Dispositivos de Entrada e Saída Adaptados:
- Teclados Adaptados (Tipo Colmeia): Equipamentos com teclas expandidas e máscaras de perfuração, projetados para evitar o acionamento acidental de múltiplas teclas por usuários com comprometimento motor.
- Periféricos de Áudio e Controle: Utilização de fones de ouvido para isolamento acústico e foco, além de mouses adaptados que respondem a diferentes demandas de mobilidade.

O ambiente conta com climatização e projeto luminotécnico dimensionado para assegurar o conforto visual, mitigando a fadiga durante períodos prolongados de estudo. Esta configuração de infraestrutura reafirma o compromisso institucional que efetivamente enriquece a jornada acadêmica e garante o suporte necessário ao desenvolvimento das competências

#### **7.10.1. Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo**

As estratégias de atualização e o cronograma de expansão do acervo do IMEI são pautados pela necessidade de acompanhamento contínuo das inovações nas metodologias de ensino e na produção científica. A instituição dispõe de dispositivos inovadores para a execução de seu plano de atualização, assegurando viabilidade operacional mediante a alocação estratégica de recursos e a implementação de ações corretivas derivadas do acompanhamento sistemático. Esse processo é enriquecido



pela avaliação periódica realizada pela comunidade acadêmica, garantindo que a expansão bibliográfica esteja em estreita sintonia com as demandas pedagógicas.

Dado que a bibliografia adotada é predominantemente virtual, a atualização do acervo ocorre anualmente, o que permite a incorporação imediata de novas edições e obras contemporâneas. Essa dinâmica digital elimina as limitações físicas de espaço e logística, proporcionando uma infraestrutura informacional de alta qualidade que sustenta o ensino de excelência. Assim, a gestão do acervo não apenas mantém a contemporaneidade dos conteúdos, mas também otimiza a experiência de pesquisa dos acadêmicos por meio de uma plataforma tecnologicamente avançada e em constante evolução.

### **7.11. Política de Guarda e Manutenção do Acervo Acadêmico**

A informação sempre se constituirá em um dos mais importantes fatores para a adequada condução de qualquer atividade, ainda mais com o produto ofertado é a educação. Fazê-la chegar, em tempo e hora, aos locais onde é necessária, de modo a possibilitar corretas tomadas de decisão, é uma necessidade permanente e se constitui no desafio maior que qualquer sistema de gestão de documentos precisa superar.

A concepção apresentada neste manual, longe de ser a definitiva, pretende atender as necessidades de gestão da informação no **IMEI**, tendo em vista suas condições atuais. É preciso ter presente que essas condições se encontram em constante processo de transformação, decorrente do amadurecimento institucional e da aplicação de modernas técnicas de estruturação organizacional, que buscam a otimização das atividades da IES. Assim, ao tempo em que se introduz essa nova arquitetura para gestão documental do **IMEI**, pode-se já admitir que mudanças eventuais, ditadas pela dinâmica dessas transformações inevitáveis e necessárias, venham, em curto prazo, modificá-la.

A política de manutenção e guarda do acervo acadêmico do **IMEI** tem o propósito de disseminar a gestão documental das informações acadêmicas na



comunidade, entendendo que a informação documental constitui recurso para alcançar a missão, a visão e os objetivos da Instituição.

Para tal ação, projetou-se uma política própria e específica que, ao ser gerenciada, estabelece um conceito único na experiência educacional visando aprimoramento e qualidade do processo de registro e manutenção do acervo, bem como os demais recursos educacionais providos pela Instituição de Educação Superior.

São objetivos da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico:

- Definir a implementação do Acervo Acadêmico que será composto de documentos e informações pertencentes o **IMEI**, tendo como base o Código de Classificação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Educação Superior;
- Assegurar a organização do acervo acadêmico para averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos atuantes com fins de regulação, avaliação e supervisão, pela comunidade acadêmica interna e pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.
- Garantir que o acervo do **IMEI** tenha um “Depositário Acadêmico”. Planejar ações de adaptação necessárias à manutenção do acervo, com as normativas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do **IMEI**.
- Certificar que as especificidades da IES sejam respeitadas dentro do princípio da razoabilidade, tecnologia e sustentabilidade para a guarda e manutenção do acervo acadêmico
- Direcionar o acervo acadêmico para um processo de digitalização, observando as disposições da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e do Decreto n.º 1.799, de 30 janeiro de 1996.

#### **7.12. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA**

A infraestrutura destinada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) do



Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) é constituída por um espaço físico e tecnológico exclusivo, estrategicamente configurado para sustentar os processos de autoavaliação institucional e prover suporte especializado à gestão acadêmica. O ambiente de trabalho foi planejado sob uma ótica de funcionalidade e segurança, integrando áreas de deliberação coletiva e postos de trabalho individuais. Essas estações de trabalho são dotadas de hardware de alta performance, dimensionados para o processamento de grandes volumes de dados e a elaboração de relatórios estatísticos complexos, garantindo a integridade e o sigilo necessários à manipulação de bases de dados sensíveis, em estrita conformidade com as políticas de governança e proteção de informações da instituição.

No que tange à acessibilidade e ao desenho universal, o espaço operacional da CPA observa rigorosamente as diretrizes da NBR 9050 e da Lei Brasileira de Inclusão. Esse compromisso reflete-se em um layout que prioriza a mobilidade plena, com rotas acessíveis, mobiliário ergonomicamente adaptado e sinalização tátil de alto contraste, assegurando autonomia total a todos os membros da comissão, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais. A conectividade de alta disponibilidade, provida por redes cabeadas e Wi-Fi de alta velocidade, oferece a estabilidade necessária para o acesso a sistemas de gestão e plataformas de pesquisa, permitindo a aplicação de instrumentos digitais de coleta e o uso de ferramentas de Business Intelligence para o refinamento dos indicadores de qualidade.

Os processos desenvolvidos nesse ambiente geram insumos fundamentais que orientam o planejamento estratégico e o incremento contínuo da excelência pedagógica e administrativa. Ao harmonizar recursos tecnológicos com um ambiente inclusivo e seguro, o IMEI assegura que a autoavaliação seja uma ferramenta dinâmica e eficaz para o aprimoramento constante da experiência acadêmica e da qualidade educacional dos cursos.

### **7.13. Infraestrutura Tecnológica**

O **IMEI** reconhece que a Tecnologia da Informação, é ferramenta essencial



para o suporte aos diversos processos que envolvem manipulação e geração de conhecimento. Dessa forma, o avanço tecnológico concretiza-se pelo uso de ferramentas educacionais, que concorrem para o incremento do processo de ensino e aprendizagem. Como exemplo, tem-se o uso de ambientes de aprendizagem, plataforma educacional que permite interação entre professor e aluno, na medida em que os materiais pedagógicos podem ser acessados de maneira remota, em tempo que convier ao aluno.

Com base no seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, o **IMEI** entende que a política para a informática e tecnologia deve perceber as mudanças e tendências do mercado e promover o uso inovador e criativo dos recursos tecnológicos para auxiliar os processos educacionais. Deve oferecer aos corpos discente e docente informações e ferramentas coerentes com tais processos, garantindo ganhos mensuráveis de eficiência e qualidade operacional por meio da ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços educacionais.

A base tecnológica apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

#### **7.14. Laboratórios Didáticos**

O Instituto Mariano de Estudos e Inovação (IMEI) adota um modelo de gestão integrada para seus laboratórios didáticos, assegurando ambientes de aprendizagem de alto padrão, em conformidade com as normas de segurança, modernidade e eficácia pedagógica.

O IMEI conta com uma equipe qualificada de técnicos e monitores que provê suporte contínuo a docentes e discentes, atuando tanto na operacionalidade dos equipamentos quanto na mediação das práticas pedagógicas.

A excelência infraestrutural é mantida por um plano de manutenção preventiva e corretiva, gerenciado via sistema de *helpdesk* com suporte técnico ágil para resolução de intercorrências.



Os espaços são submetidos a auditorias periódicas que analisam a adequação dos insumos e equipamentos frente às demandas do curso, gerando insumos estratégicos para o planejamento de investimentos e atualização do parque tecnológico.

#### **7.14.1. Laboratório de informática**

O laboratório de informática do IMEI é um espaço de estudo que prima pela excelência, integrando suporte técnico e total conformidade com as demandas acadêmicas dos cursos. O laboratório de informática, equipado com o sistema operacional Microsoft Windows e uma suíte completa de softwares de suporte, atua como um recurso estratégico para simulações de práticas de ensino e atendimento aos acadêmicos. Estes ambientes didáticos são rigorosamente mantidos por meio de revisões periódicas e serviços de apoio técnico, garantindo que o conforto, a segurança e a disponibilidade de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estejam perfeitamente alinhados às necessidades do curso e ao número de vagas ofertadas. Os resultados das avaliações contínuas sobre a qualidade dos serviços prestados e a demanda existente são utilizados pela gestão acadêmica para o planejamento estratégico e o incremento constante da qualidade das aulas.

Para o IMEI, a competência digital é compreendida como uma habilidade de formação básica e essencial para a prática docente contemporânea. Nesse contexto, o laboratório de informática transcende a função de mero espaço tecnológico para se tornar um ambiente de letramento digital e inclusão social, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma infraestrutura de ponta, independentemente de possuírem equipamentos pessoais. Essa visão de acolhimento estende-se à biblioteca, que adota um modelo de acessibilidade baseado no desenho universal, cumprindo integralmente a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as normas da ABNT NBR 9050. Tal compromisso reflete-se em corredores amplos, mobiliário adaptado com regulagem de altura e uma sinalização tátil e em Braille voltada para usuários com deficiência sensorial.

A autonomia no ambiente digital é garantida por uma robusta integração de



tecnologias assistivas e interoperabilidade de sistemas. A infraestrutura oferece plena compatibilidade com softwares leitores de tela e comandos de voz, além de utilizar sistemas de tradução automática para Libras, como VLibras e Hand Talk. No que tange ao hardware, o laboratório disponibiliza periféricos adaptados, como teclados tipo colmeia para usuários com comprometimento motor, além de mouses ergonômicos e dispositivos de áudio que favorecem o isolamento acústico e o foco. Complementarmente, todas as estações de trabalho contam com ferramentas de acessibilidade nativas e softwares específicos como NVDA e JAWS, assegurando que a inclusão digital seja uma realidade materializada em cada estação de estudo.

A operacionalidade e o alto desempenho das ferramentas são sustentados por uma gestão profissional de TI, que inclui uma suíte de produtividade abrangente com Microsoft Office 365, ferramentas de criação e navegadores de alta velocidade para acesso irrestrito às plataformas institucionais, como o AVA e a Biblioteca Virtual. A manutenção desse ecossistema é feita por meio de um sistema ágil de helpdesk para intervenções corretivas e uma rigorosa rotina semanal de manutenção preventiva, que abrange desde a atualização de antivírus até a verificação da conectividade. Todo esse suporte é reforçado pela presença de monitores treinados, aptos a oferecer auxílio técnico e pedagógico, consolidando uma infraestrutura inclusiva que capacita os alunos para o desenvolvimento das competências digitais indispensáveis ao exercício profissional.

#### **7.14.2. Núcleo de Prática Jurídica**

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do IMEI constitui-se como o órgão central responsável pela coordenação, execução e supervisão do Estágio Curricular Obrigatório, pautando sua atuação pela indissociabilidade entre teoria e prática e pela estrita observância à Resolução CNE/CES nº 5/2018 e ao Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A infraestrutura física do núcleo é estrategicamente concebida para reproduzir o ambiente forense, garantindo a dignidade do atendimento à comunidade e o rigoroso sigilo profissional exigido pelo Código de Ética da OAB. Esse espaço abrange desde áreas de recepção e triagem socioeconômica para o acolhimento humanizado da população hipossuficiente até salas de atendimento individualizado com



isolamento acústico, que permitem a interação privada entre estagiário, advogado orientador e assistido. Além disso, o espaço conta com uma Secretaria e Arquivo para a gestão segura de processos físicos e digitais, e um Tribunal do Júri polivalente, que replica o *layout* judiciário para práticas simuladas, treinamentos de oratória e reprodução de atos processuais em tempo real.

O funcionamento do NPJ é regido por Regulamento Próprio que orienta os discentes sobre o uso de sistemas de processo eletrônico, como PJe, Projudi e e-SAJ. A excelência acadêmica é assegurada por uma equipe de supervisão qualificada, composta por uma coordenação docente experiente além de corpo técnico-administrativo garante a fluidez das rotinas forenses e a organização rigorosa da agenda de prazos e audiências, sustentando a qualidade pedagógica indispensável à formação do futuro bacharel em Direito.

E em total conformidade com a NBR 9050 e a Lei Brasileira de Inclusão, o núcleo adota o conceito de Desenho Universal em suas instalações, garantindo acessibilidade plena a estagiários e assistidos com deficiência ou mobilidade reduzida, reafirmando o compromisso do IMEI com a justiça social desde o acesso físico ao ambiente jurídico.

### **7.15 Acessibilidade e Inclusão (Conforme Lei nº 13.146/2015 – LBI, Lei nº 10.098/00 e ABNT NBR 9050:2020)**

A acessibilidade é compreendida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No âmbito educacional, a acessibilidade transcende a eliminação de barreiras arquitetônicas. Ela pressupõe a garantia de condições para o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico, envolvendo dimensões pedagógicas, atitudinais e tecnológicas

O IMEI observa integralmente a ABNT NBR 9050:2020 (e suas



atualizações), que estabelece critérios e parâmetros técnicos quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio edificado. De forma detalhada, são observados os seguintes itens:

- Vãos de Passagem: Portas com largura livre mínima de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m.
- Desníveis: Consideram-se desníveis de até 5 mm como dispensados de tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 50% (1:2). Desníveis acima de 20 mm devem ser tratados por meio de rampas ou equipamentos de elevação.
- Sinalização Tátil: Instalação de piso tátil de alerta e direcional em rotas acessíveis, conforme a NBR 9050 e a NBR 16537, para orientação de pessoas com deficiência visual.
- Rampas: Obediência rigorosa aos limites de inclinação, larguras e patamares de descanso estabelecidos pela norma técnica vigente.
- Circulação Vertical: Uso de elevadores ou plataformas elevatórias em conformidade com as normas ABNT NBR NM 313 e NBR 9050.
- Sanitários Acessíveis: Instalação de barras de apoio, bacias sanitárias e lavatórios acessíveis, garantindo a área de giro e a área de transferência lateral, frontal e diagonal.
- Sinalização e Identificação: Uso de sinalização visual e tátil (caracteres em relevo e Braille) para identificação de pavimentos, salas e equipamentos, posicionada conforme os parâmetros de alcance visual e manual (geralmente entre 0,90 m e 1,10 m).
- Mobiliário de Laboratório: Mesas e bancadas de informática com altura livre inferior e profundidade adequadas para aproximação frontal de usuários de cadeira de rodas (P.C.R.).
- Em conformidade com a Convenção da ONU e a Lei nº 13.146/2015, o termo "PNE" (Portador de Necessidades Especiais) foi substituído por Pessoa com Deficiência (PcD) ou Pessoa com Mobilidade Reduzida.



## Referências Bibliográficas

AUSUBEL, David P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. Lisboa: Platano Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases** – LDB nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução Nº 2, de 19 de Abril De 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;

BRASIL. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências;

BRASIL. Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10.098/2000;

BRASIL. Lei 11.645/2008, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

BRASIL. Lei 9.795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02;

CARMO. P. C. C. S. et al. **Idoso Universitário: uma inclusão possível numa sociedade contemporânea**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: Acesso em: 25 ago. 2012.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO Resolução CNE/CES Nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO Resolução CNE/CES Nº 2, de 19 de abril de 2021, a qual alterou a Resolução CNE/CES Nº 5, de 17 de dezembro de 2018;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

**MORGANTI. F. Longevity as a Responsibility: Constructing Healthy Aging by Enacting within Contexts over the Entire Lifespan. *Geriatrics* 2024, 9, 93.**

Disponível em:

**<https://doi.org/10.3390/geriatrics9040093>. <https://www.mdpi.com/journal/geriatrics>**



DIAS SOBRINHO, J. Campo e caminhos da Avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. (Org.). Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p. 13-62.

MATUI, Jiron. **Construtivismo**: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Editora Moderna, 1995, p. 31, 32 e p. 44.

PARO, César Augusto, VENTURA, Mirian e SILVA, Neide E. K. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. Trabalho. Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 2020.

SUANNO, M.V.R. Auto-avaliação institucional: Princípios e metodologia do Grupo focal. In: Bello, J.L.P., Ed., **Pedagogia em foco**, Rio de Janeiro, 2002